

CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA

**ENTRE MIASMAS E MICRÓBIOS: A INSTALAÇÃO DE
REDES DE ÁGUA E ESGOTO NA CIDADE DA PARAHYBA
DO NORTE (PB) E OUTRAS MEDIDAS DE SALUBRIDADE –
1910/1926**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profº Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

**Recife
2009**

Advíncula, Chyara Charlotte Bezerra

Entre miasmas e micróbios : a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte(PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926 / Chyara Charlotte Bezerra Advíncula.– Recife: O Autor, 2009.

153. folhas: il., fotos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia.

— História. 2. Teoria dos Fluidos. 3. Teoria miasmática 4. Água 5. água. 6. Esgotos. 7. Sensibilidades. I. Título.

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/17**



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA CHYARA CHARLOTTE BEZERRA
ADVÍNCULA.**

Às 09:00h do dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Chyara Charlotte Bezerra Advíncula** intitulada **“Entre Miasmas e Micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **“APROVADA”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antônio Paulo de Moraes Rezende (Orientador), Carlos Alberto Cunha Miranda e Gervácio Batista Aranha. Assinam, também, a presente ata a Coordenadora, Prof^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-Graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de Fevereiro de 2009.


Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.


Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.


Prof^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque

CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA

**ENTRE MIASMAS E MICRÓBIOS: A INSTALAÇÃO DE
REDES DE ÁGUA E ESGOTO NA CIDADE DA PARAHYBA
DO NORTE (PB) E OUTRAS MEDIDAS DE SALUBRIDADE –
1910/1926**

Dissertação apresentada em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Profº Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Profº Dr. Gervácio Batista Aranha

Profº Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

DEDICATÓRIA

- A minha mãe Ana Maria Bezerra Advíncula e a meu pai Benammi Leite Advíncula.
- A minha irmã Charya C. Bezerra Advíncula.
- Ao meus irmãos Benammi Leite Advíncula Júnior e Alessandro Bezerra Advíncula.
- Aos primo(a)s Leonardo, Lívian, Eronildes, Erotildes, Maria Amélia e Maria Clara.
- A minha sobrinha Ana Amélia.
- As minhas avós Socorro Neves e Inês Leite Advíncula – *in memoriam*.
- A minha bisavó Maria Amélia Bezerra, *in memoriam*.
- Ao meu eterno mestre Fabio Gutemberg, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei este trabalho sabia de antemão que a caminhada iria ser cheia de trilhas tortuosas e obstáculos quase intransponíveis. Mas, mesmo assim, decidi seguir em frente, pois as conquistas são melhores devido aos esforços despendidos para este fim. Assim, tendo chegado ao fim dessa jornada, tenho a certeza de que entre outras coisas que consegui não poderia deixar de citar a aquisição de uma certa maturidade intelectual. Esta nos fez construir novas experiências e novos amigos. Solitariamente o caminho não poderia ser percorrido. Com isso, reuni as experiências dos velhos e os conselhos dos novos amigos para iniciar esta empreitada. A estas pessoas sou imensamente grata. A lista é extensa. Peço perdão a quem, por algum lapso de memória, deixar de citar.

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador Antonio Paulo de Moraes Rezende, por ser compreensivo, amigo e paciente. Uma pessoa iluminada, que deixa seus orientados à vontade para construírem seus caminhos. Sem imposição, nos deixa livres tanto na pesquisa quanto na escrita. Sua orientação consiste em nos fazer descobridores de nós mesmos. É nessa jornada que todos os seus orientandos acabam por reconhecer seus limites, suas angústias, seus medos, suas ansiedades e acima de tudo respeitar seu próprio tempo.

Aqui gostaria de expressar um agradecimento especial ao professor Gervácio Batista Aranha, um amigo sem igual. A ele sou grata por me incentivar a trabalhar o tema. Pelas horas e horas de conversas e pelos livros que me emprestou durante a graduação na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e mesmo no mestrado da UFPE. Assim como Rezende, é calmo, atencioso, tranqüilo e muito paciente.

Como fruto dos anos que passei a UFCG agradeço a ajuda do professor Alarcon Agra do Ó, o qual as diversas vezes que o solicitei estava sempre disposto a ajudar. Obrigada pelas indicações e observações que fez durante a minha qualificação, elas me foram valiosas. Seu otimismo e seu humor são admiráveis, já que é por meio deles que faz suas críticas sem desmerecer qualquer trabalho.

Gostaria ainda de agradecer ao professor Carlos Alberto Cunha Miranda, uma pessoa agradabilíssima e atenciosa. Agradeço pelas indicações e livros emprestados. Uma pessoa que está sempre disposta a ajudar seja quem for. É notável sua confiança no outro, pois mesmo sem me conhecer entregou-me seus livros. E isso antes da qualificação, onde tivemos a oportunidade de nos conhecer melhor.

Um agradecimento especial aos meus colegas de mestrado, cuja convivência foi

marcada por companheirismo e conversas animadas. Com eles aprendi a lidar melhor com o diferente. Em especial cito Helen, Graziela, Solange, Ana Carolina, Leda, Alba, Carlos Magno e Gilmária. Esta última por ter me feito ser paciente. Foram tantos os problemas que enfrentamos que lembrar seria sofrer duas vezes.

Um agradecimento carinhoso aos funcionários dos arquivos com os quais convivi durante meses. Quero agradecer especialmente ao senhor Pedro do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Pela atenção, pelos cafés que oferecia e pela preocupação quando aparecia doente. Também agradeço aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba sempre prestativos às solicitações que os faziam.

Agradeço a Marcus por ter me apresentado a dissertação de Cecília Almeida, a qual me foi muito útil. Ao meu amigo Neto pelas dicas e pelas leituras permanente que fazia do meu trabalho. A João Leão por ter traduzido meu resumo. A Ana Paula pelas correções ortográficas.

Por fim, gostaria de agradecer aos antigos mestres do tempo do curso de graduação na UFCG. Silêide Leila, Luciano Mendonça, Gervácio Batista Aranha, Ramisés, Iranilson Buriti, Rosilene Montenegro, Sandra, Roberval Santiago, Marinalva Vilar, Josemir Camilo, Zenon, Celso G. Nascimento, Eronides Câmara, Fabio Gutemberg, José Benjamim Montenegro, dentre outros, os quais me deram a base para seguir os caminhos de Clio.

RESUMO

No final da primeira década do século XX, a cidade da Parahyba do Norte iniciou seu programa de modernização. Sua população experimentou o uso do bonde puxado a burro e logo depois o bonde elétrico. Conheceu a vida noturna sob as luzes da eletricidade e passou a assistir a filmes no cinematógrafo. Com isso, novos hábitos e costumes foram sendo incorporados ao seu cotidiano. Novas regras de condutas eram necessárias para indicar que a civilização e o progresso guiavam as novas sensibilidades. Neste mesmo momento, constatou-se que os níveis de insalubridade da cidade não correspondiam aos discursos higienistas, muito menos aos da engenharia sanitária. Desse modo, outros equipamentos passaram a ser inseridos no meio urbano com o intuito de fazer a assepsia dos espaços. Nesse sentido, foi implantado o primeiro sistema de abastecimento de água em rede, destinado a facilitar a vida de todos, mas, principalmente, limpar corpos, espaços e objetos como medida eliminadora dos agentes causadores das enfermidades. Mas, o intento não estaria completo se as águas não tivessem um destino certo. Assim, médicos e engenheiros passaram a propalar a necessidade de se fazer o esgotamento sanitário, o qual só foi concretizado na década de 1920. Sob a orientação técnica do engenheiro Saturnino de Brito, a cidade da Parahyba do Norte experimentou os benefícios de uma rede de esgoto. Pronto! Estava concretizado o desejo do governador João Machado: água e esgoto, o carro chefe do saneamento da capital. Para tanto, não poderemos esquecer que outras medidas auxiliaram os administradores nessa busca pela salubridade. Daí vem a criação da “Liga Protetora das Árvores” destinada ao plantio de mudas que viessem sanear o ar. Procurou-se regras para a coleta e acondicionamento do lixo. Fez-se campanha em favor da vacina contra a varíola e visitou-se residências, mercados, padarias, hotéis, escolas, etc. Tudo em prol da modernização, da salubridade e das novas sensibilidades.

Palavras-chave: Sensibilidades; Água; Esgoto.

ABSTRACT

At the end of the first decade of the twentieth century, the city of North Parahyba started its modernization program. The population experienced the use of the tram pulled the donkey, then the electric streetcar. Experienced the nightlife of electricity on the lights and started to watch films in cinema. Therefore, new habits and customs have been incorporated into his daily life. New rules of conduct were necessary to indicate that the civilization and progress is what guiava the new sensibilities. In the same time, it appears that the levels of unhealthiness of the city was not as hygienists speeches, much less that of sanitary engineering. Thus, other equipment have been included in urban in order to make the asepsis of the spaces. Accordingly, the first was implanted water system in a network to facilitate the life of everyone, but mainly clear bodies, spaces and objects as a measure eliminating the causative agents of disease. But the intent would not be complete if the water does not have a certain destination. Thus, doctors and engineers began to rumor the need to make sanitation, which was only achieved in the 1920s. Under the technical guidance of the engineer Saturnino de Brito, the city of North Parahyba experienced the benefits of a network of drainage. Ready! I realized the desire of Governor John Machado: water and sewage, the car chief of the sanitation of the capital. Thus, we can not forget that other measures helped in the search for health administrators. Hence the creation of the League of the Protection Tree "for the planting of seedlings that would clear the air. It was the rules for collecting and packaging the waste. Campaign was made in favor of the smallpox vaccine and is visited homes, markets, bakeries, hotels, schools, etc. All in favor of the modernization of health and new sensibilities.

Key-words: Sensibilities; Water; Sewage.

ÍNDICE

Introdução	12
Capítulo I: Médicos vs. Engenheiros: o inventário das águas guiado por duas concepções higiênicas	19
1. O comércio da água na capital paraibana: quanto custa um barril?.....	19
2. A chegada da água no espaço urbano: a promessa de água potável.....	29
3. Uma infra-estrutura guiada pelas regras e leis da modernidade.....	39
4. Uma celeuma em torno da água consumida na Parahyba.....	47
Capítulo II: Esgotamento sanitário: a produção de uma cidade salubre	61
1. O esgoto da cidade da Parahyba do Norte.....	61
2. Novos hábitos para novos equipamentos.....	75
3. Um plano que quase não saiu do papel.....	83
4. A educação da engenharia sanitária.....	91
Capítulo III: Por uma cidade sadia: as medidas saneadoras continuam	104
1. O papel da arborização na qualidade do ar.....	104
2. Qual o lugar do lixo?.....	115
3. Resistência à vacinação.....	123
4. O olhar arguto dos delegados de saúde.....	135
Considerações finais	146
Bibliografia	149

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Mapa da cidade de Frederica.....	22
Foto 2: Bica de Tambiá.....	25
Foto3 : Aguadeiros.....	26
Foto 4: Anúncio.....	31
Foto 5: Anúncio.....	34
Foto 6: Construção do Reservatório.....	36
Foto 7: Perfuratriz.....	38
Foto 8: Galeria de esgotos.....	64
Foto 9: Mapa da cidade da Parahyba do Norte.....	66
Foto 10: Poço elevatório.....	68
Foto 11: Canos de cerâmica.....	72
Foto 12: Emissário de esgotos.....	74
Foto 13: Tanque de depuramento de dejetos.....	76
Foto 14: Coletor de esgotos.....	80
Foto 15: Pátio do Palácio.....	109
Foto 16: Antigo Jardim Público.....	111
Foto 17: Parque Arruda Câmara.....	113

Introdução:

Formada de sonhos, desejos, idéias, angústias, experiências, rostos anônimos ou não, labirintos, memórias, nomes, datas, passado, presente e, talvez, futuro. São estes e muitos outros elementos que nos auxiliam na construção e reconstrução de uma cidade, seja ela moderna ou tradicional. Um grande quebra cabeça interminável, porque o tempo inspira a criatividade humana e esta cria e recria, significa e ressignifica novas e velhas peças. São muitos tempos que se integram e muitas vidas a formar teias de relações. Uma interação necessária para o historiador que procura fazer a história da cidade. Aqui a intercomunicação com os tempos é imprescindível, pois só assim a história poderá ser renovada. E nesse grande emaranhado de fios que colocamos em relação não poderíamos deixar de expor que a cidade é “a grande morada dos homens”¹. Homens estes, que nos emprestam suas experiências e visões de mundo para que possamos construir histórias sobre suas maneiras ver, pensar e sentir a cidade. E é aí que se encontra “[...] a dificuldade de fazer a história da cidade, pois cada um dos que a vivem realiza com essa cena cotidiana uma montagem que lhe é própria, consoante os seus hábitos perceptivos, a sua cultura sensível [...]”². Em uma palavra, Chartier diria que cada indivíduo se apropria de um modo particular dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Assim, inferimos que nosso trabalho tem como uma de suas metas perceber a inter-relação entre o novo e o arcaico, ou seja, como a modernidade se processou em uma cidade cuja característica predominante era o colonialismo.

Diante disso, lembramos que a implantação da modernidade na cidade da Parahyba do Norte (atual João Pessoa) se deu, para usar uma nomenclatura da época, por meio dos seguintes “melhoramentos urbanos”: luz elétrica, bonde, sistema de abastecimento de água, calçamento de ruas, construção de edifícios e avenidas, entre outros. Dessa maneira, explicitamos que nosso trabalho se debruça sobre o conjunto de práticas e concepções culturais dos homens e mulheres da cidade de Parahyba do Norte (1910 - 1926) tentando perceber o impacto que a implantação de um serviço de distribuição em rede, a do sistema de

1 Cf. REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 21.

2 Quando diz isso, Alain Corbin está se referindo as dificuldade de se fazer a história das sensações, isto é, dos ruídos, dos cheiros, etc. Todavia, quando resolvemos citá-lo temos em mente que suas palavras se estendem aos trabalhos que buscam identificar as mudanças de comportamento e de atitudes dos homens e mulheres que vivem ou viveram a cidade. Tais mudanças, certamente, promoveram muitas sensações, as quais o historiador não deve deixar de lado. Cf. CORBIN, Alain. *Do Limousin às culturas sensíveis*. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. São Paulo: Ed. Estampa, 1998, p. 107.

abastecimento de água e esgotamento sanitário, promoveu nas sensibilidades dessas pessoas. Um equipamento moderno que auxiliou as iniciativas médico sanitaristas a “educar o povo na prática da boa higiene”³. Concomitantemente, provocando novas sensibilidades, ou seja, hábitos e costumes naqueles que experienciaram a execução de tal obra, a qual se dava como última palavra em matéria de sanitarismo, higienismo, urbanismo e saúde pública.

Ao tomar para si a empreitada de implantar no cenário urbano alguns elementos modernos, os administradores públicos da Paraíba, parecem ter por intenção mudar hábitos e costumes daqueles que habitavam a capital, os quais, segundo um articulista do jornal “*A União*”, tinham o “costume de deixarem-se aqui, acolá, nos cantos de praças e ruas, bagaços de cana, casca de amendoim, etc”. Para o nosso informante, fazer mudar este tipo de hábito “não é [dever somente] da imprensa que nem todos lêem; é dever de quem quer que tenha bom e nobre intuito de concorrer para a [...] educação popular”⁴. Ao que tudo indica, a Parahyba⁵ estava em meio a um processo civilizador dos costumes. E nesta busca pelo progresso e pela civilização cogitava-se não só uma rede de água potável mas também uma rede de esgoto. Esta última, foi idealizada em 1913 pelo engenheiro Saturnino de Brito, o qual na época já havia se consolidado como um dos principais engenheiros sanitaristas do Brasil. Assim, fica claro que, todos os governos desejavam ter as obras de saneamento de suas capitais assinadas por este profissional. Tanto é assim que, quando Brito veio à capital paraibana teve que deixar o comando, por alguns dias, dos trabalhos que estava realizando na “vizinha capital do sul”, ou seja, Recife. Com essa viagem, o engenheiro fez as análises topográficas e, se baseado nelas, elaborou o projeto de saneamento da cidade da Parahyba do Norte.

Tendo em vista a informação de que o dever de educar a população não só é da imprensa, até porque nem todos tinham acesso a ela, fica evidente que o projeto civilizador, levado a efeito pelas ações higienistas, era um projeto das elites. Estas, conheciam de algum modo as mudanças de concepções que informavam as iniciativas de cunho sanitarista, bem como as formas de remodelações urbanas que vinham sendo colocadas em práticas nas

3 Para uma melhor leitura do trabalho resolvemos adotar uma forma de escrita mais próxima da atual. Para tanto, retiramos das palavras algumas letras que não altera o sentido como ph substituímos por f, dentre outras. contudo, a acentuação gráfica continua a mesma do início do século. Cf. O ASSEIO das ruas. *A União*, Parahyba do Norte, nº 251, 18 nov. 1920.

4 Ibidem.

5 Para facilitar a leitura do trabalho, quando estiver me referindo a cidade da Parahyba do Norte escreverei Parahyba com HY, quando a referência for o Estado digitarei Paraíba, aos moldes da escrita atual. Outra coisa que o leitor deverá saber é que referências foram modificadas. Assim, mudei a ortografia e a acentuação, porém, não mexi nas construções dos períodos.

principais cidades européias já na primeira metade do século XIX. Nesse sentido, as reformas urbanas levadas a cabo em cidades como Paris e Londres se processaram quando a concepção de higiene ainda era impregnada dos preceitos da teoria miasmática⁶. Conquanto, a teoria microbiana só veio a desenvolver-se com maior vigor em fins do século XIX, a qual não promoveu de imediato mudanças nos hábitos e costumes do povo que tinham suas próprias formas de preservar-se quanto às doenças. Tomando como ponto de partida estas informações, percebemos que no caso do Brasil muitas reformas urbanas no início do século XX já faziam uso dos preceitos microbianos, a exemplo da reforma urbana do Rio de Janeiro que ficou a cargo de Oswaldo Cruz. Mas isso por parte das autoridades de higiene, refletidas nas ações que implementavam para combater as epidemias, o que não significa que seus preceitos fossem de conhecimento geral.

Na capital paraibana, em meados da década de 1910, as práticas higienistas ainda se faziam de forma precária. Foi neste momento que o presidente João Machado⁷ começou a pôr em prática um projeto de modernização, com a implantação da luz elétrica, bonde de tração animal e sistema de abastecimento de água. Porém, as necessidades da cidade de Paraíba do Norte, em termos de higiene, não condiziam com o que se esperava de uma cidade que se pretendia moderna, necessitando assim de novas investidas em termos de higiene pública. Era preciso ampliar os serviços de infra-estrutura que haviam sido aplicados pelo governo de João Machado. Nesses termos, constatamos que o sistema de abastecimento de água recém implantado se mostrava em deficiência devido à má qualidade do líquido que chegava às torneiras. O mesmo, vinha mesclado com significativa quantidade de ferrugem, o que o desqualificava para certos usos. Além do mais, a cidade era desprovida de uma rede de esgotamento sanitário, o qual, mesmo existindo na forma de projeto desde 1913, elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito⁸, quase não saía do papel. Após esta data, as tentativas de dotar a cidade de uma rede de esgoto, vinham precedida de uma análise

6 Para os partidários da teoria miasmática as epidemias eram causadas pelo ar e pela água que quando estagnados eram portadores de emanções fétidas e pútridas. Já para os defensores da teoria microbiana as epidemias eram causadas por vetores invisíveis, germes infecciosos, mosquitos transmissores, bem como objetos, roupas, dinheiro, etc.

7 João Machado era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após se diplomado fez concurso para Inspetor Sanitário e, logo em seguida, para ajudante da Diretoria Geral de Saúde Pública. Em 1908 se afastou do cargo de médico de Saúde do Porto do Rio de Janeiro para ser presidente da Paraíba até 1912. Cf. CASTRO, Oscar. *Medicina na Paraíba*. Flagrantes de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945. p. 157. Conforme um articulista do jornal *O centro* da cidade de Areia (PB) Machado ainda foi auxiliar de Oswaldo Cruz nos trabalhos de extinção da febre amarela. Cf. SERVIÇO sanitário. *O Centro*. Cidade de Areia. 29 jul. 1911.

8 Gostaríamos de informar ao leitor que o projeto de esgotamento sanitário idealizado em 1913 não teve execução imediata. Isso só veio a ocorrer na década de 1920 como veremos adiante.

detalhada do projeto de Saturnino de Brito. Com base no projeto de Brito, temos o relatório apresentado ao sr. Acácio Pires, ex-chefe da higiene federal na Paraíba, no qual o engenheiro agrimensor Antonio de Andrade explana algumas análises destinadas ao saneamento da cidade e revela que o ar da mesma era corrompido pelas “[...] emanações dos pântanos que circundam esta capital [...]”⁹. Tal relatório, assim como outras fontes, traziam indícios de que o império dos miasmas ainda não havia desmoronado por completo, pois a referência aos odores nauseantes e mefíticos eram constantes.

Diante do exposto, explicitamos que nosso trabalho procurou problematizar a relação entre as teorias miasmática e microbiana e as mudanças e/ou permanências dessas idéias nas ações higienistas levadas a cabo pelos técnicos encarregados da implantação dos serviços de água e esgoto em rede. Para tanto, procuramos analisar historicamente o impacto destas concepções sobre hábitos e costumes cotidianos das pessoas ou grupos sociais. A partir disso, passamos a supor que quarenta anos de estudos comprobatórios, levados a efeito pelos seguidores de Pauster em defesa da microbiologia, não eram suficientes para promover uma mudança radical nos comportamentos que estavam tão bem acomodados na tradição e nos preceitos miasmáticos. Nessa empreitada, procuramos perceber as permanências/tradição de mais de um século das idéias miasmáticas e as mudanças ocorridas devido à chegada de novos métodos de intervenção higiênica, no caso a teoria microbiana. Nosso trabalho não se contentou apenas com as percepções dos letrados, seus desejos e contradições em torno dos planos modernizantes, buscou também filtrar por meio do discurso destes, as práticas e usos das pessoas de outros grupos sociais. Queríamos saber como a jornada de progresso e civilização havia sido percebida por outros.

Assim, para a elaboração da nossa narrativa buscamos utilizar diversas fontes como: relatório da obra, mensagens presidenciais, jornais impressos, fotografias e revistas. Em todo caso, lembramos que nossa fonte principal são os periódicos, bem como a fotografia que neles vêm estampada. A nossa pretensão, ao realizarmos este trabalho, não é buscar a verdade absoluta dos acontecimentos, mas analisá-los por meio das angústias e ansiedades que o presente nos impõe. Com base nisso, inferimos que nossa busca pelo passado se faz quando tentamos nos aproximar do fato ocorrido, ou seja, a verossimilhança. Dando prosseguimento ao relato das fontes, inferimos que os periódicos e, principalmente, a fotografia são fontes recheada de códigos, símbolos e significados, os quais apenas necessitam de um olhar mais

9 SANEAMENTO da Capital. *A União*, Parahyba do Norte, nº 180, 19 ago. 1920.

atento e analítico do historiador para mostrar todos os seus meandros. A fotografia, por exemplo, por traz do efeito mágico que produz sobre o observador, esconde vivências, expectativas, desejos e sonhos. Em um primeiro olhar, o espetáculo que a fotografia lança sobre quem a observa tende a apagar as ambigüidades que sua imagem engendra. Para se analisar tal fonte, o historiador precisa ser, diria um micro historiador, um detetive perspicaz porque ela, ao mesmo tempo que parece a tudo expor, omite e escamoteia, significados, representações e relações vividas. Todavia, a imagem, ou qualquer outro documento, por si só não nos revela a gama de relações e significados neles contidos, nem mesmo as intensões de quem congelou aqueles momentos, as cenas ou as vivências cotidianas da cidade. Para captá-la devemos operacionalizar o entrecruzamento de fontes, saber o momento e o espaço em que a foto foi produzida. A partir desta operação é possível ter uma noção da mensagem que o olhar do fotógrafo congelou para a posteridade. É bom lembrar que o olhar desse profissional ao clicar uma cena do cotidiano ou algum momento específico da história da cidade, se apresenta como um filtro cultural, pois direciona sua lente de acordo com seus valores culturais ou do grupo ao qual pertence¹⁰. Tanto a imagem como qualquer outro documento escrito, não é a expressão fiel da realidade como pensavam os positivistas no século XIX. Produzem efeitos de verdade, ou melhor, aquilo que os historiadores culturais hoje chamam de verossimilhança. Na atualidade temos uma maior compreensão de que as coisas são fluidas. Não se apegam a regras ou fórmulas infalíveis. A maior parte do percurso é guiado pelo acaso.

Pelas regras da nossa pesquisa pretendíamos visitar diversos jornais do início do século XX. Todavia, somente o acervo do Arquivo Público da Paraíba estava disponibilizado para pesquisa, por isso, a maior parte das nossas fontes foram referendadas pelo jornal *A União*. Outrossim, aqui e acolá usamos referências do jornal *O Norte, A Notícia ou Gazeta da Parahyba*, por encontrá-los em anexo de dissertações ou mesmo em pesquisas de outrens. Em todo caso, se o arquivo da Curia Eclesiástica tivesse disponível para pesquisa talvez os caminhos trilhados por nós tivessem tomado outro rumo. De qualquer forma, procuramos, com o que tínhamos, montar algumas representações sobre a cidade. Ora nos deixamos guiar pelo olhar dos médicos; ora seguimos os dados técnicos dos engenheiros, sem descurar, é claro, dos posicionamentos da população que vivia aquela cidade. A escolha daquele momento, 1913 a princípio, estava ligado à celeuma que havia entre médicos e engenheiros

10 KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográfica. In *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 6, nº 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 13-24.

quanto às causas da insalubridade da água que era dada ao consumo na cidade da Parahyba do Norte. Contudo, nosso trabalho não estaria completo sem algumas referências ao primeiro sistema de abastecimento de água em rede, idealizado pelo engenheiro Miguel Rapozo, no governo de João Machado. Nesse sentido, ampliamos o recorte para 1910, ano em que Rapozo começou a implantar o novo serviço. Fora a ampliação do recorte temporal, faz-se necessário algumas considerações sobre o marco teórico utilizado na confecção do nosso trabalho.

Para construir nosso objeto, procuramos nos ancorar em duas categorias de análise de Roger Chartier, representação¹¹ e apropriação¹². Este conceitos, embora tenham sido utilizados pelo autor para fazer a história da leitura, nos auxiliou na decifração dos códigos e comportamentos dos diversos campos sociais que formavam a capital paraibana do início do século XX. Um espaço cujas práticas sociais e suas representações, quando postas em combate revela-nos angústias, ansiedades, pensamentos e significados outros que julgávamos não mais existir, como por exemplo, a teoria miasmática. Desse modo, ao percebermos que as representações no campo da higiene eram impregnadas por tradições seculares que rivalizavam com os novos conhecimentos, buscamos problematizar as relações entre o novo e o arcaico, o moderno e a tradição. Para isso, usamos o trabalho de Antonio Paulo Rezende, que em sua tese de doutorado sobre as mudanças urbanas na Recife dos anos de 1920, combina o conceito de imaginário social, que é operacionalizado por Castoriadis, com as críticas benjaminianas quanto à sociedade moderna para captar as tensões e incertezas identificadas na relação entre o moderno e o tradicional, na qual a elite recifense estava mergulhada. Por fim, nosso trabalho estaria incompleto se não expuséssemos nossas aproximações no campo das sensibilidades. As sensibilidades para Gervácio Batista Aranha, estão ligadas a reeducação dos sentidos dos grupos ou indivíduos que moram e vivem a cidade. Historiograficamente falando, encontramos alguns trabalhos que discorrem sobre a cidade da Parahyba do Norte e, em sua maioria, debatem sobre os signos da modernidade, assunto que também procuramos desenvolver nesta dissertação. Para tanto, passemos a informar ao leitor o que ele poderá encontrar em cada um dos capítulos aqui elaborados.

O capítulo I apresenta um inventário sobre as águas consumidas na capital paraibana

11 Representação na visão de Chartier são combates ou lutas que se dão entre -ou inter- grupos sociais pela hegemonia de certos comportamentos, idéias, atitudes, etc. Em nosso trabalho veremos os embates entre médicos, engenheiros e donos de estabelecimentos comerciais em torno da salubridade da capital paraibana.

12 As apropriações estão ligadas as formas que as pessoas recebem e fazem uso dos bens culturais que lhe são apresentados. Sendo assim, cada grupo de apropria de maneira particular dos equipa modernos ou mesmo da cenas cotidianas.

antes do projeto de distribuição em rede. Assim, procuramos mostrar de onde vinham, quem as traziam e para que eram usadas. O leitor ainda poderá ver como era a prática de vendagem de água em domicílio e como se processavam as disputas entre médicos e engenheiros em torno do problema das águas que eram consumidas na cidade em 1913. No capítulo II, procuramos demonstrar os elementos técnicos da engenharia sanitária de Saturnino de Brito. Com base no relatório da obra de saneamento da cidade da Parahyba do Norte, analisamos as idéias desse engenheiro que elaborou o projeto de esgotamento sanitário que só foi concretizado na década de 1920. Por meio dos esgotos, acreditavam os engenheiros serem capazes de erradicar possíveis focos de epidemias que os amontoados de excrementos e águas estagnadas poderiam causar. Já no capítulo III, a organização seguiu duas linhas: Nos dois primeiros tópicos discorremos, respectivamente, sobre o projeto de arborização e o acúmulo de lixo nos quintais e vias públicas. Tais medidas faziam parte das ações dos médicos e engenheiros seguidores da teoria miasmática. Nos dois últimos tópicos, os métodos de intervenção seguiram o Regulamento de Higiene, o qual estava pautado nos preceitos microbianos. Assim, discutimos sobre vacinação antivariólica e outras medidas levadas a efeito pelos delegados de higiene. Isso posto, convidamos o leitor para conhecer um pouco a história do saneamentos da cidade da Parahyna do Norte do início do século XX.

Capítulo I

MÉDICOS VS. ENGENHEIROS : O INVENTÁRIO DAS ÁGUAS GUIADOS POR DUAS CONCEPÇÕES HIGIÊNICAS

1 – O comércio da água na capital paraibana: quanto custa um barril?

[...] essa água adquirida por elevados preços não oferece a menor confiança, porque quase toda é extraída de poços e cacimbas situadas em lugares diversos, onde não só em relação a constituição dos terrenos que formam o seu leito, como pela falta de cuidado de alguns de seus proprietários [...]

João Claudino de Oliveira¹³

Qual o valor da água? Segundo o médico Francisco Simas¹⁴, ao longo do tempo o uso da água ora esteve relacionada com prescrições terapêuticas (hidroterapia), ora como elemento purificador¹⁵ nos rituais religiosos. Nesse sentido, o mesmo expõe que “[...] os primeiros documentos relativos à história da água, encontramos-los no notável ‘Tratado das Águas, dos Ares e dos Lugares’ de Hipócrates”. Tal tratado recomenda que ao chegar a uma localidade a primeira coisa a se fazer é colher informações sobre a natureza das águas que ali se consome. Estuda-se a procedência e suas qualidades para em seguida rejeitar aquelas qualificadas como nocivas, ou seja, as estagnadas e pantanosas. Orientações como estas, certamente, não deixaram de acompanhar aqueles que se aventuravam nas viagens de exploração do mundo antigo, muito menos as viagens do período renascentista. Por meio destas orientações muitos povoados ou mesmo cidades tiveram seu surgimento atrelado aos caminhos das águas. Neste caso, não podemos deixar de citar a cidade de Felipéia Nossa Senhora das Neves¹⁶, que de acordo com os documentos deixados por Martim Leitão foi erguida em uma “planície com mais de uma légua de extensão, senhora do porto, com

13 CRUZ, João Claudino de Oliveira. Melhoramentos da Capital Parahyba. *Gazeta da Parahyba*, Parahyba do Norte, 11 jan. 1889, p. 2-3.

14 O médico naturista Francisco Simas publicou cerca de doze artigos intitulados “O valor da água”. Estes artigos fazem um histórico sobre o elemento água para justificar seu uso no tratamento hidroterápico. Cf. SIMAS, Francisco. O valor d’água. *A União*. Parahyba do Norte, nº 05, 09 jan. 1916, p. 2.

15 Para este fim, Simas cita que “O grande legislador dos árabes, Mahomet [...] prescreveu, a exemplo de Moyses, freqüentes abluções de água fria e baniu completamente o uso do vinho e dos licores fortes. Aos crentes ensinava que, antes de começarem as orações, lavassem a cara e as mãos até aos cotovelos, os pés até os tornozelos, e enxugassem bem a cabeça ‘Purificai-vos e depois sereis aproximados de vosso senhor’ [...]”. Cf. SIMAS, Francisco. O valor d’água. *A União*. Parahyba do Norte, nº 12, 16 jan. 1916, p. 2.

16 Atual João Pessoa.

excelente água e pedra de cal em abundância”¹⁷. A escolha da planície foi determinada pela qualidade da água que a circundava, correspondendo assim, às necessidades do momento.

Em 1585, ano da fundação da cidade de Felipéia, a água não havia ascendido ao posto de elemento promotor de limpeza, seu uso na maioria das vezes se resumia à cura de doenças. Em 1462, o médico italiano Miguel Savanarola a recomenda para oftalmia e hemorragia; Cardanus de Paiva, 1575, critica os médicos por não utilizá-la no tratamento da gota; O doutor Hanoch, 1722, desenvolveu um tratamento antifebril com base no uso da água fria; Rhasés e Avicene, médicos árabes, aconselhavam banhos frios, respectivamente, para preservar-se contra a varíola e curar-se de febres ardentes¹⁸, etc. A prática de tomar banhos gerais ou meio banho era feita sob prescrição médica (médicos naturistas) com a utilização de água fria, pois esta mantinha os poros fechados contra o ar corruptor. Evitava-se banhos quentes por provocar languidez e abertura dos poros. Às vezes usavam-se duchas de água quente e fria ao mesmo tempo, seguida de fricções e uso de cobertores como meio de fazer o paciente suar para eliminar toxinas¹⁹. Contudo, em tempos de crescente desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico das cidades européias, os rios²⁰ tornaram-se imprestáveis para a prática da hidroterapia e, principalmente, para o consumo cotidiano no preparo dos alimentos, já que a água deveria ser limpa. Tempos de águas raras. As cidades estavam crescendo e transformando o ecossistema para atender às suas necessidades materiais. Estávamos no início da idade moderna²¹.

As cidades européias que nasceram circunscritas por espaços hídricos, a exemplo de Paris (Rio Sena) e Londres (Rio Tâmisa), mantinham com estes uma relação dúbia, pois ao mesmo tempo em que faziam uso de suas águas para afazeres domésticos, jogavam em seu leito todo refugo nauseante do trabalho diário. Para Daniel Roche, a poluição das águas que circundavam a cidade criava a necessidade de ir buscá-las em locais afastados da zona urbana. Um local que resguardasse suas qualidades. Para este fim, seria necessário criar novos

17 Cf. COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d'água da capital*. In: Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa, 1948, p. 61.

18 Ver os artigos de Francisco Simas publicados no jornal *A União* em 1916.

19 A medicina até a metade do século XIX era quase unânime quanto ao método de se fazer retirar do corpo os eflúvios excessivos. Todavia, as pessoas já se utilizavam da inoculação do vírus da varíola, como uma espécie de vacina. Contudo, esta prática era seguida de constantes resistências, pois o procedimento se diferenciava do que tradicionalmente se conhecia, ou seja, muitos acreditavam está injetando a própria peste.

20 Daniel Roche cita um poema que fala do rio Sena, o qual já no século XVI se encontrava poluído. Havia a sua margem ateliês de curtidores e tintureiros que lançavam no rio resíduos nocivos e todos que dele fazia uso atiravam todo tipo de lixo às suas águas. ROCHE, Daniel. *A água e sua utilização*. In: *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do séc. XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 183-222.

21 Idem, p. 185.

equipamentos técnicos que pudessem trazer para o aglomerado urbano água pura e em quantidade suficiente para suprir a todos. Nesse período os aquedutos romanos já eram bem difundidos na Europa. Todavia, entre 1770 e 1780 os ingleses apresentaram nova forma de adução da água por meio de um sistema de bombeamento, o qual provocou debates ferrenhos por serem aparelhos que careciam de manutenção permanente. Com a implantação de um equipamento moderno, que trouxesse água de longas distâncias e de qualidade para o espaço urbano, o modo de vida iria ser alterado, outras representações iriam ser criadas com relação à água. Era a mão do homem utilizando o cultural para transformar e interferir na natureza, com o intuito de adaptá-la às necessidades deste. Uma tarefa que caberia às habilidades técnicas dos engenheiros.

As ações dos engenheiros vieram depois que os médicos dos espaços começaram a ver a água com suspeitas, principalmente, aquelas vindas de áreas pantanosas. Esta desconfiança com relação à água reaparece com a releitura dos ensinamentos de Hipócrates na modernidade e o surgimento do movimento higienista no século XVIII, depois de um longo período de uso das águas dos rios, lagos e lagoas. Como podemos notar novas sensibilidades estavam sendo gestadas com o auxílio das invenções técnicas. Com isso, buscava-se afastar os homens dos espaços corrompidos. Rejeitavam-se as águas estagnadas dos lagos e das lagoas que estivessem envolvidas pelos pântanos. Este tipo de atitude é bem perceptível nos discursos dos administradores do Estado da Parahyba no século XIX, quando a Lagoa dos Irerês passou a ser vista como local de proliferação de miasmas²². Anteriormente a este momento, as águas da lagoa eram utilizadas, ao que tudo indica, para os mais variados fins por aqueles que habitavam a cidade no período da ocupação holandesa, como bem mostra o mapa a seguir:

22 O que se entendia por miasma? A este respeito Chernoviz diz que “tomando a palavra em sua concepção lata, considera-se sob este título todas as *emanações nocivas*, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muitas causas que os originam; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-os à investigação de nossos sentidos, só o olfato nos pode advertir da sua presença: não nos é dado tocá-los nem vê-los. A química mais engenhosa perde-se na sutileza das doses e combinações miasmáticas; de ordinário, nada descobre no ar insalubre ou mortífero que deles esteja infectado, e quando consegue reconhecer nela uma proporção insólita, ou a presença acidental de algum princípio gasoso, não nos revela senão uma diminutíssima parte do problema. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Varíola, vacina e “vacinophobia”*. In: *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 169.



“Frederica Civitas”²³

O mapa traça diversos caminhos, alguns levavam os habitantes da cidade de Frederica aos lagos ou lagoas que ficavam nas imediações do aglomerado. Outros rompiam a mata e atravessavam as planícies indo de encontro às praias a leste da cidade. Ou ainda tornavam mais fáceis o contato com o porto natural do rio Sanhauá. Além do mais, a cidade era, e ainda é, cortada por outros rios e/ou riachos que alimenta(va)m o rio Sanhauá e o rio Paraíba. Conforme Maria Cecília F. Almeida, a cartografia dos tempos de Frederica aponta para a probabilidade de que a Lagoa dos Irerês (atual Parque Sólon de Lucena) tivesse papel importante no suprimento d’água à capital. Embora os médicos higienistas no século XIX tenham feito duras críticas às suas águas, por acreditarem que estas eram causadoras de diversos males. Este tipo de discurso fazia coro para que a população deixasse de utilizar tais

23 Mapa retirado do trabalho de Maria Cecília Fernandes de Almeida, no qual expõem que é uma “[...] Gravura de Jan Van Brosterhuisen. FONTE: Detalhe de uma imagem, que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS-1647), estampa nº 26, exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro [...]”. Cf. ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. 2006. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006, p. 33. Ver esta imagem também no livro de REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM, 2000.

águas. Todavia, tais advertências eram muito mais recorrentes do que possa parecer e fazia eco às discussões provenientes de outras localidades do globo terrestre como veremos por meio de um trecho do livro do médico português Francisco de Mello Franco²⁴ intitulado “Elementos de higiene” de 1814. Suas palavras demonstram o receio que se tinha naquele momento com relação às águas

das lagoas, e charcos [pois as mesmas] são turvas, grossas, amareladas, limosas e com cheiro semi-pútrido. Não podem servir para a bebida dos animais; mas os agricultores reputam-nas excelentes para a rega. Nestas águas, em particular no verão, continuamente apodrecem vermes, insetos, e vegetais; e delas exala-se sempre amoníaco, e gás hidrogênio azotado, que parece ser o princípio das febres remittentes, e intermitentes, e das disenterias biliosas, e podres, que reinam nos sítios cobertos de águas encharcadas²⁵.

O medo do que pudesse ocorrer com aqueles desavisados que persistissem no uso de tais líquidos, provocou uma maior rejeição e fiscalização das localidades que utilizavam águas provenientes de lugares suspeitos. Como exemplo desse tipo de prática, temos a Lagoa dos Irerês da capital paraibana do século XIX, que nas palavras de Cecília Almeida os médicos a via como um espaço “perturbador do quadro sanitário da cidade”. Para uma maior fundamentação de suas argumentações, a mesma cita um trecho da Chorografia da Província da Parahyba do Norte - 1857, escrita pelo tenente-coronel Henrique Beaurepaire, então presidente da província que diz: “em todo o tempo em que estive na Parahyba do Norte, observei que os médicos à encaravam com desgosto, atribuindo aos miasmas que se formavam uma ingerência perniciosa na saúde dos moradores ambientes e quiçá de grande parte da cidade”²⁶. Estudar e fiscalizar a água, bem como sua composição e decomposição em meados do século XIX, tinha por meta alcançar o novo sonho proveniente do campo da medicina, qual seja: a conservação da saúde em detrimento à busca da cura das doenças como era defendida pela medicina tradicional. Este tipo de discurso em torno da água tentava fazer com que a população deixasse de usar aquelas derivadas de espaços pantanosos como as

24 Segundo Martins, o médico Francisco de Melo Franco prescrevia “... que se ferva a água impura, quando for necessário utilizá-la para beber [...]”. O interessante nesta observação é a análise que Martins faz da recomendação de Franco, pois diz em seguida: “Para nós, esse tipo de procedimento é justificado pela destruição dos microorganismos vivos que podem existir na água. Na época, no entanto, a justificativa era outra: libertar a água de sólidos dissolvidos nela e, principalmente, produzir a evaporação dos miasmas”. Cf. MARTINS, Roberto de Andrade. *Miasmas ou microorganismos?*. In: Contágio: a história da preservação das doenças. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 05 de junho de 2008. p. 151.

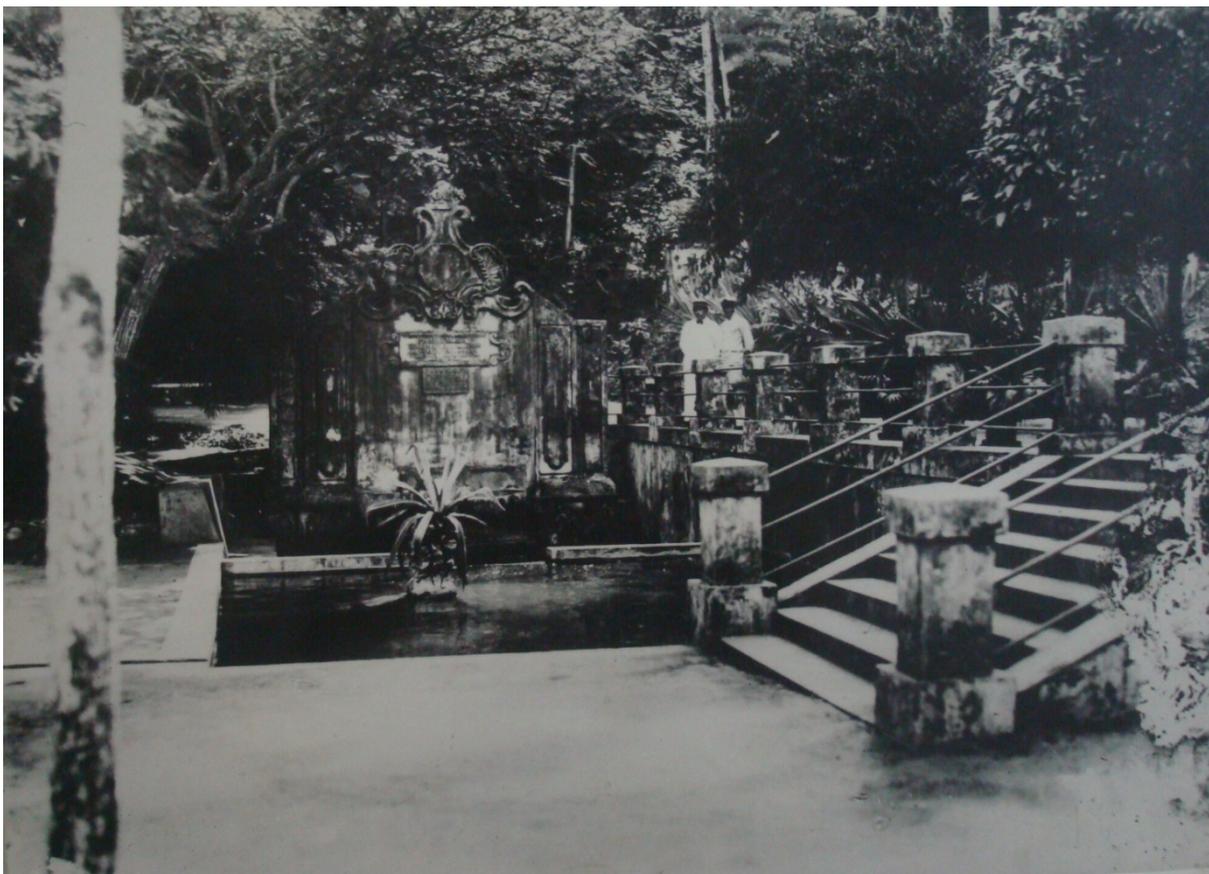
25 Idem, p. 151.

26 ALMEIDA (op. cit, 2006:161).

lagoas e os charcos, e em contrapartida fizessem maior uso das águas de poços e fontes públicas. Tudo em nome da saúde.

De acordo com o prefeito da capital em 1921, Walfredo Guedes Pereira, a cidade utilizava-se das águas de cinco fontes públicas, as quais, naquele ano, se encontravam em mau estado de conservação. Seguindo a exposição do mesmo prefeito, vejamos algumas informações sobre as fontes públicas: a fonte de Gravatá, que ficava na Rua Maciel Pinheiro, no pátio do antigo Quartel de Polícia (onde hoje é o Mercado de Artesanato) e se encontrava “[...] cheia de lixo, vendo-se, somente, pequena parte de suas muralhas acima do nível do solo[...]”; a Bica dos Milagres no sopé da Ladeira de São Francisco, que estava totalmente inutilizada; a Maria Feia, situada em uma das extremidades da estrada de Mandacaru, que não se prestava a melhoramentos devido o pouco valor de suas águas e a dificuldade de acesso a esta, já que estava localizada em uma ladeira de grande declividade; a Cacimba do Povo, que era um tanque de boa água que se situava “[...] no vale que fica a oeste da Rua Dr. Epitácio Pessoa”, ou seja, por trás da Rua das Trincheiras; e a Tambiá, com localização no bairro do mesmo nome, era uma das fontes mais procuradas devido à abundância e qualidade do líquido, a qual, nas palavras de Guedes Pereira, merecia reparo e atenção especial. Esta fonte se destaca por ser alimentada por oito nascentes, que para ser preservada, optou-se pela criação, em 1919, de um Horto Municipal chamado Parque Arruda Câmara²⁷. Vejamos uma fotografia da fonte de Tambiá:

²⁷ No terceiro capítulo veremos mais detalhes sobre o Parque Arruda Câmara, bem como alguns logradouros, os quais, segundo os higienistas, eram considerados o pulmão da cidade.



1931 – Bica de Tambiá. Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues

Desgastada pelo tempo, a fonte nos remete a um passado constituído por outras sensibilidades e/ou sociabilidades. Local onde se aglomeravam pessoas com o intuito de levar ao lar uma água doce e pura, ou fazer a assepsia corporal. Um espaço de prováveis disputas, no qual se encontravam tanto pessoas pobres que não podiam comprar água em seu domicílio quanto aqueles que a utilizavam para o negócio de vendagem de água pelas ruas ou de porta em porta. A fonte de Tambiá “[...] falada em quase todo Brasil, é de uma água sem rival [...] É uma vertente de grande força e posso dizer sem medo de errar que metade da população da cidade se abastece com sua água”²⁸. Sua edificação data de 2 de março de 1782, um ano após a construção da fonte de Gravatá que, possivelmente, foi destruída pelo contínuo agravamento do seu estado sanitário, pois os habitantes passaram a fazê-la de depósito de lixo. Segundo Coelho Filho, as águas eram apanhadas geralmente em potes, barris e/ou ancoretas, as quais eram transportadas ora na cabeça, ora em carroças ou lombo de animais. Acrescentamos ainda as palavras de Sant’Anna, sobre os depósitos de água em São Paulo e que, possivelmente, pode ter existido na Paraíba: “Barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros cocos, baldes

28 Jardim *apud* Coelho Filho; 1948: 61.

[...]", etc. Constatamos assim que "A variedade de utensílios e materiais utilizados para a coleta, o transporte e o armazenamento da água é um testemunho da riqueza da cultura técnica e material existente no passado..."²⁹. Com isso, vale lembrar como eram as formas de se obter o "precioso líquido", pois, como se sabe, até o início do século XX a cidade da Parahyba do Norte era desprovida de um serviço de água em rede, cabendo aos "aguadeiros", mediante pagamento, suprir cotidianamente a cidade. A profissão de "aguadeiro" era antiga, pois segundo Mário Sette, referindo-se à experiência recifense, "[...] muitos libertos de 88 permaneceram servindo as casas não providas ainda de 'água encanada'[...]"³⁰. Tal como no Recife antes do sistema de abastecimento em rede, podemos afirmar que o comércio de água na capital paraibana permaneceu durante a primeira década do século XX sem qualquer alteração. Todavia, quando se termina a execução do projeto de abastecimento de água do engenheiro Miguel Rapozo, a história toma outro rumo. Para se ter uma idéia de como era feito o abastecimento de água, anteriormente ao serviço em rede passemos a observar a foto a seguir:



1931 - Aguadeiros. Fonte:Acervo de Walfredo Rodrigues

29 Sant'Anna *apud* Barreto, Neila Maria Souza. *Água de beber no espaço de Cuiabá: (1790 – 1886)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

30 SETTE, Mário. Tigres e Cambrones. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d. (primeira edição é de 1948).

Eis uma cena comum nas ruas da cidade da Parahyba do Norte: aguadeiros, conduzindo animais, que transportavam água em ancoretas, os quais vendiam o precioso líquido de porta em porta. Na foto, clicada na Rua da Viração (atual Gama e Melo), os aguadeiros estão a vender o líquido mais esperado pelas donas de casa preocupadas com certos serviços domésticos como, por exemplo, a alimentação e a higiene. Olhando detidamente a foto, o leitor poderá observar a existência de algumas pessoas nas soleiras das portas, possivelmente, estavam a espera daqueles homens responsáveis pela venda de água pelas ruas da cidade. Tal atitude demonstra que o trabalho era, constantemente, perpassado por ansiedades e angústias provocadas, muitas vezes, pelas longas horas de espera ou demora desse tipo de mercadoria. Qualquer atraso fazia desandar o bom andamento da vida doméstica. Pensando nesta vida cotidiana restrita ao lar nos indagamos sobre a falta de certa mobilidade - serviços parados ou atrasados – durante o período em que a água demorava a chegar. As esperas, supomos, eram quase que intermináveis. Imaginemos assim, o desconforto e as ansiedades que a demora provocava na organização da vida doméstica. Elucubrando um pouco mais, o leitor poderá transpor a barreira do tempo e se pôr em um passado recheado de outras sonoridades, passos e o relincho dos animais pela rua, ou ainda, os avisos, os códigos e as posturas endereçados aqueles que queriam comprar água. Certamente os aguadeiros produziram sonoridades para avisar que já se encontravam no espaço urbano. O que primeiro deveria ser feito quando a carga de água chegasse? Preparar o almoço, lavar a louça? Quem sabe não seria o corpo o primeiro a fazer uso dessas águas³¹. Levando em conta as descrições de Coelho Filho “[...] o banho era tomado em alguma fonte, como Tambiá ou Gravatá, ou em riachos próximos, onde também [se] lavava roupas”³². Além das águas das fontes, os aguadeiros também as apanhavam em inúmeras cacimbas particulares, onde “a carga d’água composta de 4 pequenos barris, custava 80 réis [...] na cacimba e era vendida a domicílio a 200 réis [...]”³³. Quanto aos banhos, no início do século XX, estes eram vendidos nas cacimbas³⁴ ao valor de dez réis ou eram tomados na bica de Tambiá, conforme deixa

31 Falamos isso em relação aquelas pessoas que não freqüentavam as fontes para fazer assepsia do corpo.

32 Quem não podia comprar uma carga de água para assepsia corporal e domiciliar, iam até as fontes e rios para tomar um banho. Cf. COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d’água da capital*. In: Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa, 1948, p. 65.

33 Idem.

34 Vejamos algumas das cacimbas que vendiam água e banho: “a de José Holmes, na Rua da Gameleira; a do dr. Belino Souto, na Rua da Palmeira; a de d. Maroca Estrela, no Passeio Geral; a do Padre Meira e a de Joça da Marinha, na rua 13 de Maio; a de Manoel Lopes de Melo, na Diogo Velho (Lagoa Detrás); a do dr. Moreira, em Cruz do Peixe [...]”. Cf. COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d’água da capital*. In Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa, 1948, p. 64-65.

registrado o engenheiro militar João Claudino de Oliveira da Cruz:

[...] [tem dias] que pela manhã não existe gota d'água [fala em relação à fonte] [...] essa falta é devido aos banhos que tomam, crescendo a circunstância de muitas vezes abrirem as bicas e deixarem de fora os tacos de madeira que as fecham [...] O lugar onde se acham situadas as bicas é murado, e para chegar a elas, é necessário descer uma escada de cantaria de 2 ou 3 metros de altura. Como se vê, forma-se ao redor das bicas uma pequena praça, onde se reúnem os aguadeiros. Esta praça a todas as horas do dia e da noite está entregue ao povo que não só utiliza-se dela como casa de banho, como também ali satisfazem certas necessidades. Pelo que venho demonstrando a fonte do Tambiá não prima pelo asseio, pois se bem que a água seja de boa qualidade suas imediações não são respeitáveis, pelo que torna-se desagradável o ambiente do lugar onde ela está situada. É pena que ali não seja observado asseio e precisa decência. Se uma família desejar visitar aquele local vir-se-á obrigada a enviar adiante uma pessoa para observar a fonte e avisar as pessoas que ali se acharem da chegada da família [...]³⁵.

Na visão de João Claudino a fonte de Tambiá era um espaço de sociabilidade entre aguadeiros, bem como um lugar representativo da promiscuidade, pois, devido sua distância em relação ao centro da urbs era um lugar propício aos encontros furtivos. Imaginemos quão rico não seria um inventário das sonoridades deste espaço. Conversas amistosas, brigas, murmúrios, passos, animais a relinchar, as árvores a balançar e a água a correr na bica. Atividade cheia de sonoridade esta. Mas, além das sonoridades e das diversas práticas de uso do espaço, os textos do engenheiro, no geral, procuram fazer um inventário das formas de abastecimento de água a capital com a intenção de justificar e eliminar possíveis resistências quanto ao serviço em rede, quando este fosse posto em funcionamento. Todavia, enquanto o intento não fosse alcançado o engenheiro elaborou um discurso que visava desqualificar não só as fontes como também os poços e cacimbas, pois

essa água adquirida por elevados preços não oferece a menor confiança, porque quase toda é extraída de poços e cacimbas situadas em lugares diversos, onde não só em relação a constituição dos terrenos que formam o seu leito, como pela falta de cuidado de alguns de seus proprietários, não podemos por forma alguma preencher as condições exigidas as águas potáveis [...] direi que são elas impróprias para o fornecimento do líquido em questão [...] Procuremos portanto livrarmo-nos das cacimbas muito embora tenhamos que vencer a repugnância que muitos tem da introdução da canalização d'água na cidade³⁶

A repugnância que nos fala João Claudino, se processava como uma certa aversão as “maquinarias do conforto”, sem dúvida este tipo de atitude veio daqueles que viviam do

35 CRUZ, João Claudino de Oliveira. Melhoramentos da Capital Parahyba. *Gazeta da Parahyba*, Parahyba do Norte, 11 jan. 1889, p. 2-3.

36 Ibidem.

comércio da água, já que canalizar significava ter água em abundância e na hora que quisesse, bastava abrir a torneira. As águas trazidas pelos aguadeiros obedeciam ao tempo da parcimônia, da pouca abundância e da descentralização do comércio da mesma, pois vários particulares viviam de sua vendagem. O que é emblemático na fala do engenheiro João Claudino, é que ele busca convencer a todos da existência de outra forma de abastecer o espaço citadino. Com o novo sistema a vida seria simplificada e, conseqüentemente, a civilização já idealizada por muitos se instalaria de vez no seio da capital. Com isso, percebe-se uma luta entre os velhos hábitos e costumes de se fazer o suprimento de água à cidade e a nova forma de se ter acesso à mesma. O novo sistema, de acordo com o discurso de João Claudino, levaria os habitantes da cidade da Parahyba do Norte a outro modo de vida, com hábitos, comportamentos e gestos remodelados para atender às exigências do que se arvorava como novo. Discursos como estes buscavam criar representação que colocavam a necessidade de modernização nas formas de fornecimento de água à capital. Para isso, cabia impôr “[...] o alvorecer de mudanças de atitudes e sensibilidades com relação a determinadas práticas sociais que, acreditava-se, não mais satisfazer as demandas de uma elite que estava se tornando mais exigente e mais informada [...]”³⁷. Para muitos, principalmente os mais abastados, era de fundamental importância a obtenção das novas maneiras de se portar, tanto em relação ao corpo do homem quanto ao corpo da cidade. Dessa forma, entendia-se que qualquer cidade que se pretendesse moderna teria que primar pela higiene dos espaços, a qual seria obtida com o auxílio da água. Estávamos em fins do século XIX, momento em que a água ascende ao posto de elemento promotor de higiene.

2 - A chegada da água no espaço urbano: a promessa de água potável

A chegada da água nas casas [...] mudou rapidamente a vida de todos aliviando um fardo multissecular; para toda uma geração, o progresso rompia com a parcimônia [...]

Daniel Roche³⁸

37 CABRAL FILHO, Severino. Água: desejo, promessa e espetáculo. In: A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950). 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

38 ROCHE (op. cit. 2000:183).

Saindo do século XIX, época do engenheiro João Claudino, que discutimos no tópico anterior, propomos ao leitor adentrarmos ao século XX momento em que foi posto em prática os discursos ligado a higienização dos espaços paraibanos por meio canalização das águas. Tal concretização só se deu no governo de João Machado em 1912. Este foi o ano da inauguração do novo sistema de suprimento de água, empreendimento realizado pelo engenheiro Miguel Rapozo e iniciado em 1910. Após alguns meses de abastecimento, observou-se que a composição da água encontrava-se alterada, o que causou grandes discussões entre médicos e engenheiros quanto à potabilidade da água que era dada a consumo na Capital entre 1912 e 1913³⁹. Depois de muitas discussões e análises constataram que as águas estavam atacando a tubulação de ferro. Contudo, as providências necessárias para solucionar o problema demoraram certo tempo, tanto é assim que o jornalista Arthur Achilles⁴⁰ envia nova carta ao governador. Em abril de 1913 o jornalista renova o pedido de providências para a melhoria do abastecimento. Esta mesma solicitação já havia sido enviada ao governador João Pereira de Castro Pinto em janeiro do mesmo ano. Na segunda carta Achilles diz que

As águas servidas a esta cidade [são de] péssima qualidade, um atentado a saúde pública, urgindo que o governo inicie providencias rigorosas para a correção das causas que a deterioram. A continuar assim esse serviço, melhor será que voltemos ao regime anterior, da colheita d'água em mananciais particulares, com a provisão de burricos, a vontade do consumidor, cujo paladar, como V. Exc. Não ignora, dispensa um sem números de rebuscas técnicas na apreciação e constatação da potabilidade das águas, preferindo sempre as que melhor lhe sabem⁴¹.

Em meio aos problemas com um equipamento moderno, a saída para Achilles seria a volta da forma mais tradicional de abastecer a cidade, os aguadeiros deveriam reiniciar a vendagem de água pelas ruas e domicílios. Todavia, logo “[...] após a instalação do abastecimento oficial, o Conselho Municipal como para impô-lo ao consumo geral, estabeleceu, [...] contribuições proibitivas a indústria de vendagem d’água particular [...]”⁴². Para o jornalista esta medida proibitiva feria a liberdade de escolha dos cidadãos. Estava sendo-lhes negado o direito de escolher as águas que desejavam beber, se a da fonte e poços

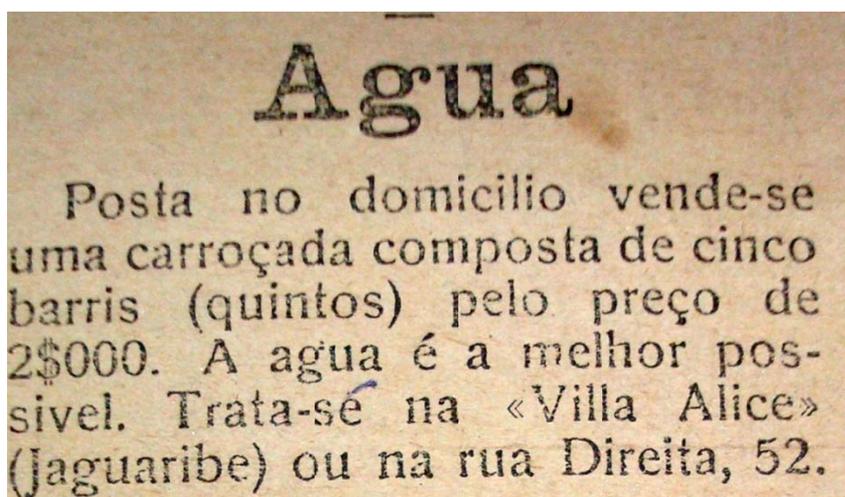
39 Maiores detalhes sobre a celeuma em torno da água consumida na capital paraibana ver o item três deste capítulo.

40 A celeuma de 1913, entre médicos e engenheiros da cidade da Parahyba do Norte, teve início quando o jornalista Achilles, no mês de janeiro, enviou uma carta ao governador pedindo providências em relação a água que supria a cidade, a qual, segundo o mesmo, encontrava-se deteriorada.

41 ACHILLES, Arthur. O nosso abastecimento d’água. Uma nova carta do ilustre jornalista Arthur Achilles. Um apelo ao Sr. Dr. Castro Pinto. *A União*. Parahyba do Norte. 11 abr. 1913. p. 1.

42 Idem.

que aparentemente eram doces e puras ou a dos encanamentos que vinham cheias de partículas de ferrugem. Seja como for, ao que tudo indica, a vendagem do líquido em domicílio voltou⁴³ a fazer parte da vida dos paraibanos, como podemos ver pelo anúncio publicado no jornal *A União* em 19 de abril de 1913, dois dias após a publicação da segunda carta de Arthur Achilles.



Se a proibição à vendagem⁴⁴ foi seguida à risca no começo do fornecimento de água em rede, o mesmo, provavelmente, não ocorreu quando o abastecimento oficial começou a suprir a cidade com “água deteriorada”⁴⁵. As pessoas, certamente, resistiam ao seu consumo por temerem os males que uma água impura poderia causar. Outras ficaram inquietas com relação às águas dos poços particulares e fontes sem reparos e sem higienização que

43 ÁGUA. *A União*. Parahyba do Norte. 19 abril 1913.

44 Em Cuiabá, segundo Barreto, quando a hidráulica começou a adução do líquido em 1893 o Código de Posturas da Câmara Municipal regulava que era “[...] vedado aos carroceiros tirarem água dos chafarizes e caixas d’água da cidade [...]”. O trecho que acabamos de citar nos leva a pensar sobre as diversas formas usadas pelo poder público para combater o comércio descentralizado dos aguadeiros. Além do mais, encontra-se subtendido a defesa do governo em favor da centralização das receitas provenientes das águas oficiais. Uma prática que, possivelmente, também se processou na cidade da Parahyba do Norte, pois os aguadeiros podem ter continuado seu comércio nas áreas não englobadas pelo sistema oficial. Cf. BARRETO (op. cit. 2007:97). Vale lembrar aqui, que ocorreram outras proibições, já que as pessoas estavam “desperdiçando este precioso líquido na irrigação de capinzais, hortas, jardins, etc.”. Para inibir tal ocorrência o diretor de obras públicas designou um fiscal para “[...] inspecionar [...] as casas onde se cometerem tais desperdícios e proceder, imediatamente, o corte da canalização”. Cf. DIRETORIA de obras públicas. *A União*. Parahyba do Norte. 16 dez. 1919.

45 A partir de então as resistências quanto as águas do abastecimento oficial perdurou por muito tempo. A informação se sustenta pelas publicações do Regulamento Sanitário Federal levadas a efeito pelo dr. Vidal de Melo, chefe da Comissão Sanitária Federal na Parahyba em 1919. As notas do jornal traziam artigos sobre a limpeza e proteção dos reservatórios; vigilância as torneiras para evitar desperdício; proibição do uso das águas de cisternas e poços onde o serviço oficial estivesse implantado, etc. Ora, bem se vê que a população ainda usava essas águas, pois do contrário ninguém precisaria ser advertido e informado sobre o cumprimento dos artigos do regulamento. Cf. COMISSÃO Sanitária Federal. *A União*. Parahyba do Norte, 05 set. 1919.

abasteceriam a capital por falta de águas melhores. Os reparos eram dispendiosos como podemos ver pelos valores fornecidos pelos governadores ao longo do século XIX, quando estes decidiam restaurar e higienizar as fontes públicas. Quanto aos poços, segundo Saturnino de Brito, suas águas são “cem vezes piores” que a do abastecimento oficial. Suas palavras, sem sombra de dúvidas, se referiam aos poços que eram abertos nos quintais das residências próximos de fossas que contaminavam o solo e, conseqüentemente, as águas do subsolo. Para Brito, “[...] a prática de se abrirem poços em determinadas residências para os serviços locais, [...] [poderia] ocasionar graves infecções [...]”⁴⁶. Outra coisa que nos chamou a atenção foi a informação, um tanto quanto curiosa trazida no anúncio⁴⁷, que referia ao local de origem da água, pois a mesma era capitada em Jaguaribe, no mesmo bairro em que foram cavados os poços para o abastecimento oficial. Poços, aliás, que causaram grande polêmica por estarem nas proximidades do rio Jaguaribe, que por ser margeado por um pântano era tido, por alguns, como impróprio para o abastecimento. E a pergunta fica no ar: as águas anunciadas eram de poços ou do rio que margeava o bairro de Jaguaribe? Resposta um tanto quanto difícil de responder. O certo a informar ao leitor é que o sistema de canalização continuou servindo a urbs com as águas dos poços do vale do Jaguaribe, já que as mesmas foram consideradas puras pelas análises científicas.

As águas dos poços de Jaguaribe, que eram mal quistas no início das obras do abastecimento, devido à possível produção de miasmas daquele espaço, ganham outro significado a partir do momento que a ciência classifica e certifica sua potabilidade. O médico Octávio de Freitas, abalizado bacteriologista do Recife, constatou que a água dada ao consumo público na capital paraibana era cristalina e isenta de germens, ou seja, não havia nenhuma matéria orgânica que pudesse prejudicar sua composição. Com essa análise e as discussões que a precedeu, percebemos que a microbiologia estava ganhando espaço entre os letrados, embora estes não descartassem o perigo que os odores poderiam causar. Então, para livrar-se dos maus odores, nada melhor do que aumentar o consumo de água para a higienização dos espaços, como forma de garantir a saúde do corpo social. Com o progressivo uso da água, poderia ser eliminado tanto o perigo invisível dos micróbios quanto a ação dos miasmas, detectáveis pelo mau cheiro que produziam. Devido uma maior exigência no consumo da água pelos higienistas, a rede de abastecimento da cidade da Parahyba do Norte

46 DR. SATURNINO de Brito. *A União*. Parahyba do Norte. 29 jan. 1913, p. 1.

47 O anúncio deixa entrever que havia, naquele momento, tanto vendedores de água a domicílio quanto pontos fixos de vendagem do mesmo produto.

demonstrava estar desgastada e necessitada de uma ampliação, o que só veio a ocorrer no governo de Sólon de Lucena, na década de 1920. Por este motivo, o governo paraibano renova, mais uma vez, o convite ao engenheiro Saturnino de Brito para que este venha pôr em prática tanto seu projeto de esgotamento sanitário, que foi idealizado em 1913, quanto a ampliação do sistema de abastecimento de água em rede já que a cidade já havia crescido e novas residências necessitavam ser abastecidas pela “maquinaria do conforto”. Buscava-se assim, colocar em prática o pensamento higienista, o qual acreditava “[...] que para manter a cidade salubre era fundamental controlar as ‘coisas’, como: água, ar, solo e aglomerações”⁴⁸. De acordo com o paradigma higienista a “água era peça chave neste esquema de purificar a cidade”⁴⁹.

Água como elemento do conforto e purificador dos espaços ganha maior destaque na capital paraibana, porém nem todos podiam pagar pelo consumo que o cotidiano exigia. A água era artigo de luxo, poucos a podiam pagar. Os mais abastados usavam água canalizada e os menos afortunados compravam o líquido nos chafarizes. Os chafarizes, conforme Souza em seu trabalho monográfico sobre a cidade de Cuiabá no final do século XIX, tornaram “a água produto de consumo coletivo sui generis e serviço urbano básico, ao exigir o encontro de classes, cria um lugar especial de construção de identidade, denunciado pelas disputas de preferência [...]”⁵⁰. Imaginemos as filas que se formavam e as disputas que se processavam ali, logo que o sol raiava. Bem se vê, com isso, que o moderno é marcado por contradições e/ou ambigüidades. O novo equipamento exigia um investimento, porém, que poucos podiam pagar. Este momento, marcado por novas exigências e um maior consumo de água traz, provavelmente, algumas dificuldades na hora de pagar pelo produto consumido. Certamente este tipo de dificuldade, com o passar do tempo agravou-se devido à mudança de relação dos homens com as coisas, fazendo nascer assim uma relação de banalidade. Estas deduções se sustentam pela leitura das análises sobre a receita e o consumo de água feita pelo engenheiro Raphael de Holanda, diretor de obras do Estado. Este, constata que o consumo nos chafarizes mantinha-se “[...] mais ou menos normal [...]” em 1917, enquanto que a receita se encontrava em baixa⁵¹. Com relação às residências dotadas com o novo equipamento, ao que tudo indica,

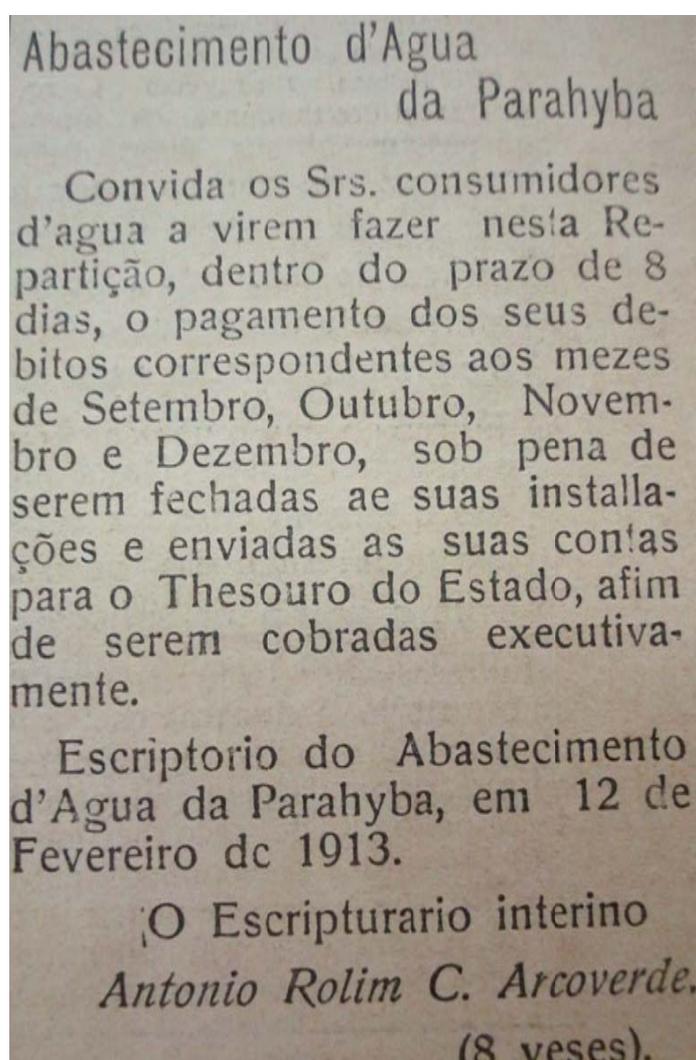
48 UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. [s.d.]. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, [s. d.] p. 113.

49 Idem.

50 SOUZA *apud* BARRETO (op. cit. 2007: 22).

51 DIRETORIA de Obras Públicas. *A União*. Parahyba do Norte, 10 dez. 1917, p. 1.

quitavam suas dívidas de consumo e de instalação⁵² trimestralmente conforme podemos notar pelo anúncio do jornal *A União*, o qual convoca os consumidores a quitarem suas dívidas. Caso o anúncio não fosse atendido, o corte no fornecimento seria efetivado. Com isso, nos vêm ao pensamento a confusão, os sentimentos de desmoralização ou mesmo vergonha que alguns usuários podem ter experimentado ao constatarem a interrupção do seu consumo devido à falta de pagamento. No mais, vejamos o que o escriturário interino do abastecimento de água publicou em 1913:



Abastecimento d'Água
da Parahyba

Convida os Srs. consumidores d'água a virem fazer nesta Repartição, dentro do prazo de 8 dias, o pagamento dos seus debitos correspondentes aos mezes de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, sob pena de serem fechadas as suas instalações e enviadas as suas contas para o Thesouro do Estado, afim de serem cobradas executivamente.

Escriptorio do Abastecimento d'Água da Parahyba, em 12 de Fevereiro de 1913.

O Escriptorario interino
Antonio Rolim C. Arcoverde.
(8 vezes).

52 As tubulações destinadas ao encanamento domiciliar eram fornecidas pelo Estado, pois este comprava diretamente do fornecedor e a preços mais baixos do que era vendido no comércio da Parahyba do Norte e Recife. Todavia, os donos de imóveis que utilizavam o material adquirido pelo governo se comprometiam em fazer o pagamento das prestações a cada três meses. Ver o relatório de Saturnino de Brito. Cf. BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 295.

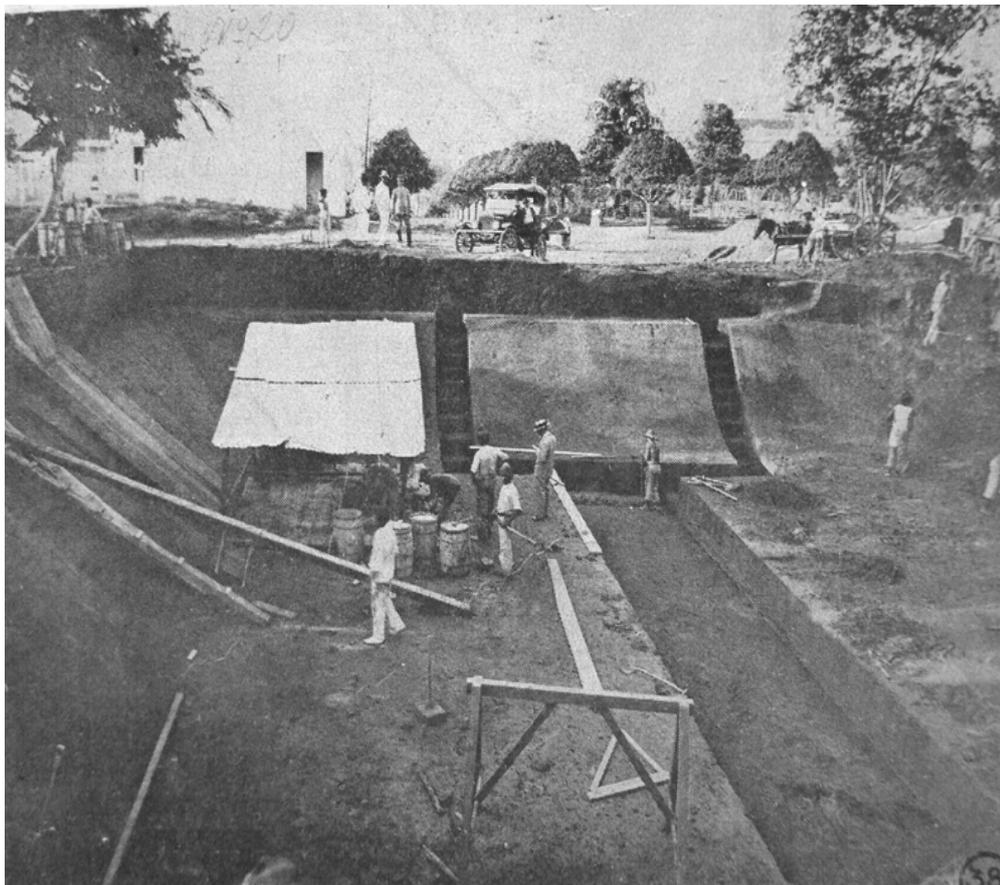
O consumo de água na cidade da Parahyba do Norte em 1913 era deficiente e insuficiente, pois apenas 300 a 400 m³ - respectivamente 300.000 a 400.000 litros por mês para toda cidade – eram dados ao consumo da urbs e, segundo Brito, os 11 poços existentes poderiam “[...] dar mais de 5.000 m³ diários”. Com base nos cálculos de Saturnino de Brito para 1913, “[...] a população atual, admitindo a base de 7 habitantes por prédio e sendo 3.000 o número de prédios, é de 21.000 habitantes. A 200 litros diários por habitantes, para serviços públicos e privados, o volume de água disponível deverá ser 4.200 metros cúbicos”⁵³. Esta estimativa tinha como referência 3 mil derivações residenciais, porém, o número de casas abastecidas por encanamento perfazia, até aquele momento, apenas 1.600 derivações. Logo, podemos perceber que o engenheiro optou pela adoção de uma margem de consumo que previa um crescimento na procura pelo novo sistema. Como, aliás, é característica dos trabalhos de positivistas como Brito, que tem o pensamento com vistas a uma superação, ou seja, idealiza o crescimento e o progresso da cidade. Não sendo o bastante, o mesmo ainda faz mais duas estimativas, uma para quando a cidade alcançasse 32 mil e outra para quando contasse 50 mil habitantes.

O abastecimento projetado por Saturnino de Brito levou em consideração a rede antiga de tubulações que na zona alta tinha 8,5 km e na zona Baixa 8 km de extensão. Seguindo-se a isso, houve uma expansão de, respectivamente, 6,5 e 16,5 Km. Nos 13 anos de vida da antiga canalização, poucos reparos foram feitos, estando a mesma em 1924 sem perspectiva de durabilidade. Porém, devido “[...] as dificuldades financeiras, em quase todos os países, e os altos preços dos materiais nós aconselhamos a adiar a substituição” dos canos Manesmann – de fabricação alemã – que tantos problemas já haviam causado às águas consumidas na capital. Aliás, todo equipamento utilizado no primeiro sistema, estava com problemas, pois durante os 13 anos de sobrevida passaram apenas por uma manutenção, a qual foi feita em 1917 sob a responsabilidade do engenheiro Raphael Holanda. Segundo Holanda, o saneamento da cidade da Parahyba do Norte estava prejudicado devido à 1ª Guerra Mundial, pois a maior parte dos materiais eram fabricados na Europa. Findo o conflito e restabelecidas as finanças e os contatos com os fornecedores europeus, os trabalhos de saneamento urbano podiam ser retomados e concluídos. Em 1923 inicia-se o serviço de esgotamento sanitário e em 1924 têm-se os trabalhos de ampliação da rede de distribuição de água, que de imediato

53 BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 295.

necessitou ter sua rede de canalização prolongada, bem como o aumento do número de reservatórios.

Com a divisão da cidade em duas zonas (alta e baixa) os trabalhos exigiam que se construíssem outros reservatórios, pois, até aquele momento, só existia um com capacidade de apenas 116 m³. Este reservatório, que ficava na Avenida João Machado, não tinha capacidade de abastecer toda a zona alta da cidade, por isso, foi projetado outro em suas proximidades, que armazenaria 1.000 m³. Somente dessa maneira, estaria resguardado o suprimento de água da zona alta. Para a zona baixa, foi criado um reservatório em cava na Praça Venâncio Neiva, cuja captação também era de 1.000 m³. O aumento na distribuição era visível pelo som dos trabalhadores e de seus instrumentos: picaretas, pás e enxadas. Era a inovação técnica auxiliando a limpeza pública. Para melhor visualização do que dizemos, vejamos uma fotografia da construção do reservatório da zona baixa:



1922 - Construção do Reservatório. Fonte: Revista Era Nova

A foto em exposição mostra o grau de desenvolvimento e progresso que os paraibanos

estavam alcançando. Usando nas construções o ferro fundido e o cimento armado os administradores objetivavam, em pouco tempo, colher os *louros* da civilização. Para tanto, era chegado o momento de ir mais a fundo na inserção de novas reformulações e representações sobre a cidade e isso só se concretizaria quando os “hábitos inveterados” fossem corrigidos. Era preciso romper de vez com a parcimônia dos modos, hábitos e costumes arraigados no seio da sociedade desde o período colonial. Nesse tipo de empreendimento, a fotografia era utilizada como prova de que o futuro de progresso da Parahyba estava resguardado por meio dos elementos de modernização. Conforme Maria Amélia M. Dantas, a partir de 1910 o saneamento, bem como o combate às epidemias, era um debate internacional⁵⁴. Pelo que expomos até agora, nem o Brasil e, muito mesmo a Parahyba, estavam de fora desta empreitada. Em consonância com os debates e ações empreendidas dentro e fora do Brasil, sobre o saneamento e a higiene, foi elaborado em 1911 o Regulamento do Serviço Sanitário da Parahyba⁵⁵, que logo em seu capítulo I informa que uma das atribuições da Diretoria de Higiene era: “A fiscalização dos serviços de iluminação, abastecimento d’água, canalização dos esgotos e a de águas pluviais”. Esta diretoria ficou responsável pela fiscalização das águas do abastecimento até 2 de abril de 1912⁵⁶, quando foi criado o Regulamento de Abastecimento de Água da Capital. Assim, tem-se no capítulo I: “Art. 1º Fica criado o serviço de abastecimento d’água da Parahyba que será feito por meio de chafarizes colocados nos pontos mais convenientes da cidade, e, em domicílio, por derivações tiradas da canalização geral”⁵⁷.

Fora o suprimento domiciliar, as águas poderiam ser pegadas nos 13 chafarizes da cidade, onde era vendida a 10 réis o balde de 15 litros e 20 réis o balde de 30 litros. Em conformidade com o regulamento era proibida a alteração no encanamento sem aviso prévio aos encarregados de administrar o serviço, sob multa de 50\$000 (cinquenta mil réis). A multa também era aplicada a quem desse, vendesse ou contaminasse as águas do sistema oficial. Sendo a multa aplicada e houvesse reincidência por parte do concessionário ao delito cometido, a multa duplicaria. Os chafarizes, assim como os domicílios, eram abastecidos com

54 Além da ampliação do saneamento urbano se verifica o surgimento dos debates sobre o saneamento rural, que teve seu auge com a “Liga pró-Saneamento do Brasil” em 1918. A saúde pública necessitava ser reformulada, e uma das saídas era centralizar o serviço e as ações, cujo ponta pé inicial coube ao presidente Epiácio Pessoa. Ver HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

55 Essa diretoria foi reformulada pelo Decreto nº 494 de 8 de junho de 1911.

56 Decreto nº 529. *A União*. Parahyba do Norte. 1919.

57 Ver o decreto nº 529 de 2 de abril de 1912, Acervo do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

águas tiradas do subsolo, por meio das escavações de poços, primeiramente, de forma manual (1910) e em um segundo momento (1924) feito com o auxílio de perfuratriz cedida pela Inspetoria de Obras Contra as Secas.



1922 - Perfuratriz. Fonte: Revista Era Nova

Assim como na foto anterior, os homens aparecem em meio ao trabalho de construção de um dos símbolos do progresso. Findo as obras de saneamento básico, a cidade da Parahyba do Norte teria uma significativa melhora no campo da saúde pública, além de garantias de que seus habitantes estavam prestes a adquirir hábitos de uma sociedade *civilizada*. A perfuratriz, neste momento, trabalha para ampliar os poços de captação no Vale do Jaguaribe, ou seja, na Mata do Buraquinho. Ao rasgar a mata, os engenheiros do Escritório de Francisco Saturnino de Brito passaram a introduzir a técnica à natureza. Foi por meio da técnica que o homem – que toca e marca a natureza tornando-a cultural - buscou organiza e cria equipamentos e leis, que lhe dessem a segurança de que a natureza estivesse a serviço do homem e sob controle deste. Era a técnica que traria a certeza, tão decantada pela modernidade, de que os vários elementos da natureza estariam a serviço do homem. Com a modernidade, o homem sentiu a necessidade de higienizar-se, pois só assim poderia garantir sua perpetuação. Higienização, sanitarismo, salubridade são termos que nos remetem ao movimento higienista iniciado no

século XVIII. Todavia, estas mesmas palavras passaram a ter maior difusão nos séculos XIX e XX quando a idéia do saneamento tomou maior vigor, na Europa e no Brasil. Pelo inventário das águas que expomos até agora, faz necessário a análise de algumas falas médicas em contraponto ao discurso dos engenheiros. Qual a concepção higiênica que seguem: microbiana ou miasmática? Um caso a ser estudado.

3 – Uma infra-estrutura guiada pelas regras e leis da modernidade

“se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários”.

François Beguin⁵⁸

Varíola, tuberculose, paludismos, disenteria, sífilis, febre tifóide, erisipela, gripe, sarampo, etc. Segundo o médico demografista⁵⁹, essas eram algumas doenças que grassavam pela cidade da Parahyba do Norte na segunda década do século XX. Com esses dados em mãos, os médicos alertavam para as más condições higiênicas da cidade. Por esta época, o desejo de torná-la moderna estava na ordem do dia e, para isso, algumas iniciativas já vinham sendo tomadas pelas comissões sanitárias, a exemplo da coleta de lixo, limpeza das habitações, ruas e praças.

A infra-estrutura da cidade era minguada, se contava nos dedos, por exemplo, o número de ruas na área central que dispunha dos elementos da modernidade⁶⁰. A sociedade,

58 BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 40.

59 Estas são algumas doenças catalogadas pelo médico demógrafo do Repartição de Hygiene do Estado, Manoel Azevedo e Silva. Cf. SILVA, Manoel Azevedo. Síntese demografo-sanitarista da capital da Parahyba: durante o ano de 1913, *A União*, Parahyba do Norte, Nº 106, 15 maio 1914, p. 2.

60 Modernidade: um projeto racional idealizado pelos iluministas, pautado no lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Uma experiência que tem como marca a contradição entre produção e reprodução da sociedade da razão. Ela ainda se divide em dois aspectos, modernização e modernismo. O primeiro, que é o que nos interessa neste trabalho, se caracteriza como um processo empreendedor que transforma a sociedade por meio das inovações técnicas. Já o segundo, é dado a ver pelos movimentos das vanguardas, que observa e critica este projeto racional com seus encantos e desencantos. Cf. BERMAN, Marschal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. Ver também a modernidade fluida cuja velocidade com que transforma condutas e comportamentos é tão grande que nos deixa sem referência e sem raiz, ou seja, esta é a modernidade líquida. Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução, Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Ver ainda Aranha, que trabalhando com a construção das estradas de ferro no nordeste problematiza a impossibilidade de uma modernidade no Brasil e, especialmente, no norte, se a compararmos com a Europa, onde o nível frenético das ruas, no século XIX, com milhares de rostos

desejosa de meios que a deixasse com ares *civilizados*, segundo a opinião pública, ansiava por novos equipamentos modernos. Neste mesmo contexto, o corpo médico ansiava também por mudanças na fisionomia da urbs. Todos acreditavam nas transformações através do novo ou novidade. E isso, na concepção dos letrados, só seria possível por meio da inserção de planos de modernização. Planos sem os quais, de acordo com o discurso médico, gerava a impossibilidade de classificar a capital como moderna e civilizada, porque o serviço sanitário era desorganizado, razão pela qual as epidemias não davam trégua.

Assim sendo, o momento requeria ações drásticas no sentido de eliminar possíveis focos epidêmicos, que fragilizava física e moralmente todo o corpo social. Neste sentido, a mensagem presidencial de 1912, nos demonstra a ansiedade perante as ações da ciência, pois,

o homem não pode mais dados os conhecimentos modernos da ciência, ser dominado pelas epidemias como há séculos passados acontecia! O domínio absoluto das grandes e apavorantes epidemias de que temos notícia em séculos que já lá se foram, não tem razão de ser hoje, que o homem está aparelhado pela ciência para resistir essas anomalias da natureza, a esses elementos terríveis de destruição⁶¹.

Ao que parece somente a organização de um serviço sanitário eficiente e moderno, pautado em preceitos científicos, faria emergir a civilidade em todos os grupos que viviam a cidade. Os médicos higienistas desejavam sanear o espaço citadino e fazer mudar certos hábitos populares que a caracterizavam como incivilizada. As categorias menos abastadas precisavam de comportamentos que coadunassem com o que era defendido pela ciência médica moderna. O discurso médico é categórico: ser moderno é andar na linha dos novos preceitos higiênicos, é inserir no espaço urbano infra-estrutura capaz de fazer mudar condutas pouco ou nada civilizadas. Para isto seria necessário ampliar o conjunto de soluções até então postas em prática.

As soluções daquele momento não poderiam ser resumidas à implantação de um sistema de iluminação e transporte público, calçamento de algumas ruas e praças. Era preciso,

anônimos já davam o tom da vida urbana fluida. O que no Brasil levará muito tempo até alcançar todo este movimento. Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômico e práticas culturais (1880-1925)*. 2001. 461f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. Ou ainda conferir a tese de Rezende, que explana sobre as tensões que a modernidade causou entre os intelectuais do Recife. Cf. REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. 1992. 190f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992.

61 Referimo-nos a Mensagem Presidencial proferida por João Lopes Machado a Assembléia Legislativa em 1912. Ver as mensagens no site da Universidade de Chicago que estão disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>. p. 41. Acesso em: 20 abr. 2008.

dentro de uma perspectiva médica, organizar o serviço médico sanitário e de forma imediata ampliar suas ações aos outros grupos sociais. De início, registrou-se em 1911 a regulamentação e institucionalização do Serviço de Higiene da Parahyba, o qual ficará em vigor até 1917⁶². Ao ser criado o referido regulamento, João Machado, médico higienista e presidente da Parahyba entre 1908 e 1912, dizia ter como referência para confecção das leis sanitárias do Estado os códigos elaborados pela Inglaterra⁶³. Nesse sentido, visando a higiene pública o governo procurou dotar a cidade de

uma perfeita organização de higiene pública de direção centralizada, capaz de examinar, comparar as ocorrências verificadas em toda a longa extensão de seu território, e ainda propagar as instruções necessárias para garantir a sua perfeita execução [...] Dominado por essas idéias confeccionei o nosso regulamento sanitário, que representa um trabalho de adaptação entre nós das leis conhecidas⁶⁴.

Com a adaptação das leis sanitárias às condições do meio da Parahyba, o decreto nº 494, de 8 de junho de 1911, foi institucionalizado e praticado pelo grupo que formava a Diretoria Geral de Higiene do Estado. Vale ressaltar que, embora seja um decreto destinado a ações em todo Estado, na primeira década de existência deste órgão o serviço ficou restrito à capital. Para o interior os serviços se resumiam ao envio de algumas vacinas contra varíola e nada mais foi realizado para resolver o problema. Com a criação do regulamento, o governo esperava que a “[...] população [se dedicasse] ao auxílio das medidas higiênicas indicadas e postas em prática para benefício geral da coletividade”⁶⁵. Para conseguir que a população correspondesse às ansiedades médicas do momento fazia-se necessário direcionar a educação aos sonhos e desejos há muito esperados. Todavia, a procura por condutas *civilizadas* trazia consigo dilemas que se traduziam na “possibilidade ou não de ser seduzido por um tempo insaciável que não cessa de buscar o novo, despreza o passado, possuído pelo impulso de esquecê-lo”⁶⁶.

Entretanto, o desejo de eliminar da memória o tempo que passou pede a adoção de novas ansiedades, costumes e hábitos que possam apagar de vez da lembrança práticas tidas como tradicionais, arcaicas e atrasadas. Embora o esforço para esquecer seja titânico, as

62 Cf. SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios – o Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918*. 1999. 291f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 1999.

63 Mensagem Presidencial de 1911. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>. p.27. Acesso em: 20 abr. 2008.

64 Idem

65 Ibidem.

66 Rezende (op. cit., 1992:23).

marcas do passado insistem e se insinuam. O tempo deixa marcas, algumas visíveis outras nem tanto. A cidade, assim como o homem, em algum lugar do seu corpo guarda resquícios do seu passado, os quais, por mais que se tente apagar eles sempre vão, em determinados momentos, entrar em erupção trazendo lembranças que podem nos ajudar a responder os questionamentos do presente. A cidade ao ser cartografada nos demonstra que sua formação se sustenta pela relação entre o tradicional e o moderno⁶⁷. As pessoas que vivem seu cotidiano produzem relações culturais que o tempo não consegue apagar, tão pouco unificar. A moderna cidade guarda dentro de si vários grupos sociais, culturais, econômicos e políticos, cada um pensa de uma forma, cada um descreve ao seu modo a cidade que projeta para si. O espaço da cidade é permeado de múltiplas relações, todas em luta, em combate pelo privilégio de fazer predominar as suas formas de ver, estar e sentir.

O desejo cresce a passos largos, querendo fazer predominar uma única forma de ver e preservar os espaços. Tentava-se eliminar as incertezas por meio de leis, padronizar comportamentos tornando tudo racional para que já se saiba de antemão como o futuro será. Nesse projeto tudo é elaborado com perfeição e nada pode dar errado. Um único padrão de comportamento, uma única forma de ver e trabalhar o tempo, passado/presente/futuro, tudo linear⁶⁸. Os lugares estão postos, fixos, nada pode sair da ordem, ou corremos o risco de não alcançarmos a felicidade esperada. Este era o projeto da modernidade, onde precisão era um fator imprescindível. Aqui subsiste uma racionalidade pautada em leis. Ou seja, todos estavam orientados a seguir regras que não podiam ser quebradas, pois do contrário seria inevitável o desmoronamento do principal dogma da ciência: o progresso. Um progresso que para os pensadores do início do século XX, era visto como superação. Buscava-se, através do desenvolvimento técnico, fazer com que a sociedade pudesse chegar ao seu objetivo final, a felicidade plena. Para este fim, fazia-se uso da racionalidade científica, no desejo de acelerar os fins esperados.

Quando se observa historicamente a cidade, percebe-se a eterna busca de sua perfeição. Para isso, todos parecem estar com uma picareta em punho destruindo ou remodelando sua estrutura, seja ela física ou cultural. Mas, é em meio à destruição que a

67 Sobre a discussão entre moderno e tradicional. Cf. Rezende (op. cit., 1992).

68 Para um maior entendimento sobre o tempo idealizado pelos Iluministas, o qual desprezava o passado em detrimento do futuro, sugerimos a leitura de Ricouer. Este, faz uma crítica aos Iluministas e defende a interação entre os tempos, ou melhor, o historiador deverá se deixar afetar não só pelo futuro, mas também tem que ir ao passado para formular ou reformular questões para combater o esquecimento. Para esse movimento, o mesmo sugere duas categorias desenvolvidas por Reinhart Koselleck, *espaço de experiência e horizonte de expectativa*. Cf. RICOUER, Paul. Rumo à uma hermenêutica da consciência histórica. In: *Tempo e narrativa*. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 359 – 391.

incerteza se mostra com todo vigor. A cada instante as mudanças adentram nas entranhas do ser. Porém, seu efeito destruidor de tempos passados não consegue apagar as inscrições deixadas por este mesmo tempo. São muitos tempos dentro do tempo que se arvora como novo. São muitas vidas, cada uma com seu tempo, cada uma com suas percepções ou formas de ver, sentir e adaptar as novas práticas. Cada pessoa ou grupo, no interior da cidade tem uma forma, que lhe é peculiar, de degustar e manusear os bens culturais que lhe são apresentados⁶⁹. Este tipo de projeto, onde quer que se insinue, será apropriado por todos de acordo com as peculiaridades de cada grupo ou espaço. Foi-se o tempo em que a certeza dava o tom das ações e projetos de vida. Dessa feita, vale lembrar que, o pesquisador que busca estudar as remodelações nas cidades do Brasil, deve deixar de lado uma possível comparação com os fenômenos urbanos europeus, pois estes no mesmo período de estudo, já experimentavam um ritmo de vida bem distinto das cidades brasileiras. No final do século XIX, por exemplo, o número de habitantes de Paris chegava a 1 milhão e em Londres somava-se um total de 4 milhões, enquanto que as maiores cidades do Brasil não conseguiam aglomerar 500 mil almas. Paris e Londres experienciavam um ritmo de vida veloz e frenético, com suas ruas cheias de desconhecidos sem laços afetivos ou idéias semelhantes. Este tipo de movimento urbano levou anos para ser vivenciado no Brasil⁷⁰. O que podemos afirmar é que o Brasil do final do século XIX e início do XX, experimentara apenas um dos aparatos da tão decantada modernidade, qual seja, a modernização. Mesmo sendo possível afirmar que a modernização via inserção de equipamentos modernos deu o tom nas reformas urbanas no início do século XX, podemos também afirmar que todas essas implantações se deram das mais variadas formas e não como padrão único.

No início do século XX o Brasil era regido por uma constituição que resguardava o direito de autonomia dos Estados, a União não poderia interferir nos assuntos dos Estados e vice-versa⁷¹. Esse tipo de autonomia era bem claro quanto às questões de saúde pública, cada Estado ficaria responsável pela elaboração de leis e instituições que lhe fossem possíveis operacionalizar. Como a maioria dos Estados não tinha recursos para implantar melhoramentos no meio físico das suas cidades, muitos serviços, que se constituíam como

69 Embora Chartier não trabalhe com reformas urbanas, seus conceitos de apropriação e representação nos servirá como chave de análise, para trabalharmos as formas como os grupos vêm e usam os bens culturais, bem como as criações e definições que elaboram na/sobre a cidade. Ver CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

70 ARANHA (op. cit., 2001).

71 Cf. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

fundamentais para a saúde pública, demoraram décadas para serem implantados. No caso da Paraíba, as mensagens presidenciais são categóricas ao apresentarem o motivo que impedia a elaboração de obras de infra-estrutura, a falta de recursos financeiros.

Contudo, mesmo com poucos recursos, o então presidente João Machado resolve dotar a cidade da Parahyba do Norte de um sistema de abastecimento de água em rede. Uma obra realizada administrativamente, porque as propostas para a concessão que foram apresentadas, pelos grupos ou companhias, não condiziam com as exigências do governo. A água era um elemento fundamental para a saúde, mas, de acordo com o discurso oficial, não poderia ser qualquer água, tinha que ser de qualidade e em quantidade suficiente para garantir o asseio e a saúde de todos. Em artigo publicado a revista do IHGP, o médico higienista Flávio Marója dá uma visão das condições do meio citadino e acusa a necessidade de aperfeiçoamento do mesmo, com vistas a uma saúde “perfeita”.

Por onde quer que se comece o estudo das diversas causas, produtoras umas e agravantes outras, da má higiene da nossa capital, ver-se-á no seu término, que são inúmeras essas causas, cada qual mais carente de pronto e eficaz remédio, todas merecedoras de um remodelamento acorde as exigências da higiene moderna [...] Pisamos sobre uma vulcão latente, e este fará um dia a sua explosão, se, por ventura, não benfazeja não cuidar de dotar esta capital de melhoramentos que nos acautele contra a invasão das epidemias que encontram presentemente em nosso meio causas muito favoráveis ao seu repasto, bastando para mantê-las o ar corrompido que respiramos, proveniente do mefitismo telúrico. Entrássemos em minudências a esse respeito, e veríamos que ao lado de diversas outras causas infecciosas sobressai a falta de canalização d'água e esgoto, e daí o uso que fazemos das fossas fixas a que, por eufemismo, chamamo-as de latrinas, em sua maioria mal cuidadas e de onde se desprendem miasmas capazes de determinar as mais graves intoxicações⁷²

Logo, o abastecimento sistemático de água, dentre outros benefícios, seria capaz de lavar e levar para longe as epidemias reinantes. As águas limpariam os corpos individual ou socialmente, despregaria doenças que se incrustassem nos objetos e roupas, lavaria as ruas nas quais houvessem escorrido o líquido viscoso dos lixos fermentados. Para além dos benefícios que a água traria para a cidade, há de se observar que o discurso médico traz inscrições de outro tempo, um tempo que o higienista Marója, dentre outros que exerciam a profissão médica na capital, procuravam apagar por ansiar atitudes científicas modernas. O discurso proferido pelo médico demonstra uma especial atenção com a corrupção do “ar que respiramos”, com o “mefitismo telúrico” e o mais importante, com a possível produção de miasmas pelas fossas fixas. Isto demonstra ou antes insinua que uma teoria do passado, a qual

72 MARÓJA, Flávio. *A nossa higiene*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, vol. 3, 1911.

as pesquisas de Pasteur e Koch já haviam deitado por terra, ou seja, a teoria miasmática ainda sobrevive na Paraíba na segunda década do século XX.

As emanações telúricas - odores exalados pela constante fermentação dos intestinos da terra - estavam coladas a um tipo de concepção médico-científica do século XVIII. Anteriormente a este período, especificamente na Idade Média, não havia divisões entre as concepções higiênicas, contagionistas e anticontagionistas⁷³. Não existiam posições definidas que pudessem estabelecer espaços ou formas de ação de cada uma das duas correntes de pensamento, as idéias de ambas se entrecruzavam mediante a necessidade da boa saúde.

Segundo Czeresnia⁷⁴, a partir do século XVI “[...] formulou-se uma teoria ontológica de propagação da doença com pretensão científica. A partir de então, no pensamento médico, as idéias sobre a origem das doenças epidêmicas foram tomando a forma de duas teorias distintas: a teoria da constituição epidêmica e a teoria do contágio”. Com pretensões ao posto científico cada uma das teorias foi aperfeiçoando suas qualidades discursivas. Em um primeiro momento registra-se a ascensão da teoria da constituição epidêmica, que no século XVIII passou a ser chamada de teoria miasmática⁷⁵. Esse triunfo tem razão de ser devido às descobertas da química pneumática, que intensificou o estudo sobre os ares e sua constituição. Com os novos estudos da química o ar passa a ser estudado “[...] como o resultado de uma mistura ou de uma combinação química”⁷⁶. Dessa forma, inicia-se o império dos sentidos olfativos, ou seja, ocorre uma escalada deste sentido “[...] que, como o tato, situava-se em um nível mais baixo de hierarquia dos sentidos humanos”⁷⁷. Durante a primeira metade do século XIX, o sentido do olfato predominou. Contudo, na segunda metade deste mesmo século com o “renascimento” da teoria do contágio, agora travestida de teoria microbiana, o sentido que vai predominar de forma definitiva é o da visão. As palavras localizar, observar e especificar

73 As duas concepções respectivamente passaram a serem denominadas de microbiana (século XIX) e miasmática, pré-pastoriana ou teoria da constituição epidêmica (entre o século XVIII e XIX).

74 CZERESNIA, Dina. *Do contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epistemológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997, p. 48-49.

75 Para explicar melhor sobre a denominação da teoria miasmática demos a palavra a Martins, que expõe: “As febres produzidas pelos pântanos foram estudadas... por Giovanni Maria Lancisi (1654 – 1720). Lancisi foi um importante médico romano, que atendeu pessoalmente a três papas, durante sua vida. Em 1717, ele publicou um livro sobre 'Os eflúvios nocivos dos pântanos e seus remédios'. Neste livro, ele descreve os 'miasmas' como certas influências nocivas emanadas dos pântanos. No calor do verão, a fermentação e putrefação de animais e plantas causa uma exalação ou eflúvio, que produz doenças. [...] Para evitar as enfermidades dos pântanos, Lancisi propõe eliminá-los secando-os, plantando árvores que absorvem o excesso de água, cultivando-os, ou mesmo inundando [...]”. Ver MARTINS, Roberto de Andrade. Aperfeiçoamento e dificuldades da teoria microbiana. In: *Contágio: a história da preservação das doenças*. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 28 de maio de 2008.

76 CORBIN, Alain. O ar e a ameaça pútrida. In: *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996, p. 19.

77 CZERESNIA (op cit., 1997: 59).

começaram a predominar nos discursos médicos europeus; termos que se reportam à visão e que se coadunam com a busca de clareza e precisão próprios da racionalidade moderna. Nesse sentido, Czeresnia nos faz um resumo do pensamento de Hannah Arendt acerca da modernidade:

[Ela] assumiu como valor uma desconfiança em relação aos sentidos. Os resultados das descobertas nas ciências naturais teriam demonstrado que os sentidos humanos não revelam o mundo tal como ele é, induzindo os homens ao erro. Mais do que ter privilegiado o sentido da visão, a ciência possibilitou que os espaços de visibilidade fossem ampliados por meio de instrumentos. O homem pôde visualizar realidades anteriormente inimagináveis. Esse processo, porém, foi contraditório e paradoxal, afastando o homem do seu próprio referencial de medida⁷⁸.

A visão é o sentido privilegiado tanto pela medicina classificatória quanto pela anatomoclínica⁷⁹. O profissional, sob os desígnios da primeira, observa o corpo do paciente a procura de sintomas e/ou sinais que possam auxiliá-lo no diagnóstico⁸⁰. Quanto a anatomoclínica, o olhar penetra o interior do corpo no momento da autópsia, observa os órgãos em estado de anomalia e os compara com o que se sabe da sua normalidade.

Foucault, ao estudar o nascimento da clínica no final do século XVIII e início do XIX, observa o valor que os praticantes da medicina deram à visão. Contudo, podemos inferir que o momento não é exclusivo desse tipo de sentido, pois o olfato tinha um lugar privilegiado entre aqueles profissionais que o usavam para identificar possíveis focos epidêmicos. O entrecruzamento dos sentidos será predominante no século XIX. Após as descobertas de Pasteur e Koch⁸¹ a visão passa a predominar, juntamente com a audição e o tato. Mas, o deslocamento do domínio de um sentido a outro não é imediato, já que o tempo das mudanças culturais não segue o mesmo ritmo das descobertas científicas. Assim sendo, só aos

78 Ibidem.

79 Cf. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado, 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

80 Com relação a cidade da Parahyba do Norte ver Marója quando da discussão da água do abastecimento pede aos colegas para terem cuidado com as observações, pois um “[...] clínico experimentado quando a cabeceira do doente examina-o atentamente, indaga se sua história, diagnóstica com firmeza e aplica com segurança a terapêutica racional”. Cf. MARÓJA, Flavio. O abastecimento d’água à capital: continua o assunto a ocupar a atenção pública, *A União*, Parahyba do Norte, nº 16, 23 jan. 1913, p. 1.

81 Segundo Martins, “...há um consenso de que Robert Koch (1843-1910) foi a pessoa que mais contribuiu para criar uma bacteriologia científica, no século XIX...”. Ainda de acordo com Martins, Koch “... pensava ... que Pasteur e outros pesquisadores eram muito apressados, tiravam suas conclusões sem o rigor necessário”. Para dar rigor a suas pesquisas sobre microorganismos Koch estuda o antraz, enfermidade muito conhecida em sua época, e desenvolve a técnica de reprodução isolada e em laboratório do bacilo responsável pela doença. Cf. MARTINS, Roberto de Andrade. Aperfeiçoamento e dificuldades da teoria microbiana. In: *Contágio: a história da preservação das doenças*. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php>. Acesso em 28 de maio de 2008.

poucos é que a visão passa a vigorar absoluta tanto no campo científico como também no social. O que se observa neste ponto é que o moderno, por meio da incorporação da modernização, procurava desfazer-se de tudo que pudesse desagradar à visão. O olhar é imprescindível para a higiene dos corpos e dos espaços urbanos e é cabal para a estética da cidade. Muitas cidades se remodelaram por meio da percepção visual, outras através do olfato, se deixaram guiar pelos maus odores que precisavam ser eliminados. A cidade da Parahyba do Norte foi uma das cidades que se deixaram remodelar guiada tanto pela visão quanto pelo olfato.

A remodelação da capital paraibana inicia-se na primeira década do século XX ao se inserir no seu espaço uma infra-estrutura moderna que saltava aos olhos pelos rigores técnicos científicos empregados às obras, como aqueles que citamos logo acima. Porém, faltavam-lhes alguns elementos de suma importância para a higiene e a saúde pública. Faltava uma rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A água foi o primeiro elemento que começou a correr pelas veias artificiais feitas de ferro fundido ou galvanizado. A chegada da água nas torneiras residenciais e nos chafarizes significava o início da construção de uma cidade salubre. Mas, como não poderia deixar de ser, uma construção permeada de conflitos, erros e acertos.

4 - Uma celeuma em torno da água consumida na Parahyba

“A determinação do valor higiênico das águas destinadas ou servindo para a alimentação pública constitui um dos principais, senão o mais importante dos encargos da higiene pública”.

Jacques Bonjean⁸²

82 Bonjean *Apud*. MAROJA, Flávio. O abastecimento d'água à capital: continua o assunto a ocupar a atenção pública, *A União*, Parahyba do Norte, nº 16, 23 jan. 1913, p. 1. Acreditamos que o Bonjean citado por Flavio Marója seja o médico francês, Jacques Bonjean que deixou alguns escritos sobre o cólera e suas formas de transmissão. Para Martins, o pensamento de Bonjean sobre o cólera transitava entre a forma tradicional de transmissão pelo ar e os modernos estudos de Snow de que era a água o principal veículo dessa patogenicidade. Embora esteja entre duas concepções de pensamento, segundo Martins, a que predomina é a tradição miasmática, pois “[...] como esse envenenamento age de uma forma geral, é mais racional atribuí-lo ao ar, do que a água e aos alimentos, que não passam de causas ocasionais. Se o mal se torna epidêmico, é evidente para nós que ele é transmitido pelo ar”. Cf. MARTINS, Roberto de Andrade. O processo de transmissão das doenças. In: *Contágio: a história da preservação das doenças*. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 05 de junho de 2008.

Em 1912 a água adentrou, definitivamente, no espaço urbano da capital paraibana. Mas, apenas algumas residências tiveram o benefício, pois o consumo dos insumos modernos tem um preço e nem todos podiam arcar com as despesas. Isto quer dizer que apenas os grupos abastados da cidade alta e algumas ruas de comércio da cidade baixa, tiveram condições de implantar a novidade. Quanto aos grupos sociais que não tinham como pagar pela tubulação residencial, muito menos o preço mensal das penas de água⁸³, ficaram com as águas dos chafarizes, as quais, certamente, não deixaram de proporcionar novas sensibilidades. Naquele momento, pensavam os letrados, somente a abundância do líquido faria mudar os velhos hábitos higiênicos tão em descompasso com as normas médicas e da engenharia sanitária. A população, a partir da concretização da obra, não necessitava percorrer longos percursos para apanhar um líquido de qualidade e quantidade suficiente para o asseio dos velhos e novos espaços.

O novo melhoramento, segundo a opinião pública, era apenas uma das várias melhorias que vinham atestar que a cidade estava a um passo de tornar-se *civilizada*. Todavia, em menos de um ano os consumidores verificaram alterações na composição da água, o que atestava que sua qualidade estava comprometida. A partir de então, são travadas discussões entre os diversos grupos profissionais, sobre a potabilidade dessa água. Médicos e engenheiros usaram o espaço jornalístico para expor seus pareceres e todo seu arcabouço técnico-científico. Ao que parece, a discussão que se formou em torno da qualidade ou não do líquido girava em torno dos conhecimentos da química e da técnica de engenharia. Afinal, quem poderia por um fim à questão da água: os médicos ou os engenheiros?

Toda polêmica iniciou-se pela publicação de uma carta redigida, pelo jornalista major Arthur Achilles dos Santos, ao governo do Estado. A carta publicada em 17 janeiro de 1913, trazia denúncias sobre a má potabilidade da água e os riscos que ela poderia causar a saúde, já que estava chegando as residências com alterações na cor e no sabor. O que era inconcebível,

83 Medida usada para calcular o caudal da água, antes da entrada em vigor do sistema métrico decimal (metros cúbicos). Segundo Cynamon, existe três tipos de cobrança de fornecimento de água e um deles se faz “[...] através da instalação de limitadores de fornecimento de água, o mais simples conhecido sendo a pena d’água, que visam disciplinar o consumo. A pena d’água estabelece um limite máximo de entrada de água no domicílio, e o consumidor tem que se ater a ele; para aproveitar o máximo de água o consumidor deve ter uma caixa d’água que acumule os excessos instantâneos não gastos”. Cf. CYNAMON, Szachna Eliaz. Cobrança de água medida – tema atual – uma opinião vinda da Inglaterra. Cad. Saúde Pública, v.6.n.4. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.cielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2008.

pois era do conhecimento de todos que as propriedades organolépticas⁸⁴ da água não poderiam ser alteradas. O que estaria ocorrendo para o surgimento de tal anomalia? A técnica adotada para implantação do equipamento não fora bem direcionada? As águas se encontravam contaminadas? Os equipamentos já se encontravam obsoletos? Ou eram de má qualidade? Várias perguntas foram feitas, argumentadas e publicadas em jornal, parecendo haver uma disputa de saberes, de campos de conhecimento prático e teórico, medicina e engenharia. A polêmica teve seu início devido à publicação da carta de Arthur Achilles, como foi dito anteriormente. Como consequência das denúncias, algumas sugestões foram aconselhadas pelo clínico Octávio de Albuquerque, em artigo que tomava como base os procedimentos adotados no caso das águas do Recife no início do século. Em meio à grande proporção que o caso havia tomado, caberia uma avaliação do engenheiro encarregado da obra, o engenheiro Miguel Rapozo⁸⁵. Este, toma as páginas do jornal *A União* para esclarecer que segundo suas observações, a água que chegava alterada às torneiras era resultado do ferro que se desprendia dos tubos das derivações domiciliares, pois quando as mesmas saíam dos mananciais não se verificava nenhuma alteração. E arrematava que o fato não tinha relação com a tubulação geral pois como “[...] muito bem observa o dr. Octacilio, a água dos chafarizes que é tirada da mesma canalização geral, não se turva [...]”⁸⁶. As palavras do engenheiro não causaram alívio às ansiedades dos médicos e leigos que viam a cada dia o problema ser agravado. O caso não era recente, como nos faz lembrar Flavio Marója⁸⁷ ao dizer que “[...] desde as primeiras instalações domiciliares foi notada a cor amarelada das nossas águas, e seu sabor desagradável [...]”⁸⁸. Segundo deixa transparecer o mesmo médico, as explicações do engenheiro eram antigas e nada satisfatórias, já que tinha se passado quase um ano desde a inauguração da obra e nada tinha sido resolvido. As medidas aconselhadas e postas em prática na casa de Flavio Marója se resumiam a proibir a utilização da água do

84 As propriedades organolépticas estão relacionadas com os sentidos, ou seja, paladar, olfato, visão.

85 Miguel Rapozo era diretor de obras do estado no governo de João Machado, além de diretor da Escola de Aprendizes de Artífices. Devido a execução de outras obras e os trabalhos na escola, deixou a direção do abastecimento nas mãos do engenheiro Victor Kromenacker, tornando-se apenas o fiscal das mesmas. Contudo, vale lembrar que o projeto do primeiro sistema de abastecimento de água era de Rapozo, o qual já se encontrava elaborado desde 1906, época em que foi contratado para tal serviço.

86 RAPOZO, Miguel. O abastecimento d'água a capital: um artigo do dr. Miguel Rapozo. *A União*. Parahyba do Norte. Nº 15, 22 jan. 1913, p. 1.

87 Marója iniciou seu curso de medicina na Faculdade da Bahia e logo em seguida foi transferido para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi médico do Exército até 1894. A partir deste ano resolveu clinicar na Paraíba, onde também ocupou o cargo de Inspetor dos Portos. Ainda na Paraíba foi deputado e vice-presidente do Estado. Cf. CASTRO (op. cit., 1945:177-188).

88 MARÓJA, Flavio. O abastecimento d'água à capital: continua o assunto a ocupar a atenção pública, *A União*, Parahyba do Norte, nº 16, 23 jan. 1913, p. 1.

abastecimento antes de serem eliminadas as primeiras águas, as quais vinham amareladas, ou seja, imprópria para o consumo. Como o ano de 1913 já iniciara e o problema não havia sido sanado, a opinião pública começou a expôr suas impressões sobre o assunto nos jornais. O caso pedia medidas que não deixassem dúvidas quanto à potabilidade da água. O líquido precisava ser analisado à luz da ciência. Pensando nisso Flavio Marója toma a palavra:

O caso exige metucioso estudo fazendo-se preciso que se submeta as águas do abastecimento a uma análise química rigorosa in loco... E a um exame bacteriológico e micrográfico, afim de bem conhecermos das suas propriedades químicas, físicas e organolépticas, além do exame dos canos que conduzem o precioso líquido até o interior dos domicílios⁸⁹.

O caso requer análise minuciosa e detalhada. Trata-se de sair do campo da observação pura e simples, para entrar em área científica a qual pudesse eliminar qualquer traço de incerteza quanto à pureza do líquido. A preocupação era a seguinte: até que ponto esta alteração poderia causar prejuízo à saúde pública? Porque muitos já “[...] conhecem, mesmo por ouvir dizer, as alterações a que está sujeito o alimento água – o grande veículo de grande número de moléstias – e o enorme malefício que as suas impurezas trazem a nossa economia [...]”⁹⁰. Outros médicos entraram na discussão e começaram a fazer análises da água, mesmo sem ter todos os instrumentos necessários para seu estudo. Um dos polemistas mais exaltados foi o médico Azevedo e Silva⁹¹, demógrafo da Repartição de Higiene do Estado, o qual realizou alguns experimentos no intuito de descobrir a causa da impureza da água. Em seu primeiro artigo expõe,

As propriedades organolépticas e químicas da água já não são as mesmas de dantes. A cor, sabor, dureza e peso específico se modificaram, grandemente. Hoje, observa-se, pela manhã, que a primeira água que sai da torneira é amarela, pela grande quantidade de óxido de ferro ou carbonato de ferro que a análise química [que realizou] demonstrou, pela reação com tanino, ora, é cor de leite, com grande efervescência de ácido carbônico, revelando a reação pelo clorureto de bário a presença de sulfato. O densímetro de Cartier marcou 10 graus escassos, para o peso específico, abstendo-nos de fazer o exame hidrotimétrico, por não nos ter sido possível obter o sabão de marselha, para o preparo da mistura; por comparação, porém da água do começo [do abastecimento] e, presentemente, vemos que agora ela corta o sabão, o que d’antes não sucedia. [Antes] Um fato precisa ser bem esclarecido: a água enviada para o exame químico e bacteriológico [...] foi colhida no meio de rigoroso inverno, portanto, oriunda do vasto lençol de águas pluviais, e por conseguinte, da melhor qualidade, e isenta de todo germen patogênico, pela

89 Ibidem.

90 Ibidem.

91 Primeiramente Azevedo e Silva formou-se em farmácia pela Faculdade da Bahia. Somente em 1894 terminou o curso de medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Cf. CASTRO (op. cit., 1945: 160-161).

filtração sucessiva em diversas camadas de areia [...]”⁹²

Azevedo e Silva fez o exame da água, de forma precária, pois como ele mesmo disse não foi possível “obter o sabão de Marselha”. Possivelmente, houve outros produtos que não foram usados devido à falta destes no comércio, já que por inexistência de um químico na capital, não havia comércio para todos os tipos de substâncias necessárias para um trabalho tão minucioso que demandaria não só sabão de Marselha, sulfatos ou ácidos, mas também aparelhos químicos modernos que pudessem dar precisão às análises. Quando o mesmo fala do envio de amostras de água para exame biológico e bacteriológico em período chuvoso, está se referindo ao que foi realizado em 1909, quando estava iniciando a execução da obra de abastecimento de água, as quais foram realizadas em laboratórios no Rio de Janeiro e São Paulo. Tal afirmação, de que a coleta havia sido feita “em meio a rigoroso inverno”, foi o suficiente para começar um duelo com Miguel Rapozo, que retrucou a afirmação dizendo que “[...] julgo dever informar ao dr. Azevedo que a água enviada para análise [...] foi colhida [...] em 11 de outubro de 1909, conforme poderá ser verificado na mensagem que o Exm^o sr. dr. João Machado apresentou a Assembléia Legislativa em 1910 [...]”⁹³.

Toda teia de argumentos que o médico em questão arma, tem por objetivo desqualificar a água do abastecimento por esta ser retirada do pântano do Rio Jaguaribe. Este médico ainda acrescenta “[...] sempre fomos contrários a captação d’água no vale de Jaguaribe [...]”. A frase que acabamos de citar, nos dá indícios de que Azevedo expôs ao presidente João Machado certo receio para com a proximidade dos poços ao pântano do referido rio. Não dando ouvidos a tais alertas, o presidente em exercício mandou, em 1909, cavar 11 poços, cuja localização fica(va) relativamente próximo ao pântano. A reclamação do médico, diga-se de passagem, se caracterizava, ao que tudo indica, como uma provocação ao engenheiro chefe da obra, por este não ter persuadido o presidente em sentido contrário, pois as águas do pântano eram impróprias para o consumo devido à concentração de matéria orgânica por ele constatada. Ao falar em pântano, Azevedo adverte que a zona onde fica o referido rio é a “mais palustre da cidade” e ainda contém grande volume de água estagnada. As idéias do demógrafo parecem demonstrar alguns indícios de que seu pensamento ainda se encontra permeado pela tradição miasmática, embora se perceba uma busca constante pelo gérmen

92 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d’água a capital: Um artigo do dr. Azevedo e Silva. *A União*, Parahyba do Norte, n° 19, 26 jan. 1913, p. 1.

93 Rapozo, Miguel. O abastecimento d’água a capital: o dr. Miguel Rapozo em contradita ao dr. Azevedo e Silva. *A União*, Parahyba do Norte, n° 25, 2 fev. 1913, p. 1.

patogênico, ou seja, procurava-se um causador único para as doenças.

Nesse sentido, o momento focalizado pela nossa pesquisa, é bom lembrar, traz ainda algumas imprecisões quanto as formas de adoecer. Por exemplo, o paludismo (malária) e a febre amarela já se sabia que eram transmitidos por mosquitos. O mosquito era o hospedeiro da doença que ainda não se sabia se transmitia um vírus, bactéria ou algum outro agente. Segundo Benchimol, o pensamento pastouriano de que as doenças eram causadas por microorganismos, começou a adentrar no Brasil ainda no império, justamente para tentar resolver a questão da febre amarela. Ainda segundo este historiador, apenas em 1929 é que foi descoberto o agente etiológico desta doença, que tantas vidas ceifou nas Américas⁹⁴. O receio de Azevedo, no caso da capital paraibana, tem razão de ser, porque é no pântano que o mosquito se reproduz em larga escala, e disso já se tinha certeza, desde o início do século XX. Desse modo, Azevedo busca construir seus argumentos com relação ao perigo que os pântanos podem acarretar. Seu discurso procura lembrar ao engenheiro Miguel Rapozo, que o vale do Jaguaribe é causador de doenças “[...] como s. s. mesmo teve ocasião de verificar pelo grande número de trabalhadores afetados pelo paludismo, durante o serviço de perfuração dos poços [...]”⁹⁵.

Todos parecem estar com um livro de química debaixo do braço vaticinando os possíveis malefícios que as impurezas das águas poderiam trazer à saúde pública. Faziam experimentos que pudessem determinar com precisão a existência ou não de matéria orgânica no espaço aquático. Eis que um novo personagem entra no debate. Trata-se de José Maciel, médico da Santa Casa de Misericórdia, que ao expor seu exame, afirmou que a matéria orgânica encontrada na água era ínfima para torná-la imprestável, e que o ferro em suspensão que chegava às torneiras domiciliares era proveniente das máquinas que ficavam um bom tempo sem funcionamento. Suas idéias logo chamaram o dr. Azevedo para o debate:

Não pode passar sem protesto de nossa parte, um tópico do artigo do ilustre colega Dr. Maciel, publicado na “União” [...] quando afirma não haver matéria orgânica na água do abastecimento [...] não basta garantir ao público da pureza d’água baseada apenas no *Oculus meus viderum*, sem dar a técnica do processo empregado. Garanto que o ilustre colega não empregou as regras do processo, como indica Monier, de acidular a água com ácido sulfúrico e operar a temperatura de 90 graus, deitando

94 Os pesquisadores do século XIX procuravam o causador da febre amarela seguindo o método de Pasteur, em que um micróbio seria o vetor de tal enfermidade, o que no final da década de 1890 começou a cair por terra devido a descoberta do mosquito transmissor. Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ, 1999.

95 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d’água a capital: um artigo de polemica. *A União*, Parahyba do Norte, nº 23, 31 jan. 1913, p. 1.

lentamente as gotas até a coloração rosa permanentemente como nós o fizemos. Tanto isso é verdade que o colega não mencionou o volume d'água examinada e nem o título da solução e número de gotas consumidas. O resultado do nosso exame foi observado pelos colegas da Repartição Higiénica e pelo major Arthur Achilles [...] vindo o da reação da matéria orgânica mais descorada do que fora. Só há um meio de tirar esta prova a limpo, é o ilustre colega fornecer-nos uma bureta graduada e um balão, convidando todos os colegas da Capital para na Repartição de Higiene ou em Palácio executarmos o processo de Monier com a técnica exigida pelo autor [...]"⁹⁶.

O demografista parece ser bom de duelo. Suas convicções estão bem fincadas, a tal ponto que não admite que sejam contestadas. Fora o exame do dr. Maciel ele ainda desqualifica o experimento do farmacêutico Rômulo Pacheco. O argumento é o mesmo: falta “as regras do processo, como indica Monier”. Com certeza ele tinha o tratado químico de Monier na mesa de cabeceira, porém nem ele mesmo seguiu a risca o método deste, já que, como explanou em seu primeiro artigo, o volume de água analisado não seguiu as indicações do químico que tanto busca para referendar sua fala. Ademais, faltou-lhe algumas substâncias, como o sabão de marseille. O certo é que Azevedo, queria provar a todo custo a validade dos seus estudos, por isso pede ao dr. Marciel uma bureta e um balão. Já que estava fazendo esta solicitação, possivelmente não os tinha entre seus instrumentos de trabalho. Queria provar que havia matéria orgânica e, conseqüentemente, a existência de germens na água. Só que em uma dessas discussões que travou com Rapozo chegou a afirmar que o primeiro lençol de água era isento de germen. É aí que o engenheiro desmonta o tão aparatado discurso de Azevedo:

[...] julgo que o dr. Azevedo enganou-se na parte em que afirma ser, em teoria, o primeiro lençol d'água de um terreno, isento de germen patogênico, e que estes só no segundo podem ser encontrados. Certamente o ilustre clínico quis dizer exatamente o contrário. [Já que] a água, em seu estado de pureza relativa, como chuva, caindo na superfície do solo aí se contamina, misturando-se com todas as impurezas que encontra, filtrando-se através das camadas do terreno e, a proporção que desce, vai perdendo as matérias que traz em suspensão enquanto ganha outras substâncias [...] se os germens patogênicos ou não patogênicos que estão em suspensão ficam retidos nas primeiras camadas do terreno, lógico será, e esta é a opinião corrente, que os primeiros lençóis, quando houver razão para isto, sejam caracterizados suspeitos⁹⁷.

Logo, a caça ao germen estava na pauta do dia. Estando ele no primeiro ou no segundo lençol aquático, o certo é que a capital necessitava de um sistema de abastecimento moderno que incluísse “[...] filtração, arejamento e esterilização, pelos raios ultra-violeta [...]”, um processo que já havia sido posto em prática no Recife quando o sistema de

96 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d'água a capital: discute-se o assunto. *A União*, Parahyba do Norte, nº 21, 29 jan. 1913, p. 1.

97 Rapozo, Miguel. O abastecimento d'água a capital: o dr. Miguel Rapozo em contradita ao dr. Azevedo e Silva. *A União*, Parahyba do Norte, nº 25, 2 fev. 1913, p. 1.

abastecimento desta cidade acusou problema semelhante. No caso do Recife, suas águas foram levadas para a Europa por Dr. Ceciliano Mamede, gerente da Companhia Pernambucana de Água, que apresentou as amostras de água às autoridades do campo biológico e bacteriológico como dr. Tidy em Londres, dr. Kemma da Antuérpia e os drs. Pouchet e Thoinot de Paris. Houve poucas divergências quantos aos procedimentos a serem tomados para eliminação do ácido carbônico e das diatomadas. Segundo Miguel Rapozo, os trabalhos executados na cidade da Parahyba do Norte tinham se espelhado naqueles realizados em Recife, e que por isso não entendia o porquê da repetição do problema na Parahyba. Ora, falou bem o engenheiro, os trabalhos no Recife serviram de referência, ou seja, eram semelhantes e não idêntico, até porque a capital paraibana não tinha os mesmos recursos que a capital pernambucana. O líquido que era dado ao consumo público na Parahyba não era filtrado por nenhum equipamento construído para tal fim. A única filtração verificada era feita no próprio solo. Arejamento quase nenhum, já que os poços eram cobertos por alvenaria e telas. E devido à profundidade dos poços não havia uma esterilização por meio de raios solares.

Com relação à retirada das impurezas das águas, o engenheiro Victor Kromenacker nos informa que os europeus, ao invés de se irem buscar o líquido em locais distanciados das cidades, “[...] utiliza-se das águas dos rios que as banham, recorrendo a filtração das águas da superfície [...]”⁹⁸ em caixas de areia. Ao apresentar este processo, o engenheiro tenta pôr fim a especulação dos médicos quanto à potabilidade das águas retiradas nas proximidades do Jaguaribe. Segundo Kromenacker, os poços ficam em nível mais elevado do que as águas do rio e o poço mais próximo deste fica a 60 metros de distância. Para o engenheiro, mesmo que os poços fossem cavados a poucos metros do rio, a purificação se daria por meio da infiltração, como nos faz ver pelo seguinte processo:

Durante o processo de infiltração são eliminadas as impurezas contidas n'água do rio que sofre uma melhora surpreendente. Infiltrando-se pouco a pouco essa água atinge a camada aquífera subterrânea, reforçando-a; tendo se verificado que a água do rio precisa três anos para percorrer 500 metros. Verificou-se pelas inúmeras experiências que depois de um percurso de 20 metros em camada arenosa, a água já não contém mais micróbios; depois de 75 metros adquire a temperatura da camada aquífera subterrânea; com 100 metros, tem absolutamente perdido a cor característica d'água de qualquer rio, tendo sua depuração completa⁹⁹.

98 KROMENACKER, Victor. O abastecimento d'água a capital. *A União*, Parahyba do Norte, nº 21, 29 jan. 1913, p. 1.

99 Ibidem.

Victor Kromenacker entra na discussão para lembrar que a água destinada ao consumo público era captada no sopé do monte e não retirada do rio Jaguaribe. Sua exposição procura demonstrar que mesmo se fossem derivadas do rio, a natureza faria o processo de purificação, como foi descrito acima. Entretanto, Azevedo aproveita a deixa para esclarecer que nunca havia dito que a água não vinha do monte. Afirma, no entanto, que suas preocupações se voltavam para a composição do terreno onde foram cavados os poços, o qual diz ser pantanoso. Sobre este fato, fez lembrar a todos que o engenheiro Kromenacker “[...] retirou grande quantidade de lama podre, quando cavava os ditos poços [...]”. E em tom irônico anunciou “[...] faz-se necessário que o ilustre engenheiro venha nos contraditar, com os seus estudos geológicos [...]”¹⁰⁰.

Como disse o editorialista do jornal *A União* “[...] a discussão agora parece agitar-se entre os competentes [...]”¹⁰¹. O certo a dizer é que Kromenacker não contradisse Azevedo. Porém, o mesmo não ocorreu com Miguel Rapozo, que no dia 2 de fevereiro responde ao demógrafo dizendo:

Não querendo absolutamente entreter polêmica com quem quer que seja, não posso deixar passar sem uma ligeira observação, [o discurso em que o dr. Azevedo diz que o dr. Kromenacker] havia tirado *grande quantidade de lama podre quando cavava os poços*, e, ante-ontem, contestando o dr. Maciel, ainda insiste no caso, referindo que pessoa fidedigna lhe tinha afirmado haver, no reservatório, um depósito de lama d'altura de dois palmos, que só ultimamente fora retirado. Tudo isto demonstra perfeitamente que o dr. Azevedo nunca assistiu a construção de uma só poço do nosso serviço e nem ao menos se dignou de visitar o local onde se acham as nossas obras de captação. A palavra da pessoa que, por ignorância ou má fé, informou ao dr. Azevedo que, em qualquer um dos pontos onde mandei cavar os poços do nosso serviço, havia *uma camada de vasa com um metro de espessura*, ou que de dentro dos mesmos ou do Reservatório se retirou lama, eu contraponho a minha palavra, garantindo que isto é uma revoltante falsidade. Estão nos mananciais todos os poços cavados em corte, lá estão as barreiras ao lado deles, indicando a natureza do terreno da situação de cada um [...]”¹⁰².

O dr. Azevedo parece dormir e acordar não só com um livro de química embaixo do braço, mas também com um de geologia, já que sem medo chama os engenheiros responsáveis pela obra para um debate no campo da geologia. Ao refutar a todos os

100 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d'água a capital: um artigo de polemica. *A União*, Parahyba do Norte, nº 23, 31 jan. 1913, p. 1.

101 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d'água a capital: discute-se o assunto. *A União*, Parahyba do Norte, nº 21, 29 jan. 1913, p. 1.

102 Rapozo, Miguel. O abastecimento d'água a capital: o dr. Miguel Rapozo em contradita ao dr. Azevedo e Silva. *A União*, Parahyba do Norte, nº 25, 2 fev. 1913, p. 1.

envolvidos na celeuma, o nosso *debatedor grego*¹⁰³ sempre se coloca como profundo conhecedor tanto do campo químico como do geológico. Sua preocupação se desloca do exame químico para o exame geológico, com o intuito de provar, ao que tudo indica, a possível produção de miasmas no vale do Jaguaribe. Ao que parece, o médico em questão não estava muito certo quanto a especificidade de um microorganismo ser o responsável por um dado tipo de patologia, como modernamente passou-se a pensar. Em suas idéias relampejam sinais de uma tradição que a ciência já havia refutado. Embora a todo instante controle as insinuações do passado, estas acabam emergindo quando Azevedo demonstra preocupar-se com lama podre, a água estagnada e, especialmente quando se dirige ao dr. Maciel e diz: “Advirto o ilustre colega que segundo Demócrito [...] a verdade se oculta no fundo de um poço [...]”¹⁰⁴.

As referências aos miasmas¹⁰⁵ quando se fala da água são muito tímidas, havendo um predomínio do pensamento microbiano. Mas que ninguém se engane, as concepções de cunho microbianas e miasmáticas se misturavam ou se entrelaçavam nas mentes dos saberes competentes da capital paraibana. É verdade que ao lermos os artigos pouco se colhe quanto às idéias pré-pastorianas. Contudo, ao lermos alguns artigos sobre esgotamento sanitário percebemos uma maior referência aos miasmas. Esse tipo de discurso é propalado pelos médicos higienistas da capital, como por exemplo, Flávio Marója, que se dizia microbiologista. As representações são conflitantes quanto ao agente patogênico: micróbio ou miasma. As idéias estão em choque, nenhuma predomina em definitivo. Elas se misturam e se mesclam para ditar as ações que serão empreendidas para ter resguardado o sonho de uma saúde eficaz do corpo urbano como um todo. Assim sendo, quando médicos ou engenheiros expõem os resultados de suas análises percebemos que as representações produzidas sobre a cidade, ora se alinham ao sentido do olfato, ora ao da visão.

103 Colocamos a expressão “debatedor grego” para fazermos uma alusão aos textos do médico demografista que sempre inicia seus combates fazendo referência a mitologia grega.

104 SILVA, Manoel Azevedo e. O abastecimento d'água a capital: um artigo de polemica. *A União*, Parahyba do Norte, nº 23, 31 jan. 1913, p. 1.

105 Segundo Martins, a palavra “... 'miasma'... se tornou muito popular a partir do século XVIII. Lancisi utilizou 'miasma' de modo muito feliz, para representar algo que contamina ou infecta o ar, e que provém da morte. O termo “miasma” é grego. Ele significa mancha ou nódoa, e era utilizado pelos teatrólogos gregos antigos para indicar uma mancha de sangue, proveniente de assassinato. Um assassino, uma pessoa que havia derramado sangue, se tornava impregnado por um miasma, uma mancha ou impureza, um sinal maldito e indelével da morte, que o acompanhava para sempre. Portanto, o uso de 'miasma' para representar os gases pútridos provenientes da morte (de substâncias podres) é bem adequado”. Cf. MARTINS, Roberto de Andrade. *O processo de transmissão das doenças*. In: Contágio: a história da preservação das doenças. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 05 de junho de 2008.

Em todo caso, estando Azevedo utilizando ações que visavam eliminar o mundo oculto dos micróbios ou pondo em prática métodos que buscam drenar águas estagnadas e locais que emanam odores nauseantes, o certo é que ele resistiu a todo tipo de refutação. Tanto é assim, que em seu último artigo diz que poderia desarmar todas as argumentações de Miguel Rapozo, porém preferiu concluir que os discursos apresentados até então já haviam beneficiado a população com

as medidas lembradas pelo dr. Maciel, de descargas freqüentes nos hidrantes e válvulas da rede geral, como as de v. s., [Miguel Rapozo] mandando esgotar a caixa d'água e a primeira porção da rede domiciliária, notando-se já grande diminuição de óxido de ferro na água, e, completando com o chuveiro do dr. Romulo, melhor aspecto e leveza terá a água. No caso de ser confirmada a existência de matéria orgânica em abundância, a esterilização pelos raios ultra-violeta virá garantir a inocuidade de sua ingestão [...] ¹⁰⁶.

Notemos, porém, que o argumento do demógrafo muda de tom. Nesse sentido, passou a amenizar o discurso, parece querer por um fim à celeuma. Azevedo procurou conciliar-se com todos, isto se percebe no momento que passa a mostrar as sugestões que cada profissional propõe para sanar o problema. Contudo, uma coisa é bem emblemática em sua fala: não mais afirma a existência de matéria orgânica na água. A história caminha agora para o campo das possibilidades de existência ou não de tal matéria. Isto, possivelmente, está relacionado com o envio das amostras de água para análise química, organoléptica, bacteriológica e microscópica no Recife. Estava chegando ao fim os debates que Miguel Rapozo já havia qualificado como estéreis, devido aos procedimentos de “algumas análises... rudimentares e imperfeitas” ¹⁰⁷.

Percebe-se, pois, que neste momento todos os debates morrem. Estava chegando a hora de abrir os laudos elaborados pelo bacteriologista Octávio de Freitas. As águas foram levadas a Recife pelo engenheiro Saturnino de Brito, que esteve na capital paraibana para analisar sua topografia sanitária e só a partir daí projetar seu sistema de esgotamento sanitário. Quando perguntado sobre a questão da água, Saturnino de Brito disse não haver necessidade de tanto alarde, pois o caso era solucionável. Para tanto, seria necessário a obtenção de ações úteis e concretas, o que só ocorreria após a emissão de um parecer técnico-científico.

Ao receber o exame tão esperado, Miguel Rapozo telegrafia “da vizinha capital do sul” ao governador Castro Pinto, para informar que as análises afirmavam o ataque do ferro pela

106 SILVA, Azevedo e. O abastecimento d'água: ao ilustre dr. Miguel Rapozo. *A União*. Parahyba do Norte. Nº 27, 6 fev. 1913, p. 1.

107 Rapozo, Miguel. O abastecimento d'água a capital: o dr. Miguel Rapozo em contradita ao dr. Azevedo e Silva. *A União*, Parahyba do Norte, nº 25, 2 fev. 1913, p. 1.

água, confirmando assim as opiniões que haviam sido emitidas desde o início do problema. Mas, demos a palavra a Octávio de Freitas, para o anúncio de que “as águas, quer pelo seus caracteres organolépticos, quer pela diminuta proporção de elementos minerais, [e] reduzida quantidade de matéria orgânica [...] quer [...] pela ausência de nitritos, nitratos e gérmen patógenos, devem ser consideradas excelentes.”¹⁰⁸. Após este parecer a celeuma cessou e cada profissional voltou a realizar seus trabalhos sem maiores preocupações.

Todavia, decorrido pouco mais de um mês o major Arthur Achilles envia outra carta ao presidente Castro Pinto para reclamar a falta de providências com relação ao problema, pois segundo o major, “[...] as águas continuam a ser ruins, pior, mesmo, do que ao tempo da minha primeira reclamação e em que pese a última palavra da ciência bacteriológica, tendenciosa a demonstração da falta de fundamento dos meus receios [...]”¹⁰⁹. Ao que tudo indica, Achilles não se dá por satisfeito com os resultados dos exames e continua a propalar a nocividade da água para a saúde pública. Nenhuma providência havia sido levada a efeito para acabar com as “causas que deterioravam” a água. Para o major Achilles, os exames não condiziam com o que se observava na água dada ao consumo na capital. Tanto é verdade que suas palavras se referem às causas que tornam o líquido impróprio para o consumo, ao invés de se referir à causa única da ação do óxido de carbono, como os exames afirmavam. Como podemos perceber, o serviço de abastecimento, dado todos os estudos e discussões, continuava sem reparos satisfatórios que pudessem atestar a salubridade da água. Nesse sentido, o major afirma que se

[...] continuar assim esse serviço, melhor será que voltemos ao regime anterior, da colheita d'água em mananciais particulares, com a provisão feita por burricos, a vontade do consumidor, como V. Exc. não ignora, dispensa um sem número de rebuscas técnicas na apreciação e constatação da potabilidade das águas, preferindo sempre as que melhor lhe cabem [...]”¹¹⁰.

O moderno serviço em rede estava sob suspeita, por trazer à cidade água pouco confiável. Ao que parece, as pessoas estavam evitando utilizar a água do sistema por recearem que estas pudessem causar moléstias, tanto é que o jornalista Arthur Achilles sugere a volta do tradicional modo de obtê-la, ou seja, propalava o ressurgimento dos aguadeiros. O

108 BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 304.

109 ACHILLES, Arthur. O nosso abastecimento d'água: uma nova carta do ilustre jornalista Arthur Achilles – um apelo ao sr. dr. Castro Pinto. *A União*, Parahyba do Norte, nº 80, 11 abr. 1913. p. 1.

110 *Ibidem*.

aguadeiro era um comerciante que, com seus burricos carregados com galões de água, percorriam a cidade a vender o líquido que vinham, muitas vezes, de poços abertos nos quintais das residências. O velho hábito de venda de água de mananciais particulares ia em sentido contrário às recomendações de Saturnino de Brito. Este, quando esteve na cidade da Parahyba, argumentou junto ao presidente Castro Pinto que a discussão em torno da água não tinha razão de ser, já que não havia indícios de “[...] caso de moléstia que possa ser levado a conta do líquido [...] [outrossim] de muito pior efeito...será a prática de se abrirem poços em determinadas residências [...] a qual poderá ocasionar graves infecções, que serão [...] atribuídas a água que abastece presentemente a cidade[...]”¹¹¹. Para além da questão da salubridade da água outra preocupação paira no discurso do engenheiro, qual seja, o esgotamento sanitário.

A capital paraibana não tinha adotado até aquele momento um sistema de esgotamento sanitário das águas servidas e/ou excrementos produzidos por seus habitantes. Como bem lembra Jorge Almeida Uzeda, em seu trabalho sobre a capital Baiana, “o esgoto era a rua ou o quintal”. Assim como em Salvador, a cidade da Parahyba do Norte fazia seus despejos nas vias públicas e nos quintais, daí as comissões sanitárias em momentos de epidemias fazerem o saneamento das residências por meio da retirada de lixo dos quintais. Não é difícil imaginar que tal prática favorecia a contaminação do solo e das águas dos poços cavados nos mesmos quintais. Era preciso fazer circular o lixo e os dejetos que se encontravam em decomposição, ou seja, era preciso retirar elementos em estágio de fermentação avançada que estivessem produzindo odores nauseantes, os quais dentro da tradição miasmática poderiam afetar a saúde pública.

Para tanto, visando a saúde do corpo social, o médico higienista Flavio Marója denunciou o estado em que se encontrava a cidade. Seu discurso se reporta ao período anterior à implantação do sistema de abastecimento, quando já anunciava a necessidade de se implantar, conjuntamente, o serviço de água e esgoto. Não bastava limpar. Era preciso expelir os miasmas e germens que se reproduziam nas fossas fixas e águas estagnadas. Somente o esgoto cumpriria o papel de evacuar da cidade os elementos que a aterrorizava. Sem esgoto que pudesse livrar a capital das águas servidas e muitas vezes estagnadas, observava-se seu escoamento

pelas ruas, parecendo banhadas por fortes aguaceiros, arrastando detritos de toda

111 DR. SATURNINO de Brito. *A União*. Parahyba do Norte. nº 21, 29 jan. 1913. p. 1.

natureza. É o que estamos observando, como uma terrível ameaça à saúde pública ... Se, por um lado, a nossa economia doméstica ia melhorar consideravelmente, dispondo de água em abundância para todos os misteres da vida, por outro lado [...] perdia [...] a higiene da nossa *urbs*, como se não bastassem para ameaçar-nos as condições do seu solo infecto dia-a-dia agravado pelas aglomerações a espalharem em sua superfície todas as matérias fermentescíveis e dejetos da vida orgânica [olhem para as] ruas desta capital e vejamos se há exagero em dizer-se que algumas dessas ruas estão imensamente afeiadas com as águas servidas que correm pelos canos particulares, se derramam nas bordas dos passeios e se estendem a distância, as vezes, empoçando, putrefazendo-se e espalhando miasmas em torno daquele meio infeccionado[...]¹¹².

O estado em que se encontrava a capital deixava os higienistas em desespero. Embora estivesse em meio a investimentos modernos, ainda acreditavam nas ações dos miasmas. A capital estava cheia de água fermentada, servidas e estagnadas, além de lixo em estado avançado de decomposição. Resumindo, o serviço de coleta de lixo era deficiente e o de esgotamento era inexistente. E esta inexistência durou até a década de 1920, quando Saturnino de Brito veio remodelar e pôr em prática um projeto que o mesmo elaborara em 1913. Enquanto não foi possível realizar a obra, os higienistas continuaram a denunciar os perigos aos quais a saúde pública estava exposta. Segundo George Dantas, os médicos foram os primeiros a verem a cidade como objeto de investigação, porém coube aos engenheiros a intervenção físico-material, ou seja, dotarem a cidade de uma infraestrutura que, digamos, coadunavam com os conselhos sugeridos pelos médicos¹¹³. Sendo assim, não poderíamos deixar de lembrar as considerações do governador João Machado, o qual julgava ser o serviço de abastecimento de água e o esgotamento sanitário o carro chefe da cruzada do saneamento.

112 MARÓJA, Flavio. Higiene urbana. *A União*, Parahyba do Norte, nº 65, 22 mar. 1914, p. 1.

113 DANTAS, George et al. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para a Natal dos anos 1930. In: *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna – Natal, 1890-1940*. Angela Lúcia Ferreira e George Dantas (org.). Natal: EDUFRN – Ed. UFRN, 2006, p. 218.

Capítulo II

Esgotamento sanitário: a produção de uma cidade salubre

1 – O esgoto da cidade da Parahyba do Norte

“Sabe-se que as instalações sanitárias de água potável e de bons esgotos nas habitações são consideradas o fator mais importante para o saneamento de uma cidade, ao mesmo tempo [em] que representam um grande serviço no ponto de vista do conforto doméstico”.

Francisco Saturnino de Brito¹¹⁴

Analisando algumas fontes históricas referentes à capital paraibana do início do século XX, observamos que a ordem do dia era discutir sobre questões sanitárias. Uma discussão que envolvia os mais diversos grupos profissionais, os quais ora direcionavam seus olhares para as normas de condutas que consideravam incivilizadas, ora lançavam vistas aos espaços, pouco ou nada condizentes com as normas sanitárias. Nas palavras do governador João Machado¹¹⁵, a cidade da Parahyba do Norte era desprovida de “fatores indispensáveis as organizações sanitárias”, no caso, faltava-lhe uma rede de distribuição de água e esgotamento sanitário. Na visão deste médico/governador, versado na prática da higienização, a implantação da água e dos esgotos no espaço urbano acarretaria a organização de outros elementos indispensáveis à salubridade da cidade. Dito de outra forma, com as medidas já citadas, viriam outras como o calçamento das ruas, a arborização, depósito, remoção e destruição do lixo, as quais se constituíam como “medidas complementares de alto valor” higiênico. Para aqueles homens que tinham a cidade como objeto de estudo tornava-se imprescindível limpar seus espaços ao mesmo tempo em que se criavam novos.

Quando falamos em espaço urbano, estamos seguindo a linha de pensamento de Raquel Rolnik (1992), que defende a idéia de “espaço como marca”. Para esta pesquisadora não devemos ver o espaço apenas como existência física e material, nem mesmo como local puramente funcional, pois dentro dos seus limites existem relações. As relações se dão tanto

114 Ver BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 329.

115 Cf. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1911, pelo presidente, Dr. João Lopes Machado. Disponível em: <http://www.cielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2008.

entre indivíduos, grupos e categorias, ou ainda, entre os indivíduos e o meio. Tais relações são permeadas de códigos e significados, cabendo ao observador das cidades ir além do que se vê. Desta forma, o espaço se apresenta como “... ativo no sentido de que ele não precede a vida social, a vida econômica, a vida política e a transformação. Nem precede e nem vem depois: vem junto na própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço”¹¹⁶. Assim, uma intervenção no meio urbano deveria levar em consideração tanto a parte física como o mundo dos códigos, relações e representações criadas pelos homens e mulheres que vivem o espaço em mutação. No caso da cidade da Parahyba do Norte, quando se buscou planejar seu espaço em 1913, o responsável pelo plano, o engenheiro Saturnino de Brito, não pensava apenas no espaço físico que necessitava ser cortado e recortado para implantação dos equipamentos que iriam auxiliar a organização sanitária. O pensamento de Brito seguia linhas de ações pouco ou nada radicais, ou seja, procurava não interferir drasticamente nos *modus vivendis* das famílias que habitavam o espaço. Estes, estavam sendo mapeados para que a higiene pudesse fazer seu trabalho civilizador.

O processo civilizador por meio da organização sanitária inicia-se na capital estudada em 1910, com a implantação do sistema de abastecimento de água pelo engenheiro Miguel Rapozo. Com base nisso, este capítulo apresentará o projeto de esgotamento sanitário do Escritório Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que em 1913 foi contratado para planejá-lo, sem, contudo, executá-lo de imediato. Tal trabalho só veio a ser empreendido em 1922 quando o presidente Sólon de Lucena fecha novo contrato com o mesmo escritório. Aquele, além de planejar o esgotamento sanitário, ainda ampliou a rede de distribuição de água, construiu novos espaços para o lazer como praças e ruas, e idealizou o Parque Sólon de Lucena. O sonho e o desejo de tornar a capital paraibana salubre por meio do esgotamento sanitário só foi concretizado doze anos após o sistema de água em rede. Algo inconcebível, porque desde o século XIX já se definia que “[...] A questão da drenagem e a questão da adução de água são [...] tão dependentes uma da outra que eu não posso compreender como é possível encará-las separadamente [...]”¹¹⁷. Em outras palavras, pouco progresso fazia uma cidade que investisse em apenas um dos elementos do saneamento básico. Seguindo a exposição, temos o exemplo da cidade da Parahyba do Norte que, no início do século XX,

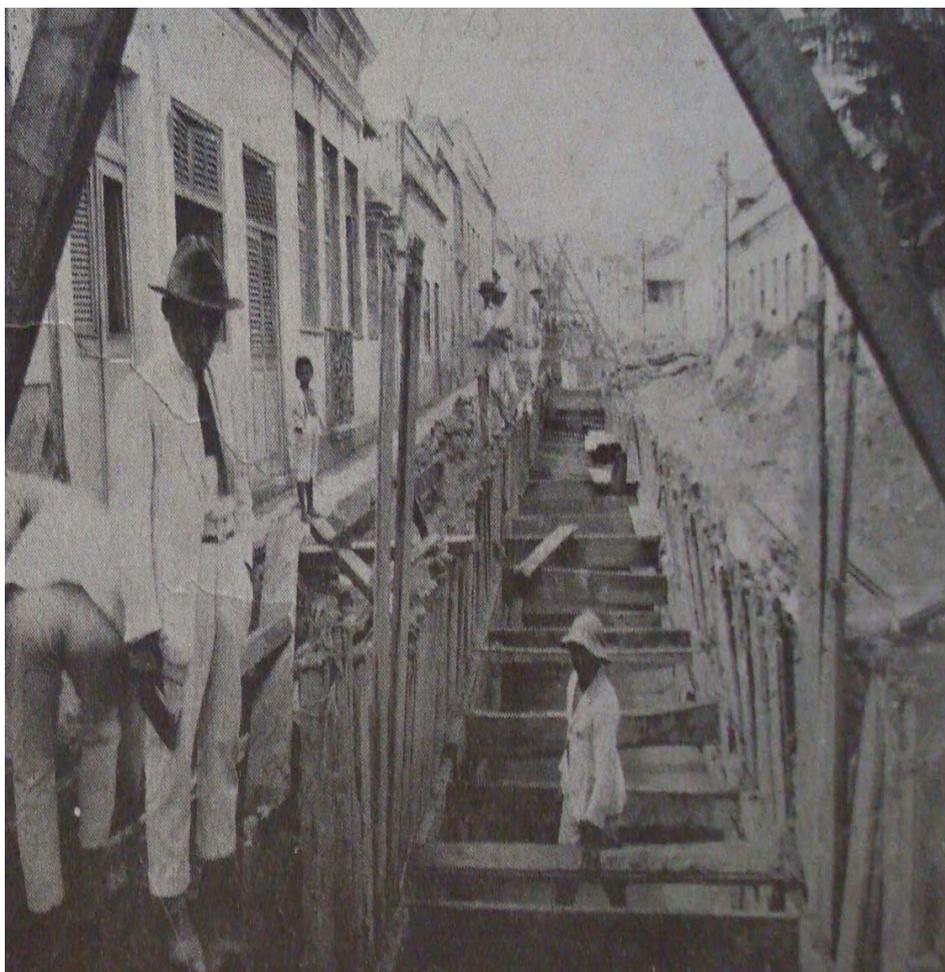
116 ROLNIK, Raquel. História urbana: história nas cidades?. In: *Cidade & História*. Ana Fernandes e Marco Aurélio de F. Gomes (org.), Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

117 Beguin retira a citação do “Primeiro relatório dos comissários que investigaram a situação de grandes cidades e distritos populares”. Cf. BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 45.

passou a conhecer, em primeiro lugar, apenas o aparelho de distribuição de água . Esta cidade, nos idos anos de 1910, estava envolta de olhares técnicos tanto dos engenheiros quanto dos médicos, que ao tempo que a observavam também a mensuravam. Aos engenheiros cabia a tarefa de organizar o meio para livrá-lo dos gases e agentes patológicos. A prevenção da saúde era a palavra mais usada. Um discurso que se inicia pelos médicos, cuja tarefa havia sido observar e catalogar as doenças originárias da falta de um sistema de água e esgotamento adequado aos novos tempos. Uma história cheia de movimentos e fios desconectados que aqui iremos tentar unir para construção de uma, das tantas possibilidades, que o historiador poderá narrá-la.

Diante de tanto movimento ou fluidez, como organizar uma história da cidade? Certamente a saída está no entrecruzamento de fontes, já que muitas destas privilegiam o espaço citadino. As cidades, são objetos de observação de vários profissionais, uns miram seus olhares para seu estado de salubridade, outros para os costumes e a inserção dos elementos modernos, há ainda aqueles que buscam congelar seus eventos “excepcionais” ou cotidianos. Este é o trabalho do fotógrafo. Muitas vezes, imbuído pela busca de uma cientificidade pautada nas ciências exatas, os homens do século XIX e início do XX atribuíram à fotografia um papel de prova à fotografia, porque pensavam que esta reproduzia com exatidão a imagem que congelavam. Assim, deixavam para a posteridade testemunhos irrefutáveis de um tempo em que o futuro e o progresso eram o objetivo primeiro. E isso se observa pelas fotos que encontramos em periódicos e acervos fotográficos. Para esclarecer nossa discussão se faz necessário a análise de uma imagem de época, a qual nos demonstra a construção da galeria de esgotamento da água pluvial. Nesta foto se percebe que tanto os trabalhadores quanto os curiosos que observam a execução da obra estão posicionados para a fotografia. Seus olhares miram o fotógrafo e este por sua vez focaliza a vala aberta no solo para a construção de um novo espaço, que em breve dotará a cidade de um equipamento moderno e de auto valor sanitário. Se retirarmos nossos olhos do ponto central notaremos que o novo espaço entrava em disputa com os velhos espaços, qual seja, o território do lar. As casas são de uma arquitetura que nos lembra outro tempo. São dispostas em uma rua estreita sem recuamento frontal ou lateral. Não havendo espaço para a prática da jardinagem, a qual os higienistas atribuem um papel estético e salutar. Sem recuamento, as casas ficavam em contato direto com os trabalhos da obra de saneamento. Com isso, podemos especular sobre os transtornos causados pela obra. Terra e materiais sanitários impedindo a passagem de transeuntes e barrando o movimento de entrada e saída das residências. Como ficava a higiene

das casas que margeavam a rua? Certamente cobertas pela poeira e pelo barulho das escavações. A imagem queria mostrar-nos o progresso da cidade, porém, não deixava de ser ambígua ao nos levar a imaginar as dificuldades enfrentadas por todos para manter o fluxo e a higiene dos lares e das pessoas.



1922 - Galeria de esgotos. Fonte: Revista Era Nova

A fotografia nos revela um mundo aparentemente mudo que precisa ser decifrado a partir do contexto, das histórias e das relações que nela se imbricam. Indo além da aparência, ela nos faz pensar no jogo permanente da criação de novos hábitos e normas de condutas, ou seja, novas sensibilidades que justificam os interesses dos grupos que defendiam o progresso e a civilização. A elaboração de um discurso que esteja em consonância com os novos tempos, para ser consolidado, necessitava de vozes competentes que dessem legitimidade ao projeto que se queria implantar. A construção de novas representações passa, inevitavelmente, pelo jogo da disputa, da concorrência e da dominação. Fazer mudar o comportamento de uma

sociedade marcada pela tradição, tanto nos espaços quanto nas formas de agir e pensar, requer estratégias e práticas que tenham grande poder de convencimento, justificativa e autoridade. É pensando nisso que os homens do século do progresso passaram a legitimar o saber técnico dos médicos e engenheiros, como forma de levar a efeito o processo civilizador da organização sanitária/higienista.

A organização sanitária na cidade da Parahyba do Norte passou pela construção de dois equipamentos modernos, que na época eram vistos como os carros chefe de tal organização: o sistema de abastecimento de água e o de esgotamento sanitário. Considera-se que foi por causa deste último que o engenheiro Saturnino de Brito veio à capital paraibana em 1913 para elaborar, exclusivamente, seu primeiro projeto de esgotamento sanitário¹¹⁸. Este, por sua vez, só foi posto em prática na década de 1920, quando por intermédio do Ministro João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque – Ministro do Supremo Tribunal Militar -, renovou o convite ao mesmo engenheiro para que executasse os trabalhos de esgotamento sanitário da capital. Em 1922, após a assinatura do contrato, iniciou-se a obra. Tendo por base uma planta imperfeita com ruas estreitas e tortuosas, além de uma topografia acidentada, a organização do esgotamento sanitário passou, inevitavelmente, pela divisão da cidade em distritos. Ao todo foram idealizados três distritos. Pelo mapa, que veremos logo abaixo, poderemos ver os limites de cada distrito.

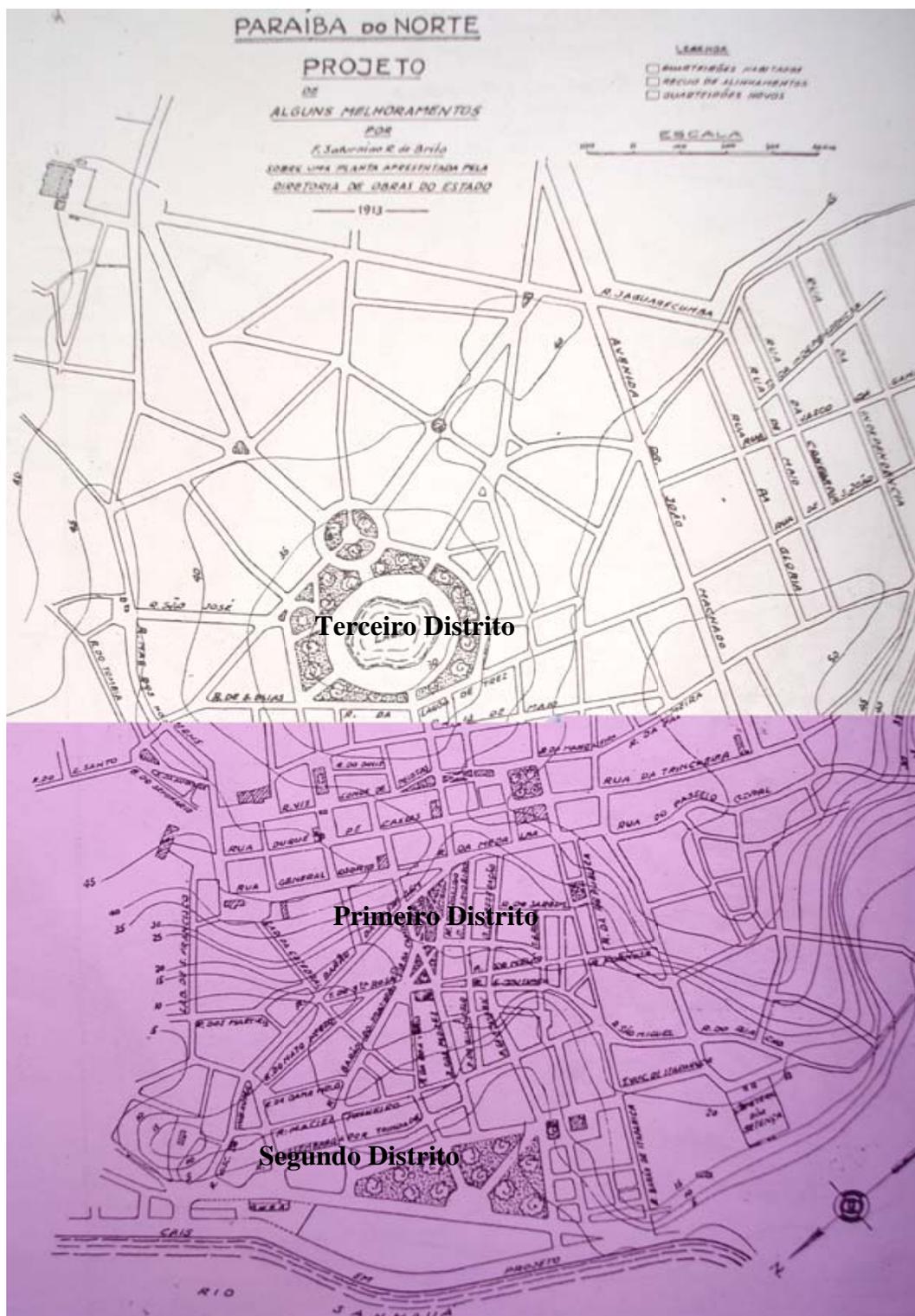
O primeiro distrito foi formado pela zona central e englobava as ruas que se colocavam entre os limites das ruas Duque de Caxias, Trincheiras, Maciel Pinheiro, Augusto dos Anjos, Barão do Triunfo, Beaurepaire Rohan, República e Visconde de Itaparica. Dentro deste espaço, encontrava-se o maior coletor (C. 1) de dejetos, seu tamanho se devia ao fato de que todos os outros iriam afluir para este¹¹⁹. Já o segundo distrito ficava localizado no bairro do Varadouro, ou melhor, cidade baixa. Os coletores de excrementos construídos neste espaço não conseguiam ir por gravidade ao C. 1, porque se encontravam em nível muito inferior a este. Para resolver o problema, foi construído “[...] um poço de elevação mecânica, na Praça Álvaro Machado¹²⁰, de onde os despejos são elevados e emitidos para o C. 1, no cruzamento

118 Quando Saturnino de Brito veio a capital elaborar o esgotamento sanitário, a cidade já era dotada de um sistema de abastecimento de água, o qual apresentava alguns problemas de qualidade, carecendo assim, de ajustamento e ampliação da rede. Desse modo, o projeto de Brito em 1913 teve como foco principal a elaboração da primeira rede de esgotamento sanitário e, em segundo lugar, sugeriu certas alterações no abastecimento de água em rede.

119 ERA NOVA. Saneamento da Parahyba: a grande obra iniciada pelo ex-presidente Sólton de Lucena. João Pessoa, 01 jan. 1925, nº 72.

120 Observando o mapa logo abaixo, percebe-se que esta praça fica logo abaixo da rua Desembargador Trindade.

das ruas Visconde de Inhaúma e Maciel Pinheiro”¹²¹. Quanto ao terceiro distrito, sua idealização ficou restrita ao espaço que circundava a Lagoa dos Irerês. Ver mapa:



121 Cf. BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In: *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 316.

O poço de elevação do segundo distrito continha duas bombas que faziam a descarga das imundícies no coletor da Maciel Pinheiro. Apenas uma bomba fazia o trabalho de esgotamento, a segunda só entrava em funcionamento caso ocorresse algum problema com a primeira. Segundo o relatório de Brito, quando

o nível d'água chega a certa altura a haste de um flutuador estabelece a comunicação elétrica, o motor para, os dejetos se acumulam de novo. Se o motor não funcionar, o nível sobe 10 a 15 centímetros acima do nível máximo normal, entra em função o segundo motor e uma campainha toca persistentemente o sinal de alerta, embora o nível d'água desça com o esgotamento pela bomba em função¹²².

Como os trabalhos realizados na cidade da Parahyba do Norte eram em menor proporção, em relação aos do Recife e Santos, não havia uma Usina Terminal para onde o sinal de alerta seria remetido. Na cidade da Parahyba, o que se viu foi a construção de um chalé acima do poço, que comportava um gabinete de asseio público (latrina ou mictório público) e um telefone que o guarda/zelador utilizaria para avisar “às oficinas e ao chefe do serviço a necessidade de inspecionar o motor parado por acidente”¹²³. A imagem a seguir mostra a escavação do poço elevatório já bastante adiantado. Pelo que se vê, já se encontravam naquelas proximidades as pedras que iriam calçar este espaço, o qual era uma das portas de entrada da cidade. Em suas adjacências encontravam-se a estação de trem e o porto do capim. O poço, naquele momento, demonstrava que o bairro do Varadouro estava prestes a higienizar-se e tornava-se apto ao progresso. Progresso este, que trazia alguns percalços como, por exemplo, a diminuição da movimentação de carros, carroças, bondes e até mesmo pedestres devido aos perigos e inconvenientes labirintos de pedras e escombros.

122 Idem. Brito, p. 318.

123 Ibidem.



1922 - Construção do poço elevatório. Fonte: Revista Era Nova

Na época todos os engenheiros que tinham a convicção de que as enfermidades eram provocadas por miasmas, preocupavam-se com a pavimentação das ruas para que as emanções do solo e possíveis poças de água estagnada não produzissem doenças. Sendo Brito um dos membros dos ortodoxos do apostolado, via a circulação como a principal ação para desembaraçar os espaços produtores de miasmas. E, se a circulação era a palavra de ordem, nada mais oportuno do que melhorar as vias urbanas, as quais, nas décadas estudadas, eram vistas como sendo pequenos pântanos. Para Corbin, a pavimentação se constitui como uma das várias estratégias sanitárias postas em prática para livrar as cidades de possíveis focos epidêmicos. Porque, revestir o solo, tornando-o impermeável “[...] é antes de tudo isolar-se da sujeira do solo ou da putridez das camadas aquáticas”. As vias de pedras tanto suavizava o olhar quanto contribuía para a circulação dos carros, carroças, águas, etc. Ou seja, calçar as ruas ora se caracterizava como medida de alto valor sanitário, ora como elemento estético. Como a estética era um dos objetivos de Brito, lembremos da drenagem da lagoa, a qual fica(va) no terceiro distrito da cidade.

Os trabalhos no terceiro distrito começavam na Rua Visconde de Pelotas e desciam em direção à depressão da Lagoa, localizada ao leste (ver mapa). Por não ter como escoar as águas que vertiam para a lagoa, Brito projetou um túnel, o qual eliminou a idéia de

comunicação deste distrito com o primeiro via elevação mecânica, o que tornaria a obra onerosa. Na entrada do túnel, que se encontrava a margem do lago e em frente à Rua Padre Meira, foi construído um poço de sifão que reunia todos os despejos das ruas e avenidas, existentes ou planejadas para expansão deste distrito. A galeria do túnel, com uma extensão de 1.020 metros, descia em direção a Rua Padre Meira passava “... pela Praça Aristides Lobo e ruas Santa Rosa e da Areia [...]” e tomava o destino do Zumby para jogar as águas pluviais no rio Sanhauá. Quanto aos dejetos domiciliares, assim que encontravam a tubulação do primeiro distrito passavam em disparada pelos coletores intermediários indo se espalhar no coletor geral (C. 1), que logo em seguida dava passagem para que continuassem sua viagem em direção ao emissário geral na Ladeira de São Francisco.

O túnel projetado em galeria tinha uma altura de 1,90 m por 1,40 m de largura e fazia o transporte dos esgotos pluviais e domiciliares. Este último era feito pelos espaços, hermeticamente fechados, das tubulações que passavam pelo subsolo da galeria. Quanto à evacuação das águas pluviais, esta se dava de forma livre, acima do revestimento do piso da galeria. Ou seja, seguia o sistema de separador absoluto de esgotos. De forma bem simplificada, os esgotos não se comunicavam. Mas, como evitar a mistura entre dois tipos de esgotos? A resolução do problema estava nos materiais utilizados na obra. Alguns vinham da Europa, como os tubos grés (cerâmica), outros eram fabricados nas oficinas do saneamento como “os tubos de cimento moldado, destinados aos poços de visita, bem como as peças para o capeamento dos mesmos” além das aduelas (blocos de cimento) destinadas a cobrir a abóboda do túnel. Os novos espaços estriados no subsolo, marcados pela técnica dos engenheiros sanitaristas e pela mão-de-obra dos trabalhadores braçais, tinham por objetivo a prevenção epidêmica dos diversos espaços da superfície citadina. Superfície esta, que trazia nas sua entranhas outros tipos de marcas feitas pelos que passavam, visitavam, observavam e viviam na cidade. Uma sucessão de sinais, rasgos, cortes e memórias de experiências vividas que deram à cidade os mais variados significados. Quase tudo que se encontrava no espaço citadino passou de alguma forma pela intervenção humana, seja ela de cunho técnico ou não. O saneamento, por exemplo, provocou intervenções tanto na superfície quanto no subsolo. Fazendo emergir outras forma de redefinir, sentir e apreender os ambientes e as práticas de eliminação de excrementos. Abominou-se, assim, o uso das fossas fixas.

Com relação as práticas de esgotamento sanitário consideradas arcaicas, temos a destacar as realizadas na cidade do Recife. Para termos uma idéia de como era feito a evacuação dos dejetos antes dos ramais de ferro ou cerâmico, basta ver a crônica de Mário

Sette¹²⁴, “Tigres e Cambrones” que fala do esgotamento sanitário do Recife no período do Brasil Império. Segundo Sette, a remoção das matérias cloacais e águas servidas eram feitas pelos *tigres*, ou melhor, barris que os acumulavam durante um dia e uma noite para que os escravos pudessem pela manhã atirá-los ao mar. Andar pelas ruas do Recife a noite “tinha um quê de aventura”, disse Gilberto Freyre, porque elas estavam cheias de “poças de lama” e “[...] 'tigres' estourados”. Durante o dia tinha-se que andar atento para os avisos “Água vai!”, sinal de que algum excremento ou bacia de água servida iria ser vertida na rua¹²⁵. Somente em 1871 os recifenses passaram a ter um esgotamento sistemático via tubulações, devido às instalações da *Recife Draynage*. De acordo com Sette, demorou certo tempo para que a população aprendesse a lidar com o novo sistema de esgoto, pois como estava acostumado a jogar nos barris todo tipo de lixo (materiais sólidos), fazia-se premente ensinar a selecionar os materiais que podiam ou não ir para a tubulação. O aviso publicado pela companhia Recife Draynage em um jornal da época nos será esclarecedor:

[As] reclamações [...] são diariamente recebidas do uso impróprio que os moradores fazem dos aparelhos, consentindo que seus fâmulos lacem nos mesmos panos, ossos, espinhas de peixes, e outros resíduos de cozinha, do mesmo modo que faziam pelo antigo sistema [...] a empresa faz público para o conhecimento dos mesmos senhores que os aparelhos são destinados para receberem unicamente as matérias fecais e as águas servidas de uso doméstico, e tudo mais que for ali lançado tende a obstruir os canos , em prejuízo dos srs. proprietários que são os responsáveis pelas despesas da desobstrução¹²⁶.

Novos usos precisavam ser ensinados aqueles que estavam acostumados a utilizar as formas tradicionais de esgotamento. Hábitos e costumes mais condizentes com uma cidade moderna. Para isso, se fazia necessário uma campanha de reeducação de condutas, bem como certa manutenção de toda maquinaria, pois nenhum equipamento moderno consegue fazer um trabalho eficiente sem a manutenção adequada. Por falta de reparos logo se tornariam obsoletos. Canos estourados, falta de zelo e de água contribuem para o colapso de qualquer sistema. E foi isso que ocorreu com a *Recife Draynage*. Com o agravamento das condições sanitárias do Recife e o fim da concessão dada a esta empresa de saneamento em 1903, novas concorrências foram abertas, porém, nada foi concretizado. Todavia, os trabalhos de expansão

124 Cf. SETTE, Mário. Tigres e Cambrones. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d. (primeira edição é de 1948)

125 FREYRE, Gilberto. O engenho e a praça; a casa e a rua. In: *Sobrados e mucambos: Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 40.

126 Idem, p. 251.

e melhoramento dos esgotos do Recife foram retomados em 1910, pelo engenheiro Saturnino de Brito¹²⁷. O medo das epidemias que assolavam Recife fez com que o governador Herculano Bandeira tomasse para si a responsabilidade de sanear a sua capital, onde a insalubridade encontrava-se em níveis alarmantes.

Em 1913, conforme referido, ao mesmo tempo em que saneava Recife, Brito foi convidado a estudar o saneamento sanitário da cidade da Parahyba do Norte. Pelo que lemos no relatório de Brito, o início do século é marcado tanto pelo desenvolvimento de novas técnicas sanitárias como pelo avanço das novas concepções higienistas que se baseavam na teoria microbiana. Contudo, a desconfiança com o que era moderno ainda assombrava alguns, inclusive Saturnino de Brito. A desconfiança de Brito em relação a algumas concepções levava-o, no momento em que criava novos espaços de escoamento de matérias fecais, a fazer novos experimentos e novos materiais que pudessem garantir a vedação dos tubos. Se os tubos não se encontrassem bem calafetados, havia o receio de que os gases fétidos pudessem vir a escapar por meio das fissuras em alguns canos, causando o surgimento de algumas “febres de mau carácter”. Ou ainda corria-se o risco de “[...] extravasão dos líquidos de esgotos para o subsolo [...]”, contaminando assim, o lençol freático. Para tanto, Brito adotou uma vedação semi-flexível feita de betume – uma mistura de piche, areia seca e breu -, que era mais seguro em relação às juntas de cimento, as quais poderiam abrir fissuras e contaminar as imediações. As tubulações que recebiam esta vedação, prioritariamente, eram peças cerâmicas que, em sua maioria, vinham da Europa, como se pode ver pela foto:

127 Mensagem presidencial de Herculano de Medeiros a Assembléia Legislativa de Pernambuco em 1910. Ver as mensagens no site da Universidade de Chicago que estão disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>.



1922 - Canos de cerâmica. Fonte: Revista Era Nova

A imagem é da Praça Álvaro Machado, onde se encontravam os tubos cerâmicos organizados em pilhas, as quais, possivelmente, estavam divididas de acordo com os diâmetros de cada tubulação. A praça, localizada no bairro do Varadouro, era porta de entrada para as mercadorias ou pessoal que viessem à cidade por ferrovia ou por mar. O objetivo do fotógrafo, bem se vê, era mostrar o material do saneamento, para criar a imagem de obra grandiosa. Tudo em nome do progresso. O século XIX utilizou a fotografia como testemunha do grau de desenvolvimento ao qual a humanidade havia alcançado, com o intuito de provar os avanços da ciência e do progresso que as cidades estavam experimentando. O oitocentos viu a fotografia ser convocada para produzir os acervos iconográficos das reestruturações urbanas e da criação de novos espaços. A fotografia se configurou como um artifício capaz de produzir outras representações na e sobre a cidade. Com isso, mostrava que a cidade fazia outras aquisições como: novos valores, novos papéis, novas orientações. Ao mesmo tempo, a imagem demonstrava uma forte ligação com a tradição, pois embora focasse suas lentes nos progressos de uma cidade, as margens do foco central trazem cenas de outro tempo que as novas representações não conseguiam escamotear. Em todo caso, voltemos a analisar a fotografia, cujo foco central era os tubos do saneamento. A foto, por ser panorâmica, nos mostra outros elementos que retratam o progresso dos novos tempos. Ao fundo desta notemos o cais do Porto do Capim, o qual nas palavras do observador norte riograndense Joaquim

Inácio¹²⁸, que esteve na cidade da Parahyba em 1924 para ver as obras de saneamento, o movimento deste já se encontrava em colapso, pois

Em certo dia descí ao Varadouro para examiná-lo mais atentamente. Uma sensação de desalento invade logo o espírito de quem quer que ali passe, no primeiro momento. Esta sensação, bem o creio, é comum a todos os corações paraibanos, e desponta diante dos esforços ingentes feitos para que a capital fosse dotada de um porto em boas condições, sem que a vasta soma de energias e de capital ali despendidos com este fim tivesse tido uma proveitosa compensação¹²⁹.

Joaquim Inácio, durante os 14 dias que ficou na Paraíba, não deixou de observar que a interrupção da construção de um porto internacional e moderno no Varadouro, fez arrefecer o comércio e o movimento em geral daquela localidade. O cenário desolador que o olhar de Inácio percorreu foi o resultado de um conjunto de fatores, como a crise política, corrupção na construção do porto e a “[...] transferência da função portuária para o município [...]” de Cabedelo. Nesta foto ainda podemos ver a antiga estação ferroviária *The Great Western Railway Company*, a qual mantinha uma intensa relação comercial com o Recife. Entre outras coisas o bairro do Varadouro possuía iluminação e linha de bonde elétrico. A iluminação, nas palavras do governador João Machado¹³⁰, era um dos principais elementos da organização sanitária, pois o uso da eletricidade era fator de suma importância para o funcionamento das bombas responsáveis pelo esgotamento do segundo distrito. As bombas faziam movimentar os dejetos do Varadouro para o coletor geral do primeiro distrito, e este, por sua vez, os enviava ao emissário na Ladeira de São Francisco.

O emissário era/é de ferro fundido e sua extensão era de 1.693 m, que serpenteia por entre o mangue até chegar aos tanques de acumulação. Pela foto pode se ter uma idéia dos trabalhos no emissário.

128 Inácio apud ARAÚJO, Vera Lúcia. *As transformações na paisagem do porto do capim: leituras de uma paisagem urbana*. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

129 Idem, p. 90.

130 Cf. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1911, pelo presidente, Dr. João Lopes Machado. Disponível em: <http://www.cielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2008.



1922 - Emissário dos esgotos. Fonte: Revista Era Nova

A imagem fixa um dos aspectos do emissário em construção, captando assim, os movimentos dos operários no assentamento dos tubos. Pela disposição do pessoal da obra, tudo indica que há três grupos de trabalhadores, pois ao analisarmos detidamente a imagem podemos perceber que uns estão a mexer a massa mista (betume e cimento) destinado à vedação das juntas dos tubos, enquanto outros parecem ser incumbidos do transporte da massa em baldes até ao encarregado da calafetação. Ao lado do emissário vê-se um observador, possivelmente o encarregado da obra, em cima de um ramal Decauville¹³¹ construído para fazer o transporte dos materiais destinados ao saneamento. Assim, terminando

131 O Decauville “é um sistema de caminho de ferro com via estreita (bitola de 40 a 60 centímetros) que ficou conhecido pelo nome do inventor – Paul Decauville (1846-1922). A via é formada apenas por elementos metálicos pré-fabricados, que podem ser facilmente desmontados, transportados e reutilizados. A preparação da plataforma e a colocação da via requerem pouco trabalho. As vagonetas eram inicialmente empurradas manualmente ou puxadas por cavalos. A aparição de pequenas locomotivas Decauville e de material rolante diverso, tornou o sistema Decauville um verdadeiro sistema de caminho-de-ferro, que encontrou aplicações em numerosos domínios: mineiro, industrial, agrícola, militar, etc.”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Decauville>. Acesso em: 04 de setembro de 2008.

este texto encaminhamo-nos para a próxima construção narrativa.

2 – Novos hábitos para novos equipamentos

“Seria, portanto, fundamental que a população incorporasse essas novidades sem maiores traumas: canos, torneiras, reservatórios, tanques [...] São os adereços dessa nova consciência produzidos como um novo cenário para as novas experiências sensitivas [...]”.

Severino Cabral Filho¹³²

Ao chegarmos a este ponto do nosso trabalho uma pergunta se faz premente: para onde eram enviados os excrementos que chegavam ao emissário da Ladeira de São Francisco? O destino eram dois tanques de “[...] acumulação de dejetos durante a maré montante [...]”. Assim, que sempre que a maré subia levava consigo todo material que a cidade expelia, por considerá-lo nocivo à saúde pública. Os tanques foram cavados em pedra de calcário “[...] cujo relevo subterrâneo [...] condicionou a sua forma em curva, para melhor aproveitamento da rocha como verdadeira bacia de fundação dos tanques”. Para Beguin, o esgotamento seria a complementação de um sistema sanitário mais amplo, cujo sentido era fazer circular as águas. Um movimento perpétuo, pois ao mesmo tempo que traz água pura, evacua aquelas que não devem ser utilizadas, porque de algum modo já fizeram a assepsia de algum espaço. Tudo isso só podia tornar-se concreto devido ao método do *survey*, o qual se servia dos estudos da geologia e outros dados técnicos para fazer a adaptação dos planos com as condições ambientais, ou seja, era a junção dos “[...] conhecimentos [...] das linhas de drenagem natural [...] permiti[ndo] organizar como maior eficiência e maior economia a drenagem artificial [...]”¹³³. Neste ponto, a certeza sobre os cálculos das curvas de níveis e a escolha certa do diâmetro da tubulação seriam os responsáveis pela fluidez rápida e sem obstáculos das matérias indesejadas. Caso contrário, as sujeiras ficariam acumuladas nos tubos “provocando obstruções desagradáveis, que serão, por sua vez, responsáveis por odores terríveis [...]”¹³⁴. Para se ter um panorama dos trabalhos técnicos empregados na obra, vejamos a fotografia da construção dos tanques de acumulação:

132 CABRAL FILHO (op. cit., 2007)

133 BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 43.

134 Idem



1922 - Tanque de depuramento de dejetos. Fonte: Revista Era Nova

Aqui os trabalhos estão voltados ao revestimento dos tanques destinados a acumulação dos excrementos que seriam arrastados pela maré vazante até a “Camboa do Tambiá Grande, afluente do rio Parahyba [...]”, isso a uns 2.000 m de distância da cidade. Vale lembrar que os dejetos aí acumulados não passavam por nenhum tratamento químico antes de sua eliminação definitiva. Segundo Joaquim Inácio, os excrementos “[...] sofrerão uma depuração a luz e ao calor solar”, antes de serem lançados *in natura*. As impressões de Inácio sobre o saneamento da capital paraibana estavam abalizadas pelo engenheiro Lourenço Baetas Neves¹³⁵, que o acompanhou nas visitas que fez à obra.

Na época era comum os dejetos serem lançados *in natura* no mar ou nos rios. Esta prática era utilizada tanto pelos microbiologistas quanto pelos defensores da teoria do meio.

135 Na década de 1920 Saturnino de Brito o convidou para chefiar os trabalhos na cidade de Parahyba do Norte, com a aceitação deste trabalho, Baeta Neves que era Professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte e Diretor da Secretaria de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, conseguiu com que o governo de Minas o liberasse para as obras na Parahyba. Ver BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In: *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 377.

Contudo, desde o século XIX já se discutia “o que fazer com as águas coletadas”. Conforme nos expõe Andrade, para Dupuy existiam três vertentes de pensamento que apregoavam métodos distintos de depuração de matérias fecais: químicos, biólogos e os engenheiros de “Ponts-et-Chaussées”. Os químicos utilizavam produtos químicos como o sulfato de alumínio e a cal; os biólogos, dentre outros se destacando Pasteur, o espargimento poderia se fazer no solo, desde que não os usassem para irrigar plantações; por fim, os engenheiros de “Ponts-et-Chaussées”, defendiam o sistema de “tout-à-l’égout”, no qual tudo ia para o esgoto com o envio do mesmo para irrigação de culturas. Embora Pasteur defendesse os preceitos biólogos, não era contrário aos métodos do “tout-à-l’égout”. Na visão de Jacquemet, “Pasteur [era] contra a irrigação pelas águas de esgoto, [por constatar] que os germes do carbúnculo se conservava vários anos no solo”¹³⁶. Quanto ao engenheiro Saturnino de Brito, responsável por várias obras de saneamento no Brasil, adotou um sistema semelhante ao aconselhado por Pasteur – espargimento no solo. Contudo, Brito aconselhava a irrigação de culturas com as águas dos esgotos, bem como a adubação do solo com o lodo que criava nos tanques de depuração.

Brito dizia ser preciso experimentar, nas pequenas cidades, o uso do lodo em terreno cultivável. Desse modo, seria preciso “[...] deixar que um dos compartimentos [ou seja, tanques] se conserve vazio, com o lodo depositado, até que seque pela ação do sol; será então retirado para adubo ou para aterro nas imediações, preparando-se terreno cultivável”¹³⁷. Era uma solução possível para o acúmulo de lodo produzido pelos dejetos, já que as experiências feitas pelos biólogos por meio de micróbios anaeróbios haviam falhado, ou antes, só funcionava com pequenas porcentagens de lodo. Assim sendo, demos a palavra a Brito:

Na minha recente viagem à Europa, nas poucas instalações depuradoras que visitei, recebi a impressão confirmadora do que acima acabo de dizer, sintetizando a doutrina cauta que venho sustentando e praticado no Brasil, a qual, tendo provocado algumas dúvidas ou contestações entre os nossos leitores indígenas, partidários, sem melhor exame, das mordenices científicas estrangeiras, vai sendo justificada pelo arrefecimento dos entusiasmos com que a princípio se explicava dogmaticamente a dupla ação microbiana no tratamento depurador chamado “biológico”. O desaparecimento do *sludge*, ou lodo dos esgotos, comido e digerido pelos micróbios anaeróbios nos *septic tanks*, foi, em tempo, o grande fato anunciado, repetido, e contra o fato se não podiam opor dúvidas e argumentos, nem mesmo de boa lógica; mas, praticado o processo em grandes instalações, os fatos não foram mais os anunciados, e cada vez se foram citando maiores porcentagens de *sludge* a remover dos tanques. Houve quem dissesse, desanimado do trabalho “sisifano” nos tanques

136 Jacquemet *apud* ANDRADE, 1992: 27.

137 Brito, 1943, p. 383.

sépticos, que o sludge parecia aumentar [...]¹³⁸

Como defensor da teoria miasmática, Brito não iria perder a oportunidade de fazer uma crítica aos métodos científicos modernos, como acabamos de ver. Com isso, lembramos que os embates contrários à teoria microbiana não eram uma exclusividade do engenheiro Saturnino de Brito, pois como disse Andrade, “Latour destaca as críticas de Peter e Koch a Pasteur, acusado de generalizar apressadamente a partir de casos mal esclarecidos”. Conforme aquele autor, Peter se bate contra a ‘fúria microbiana’, contra o que lhe parece uma ‘torrente’ ou mesmo ‘um cólera intelectual contra o qual é preciso também saber tomar as medidas sanitárias’¹³⁹. Os embates entre microbiologistas e miasmáticos tomaram proporções de maior visibilidade no final do século XIX, quando “o micróbio tornou-se uma causa mais precisa, situável e identificável ao mesmo tempo [...] [pois] é independente de odor e é observável”¹⁴⁰. Os métodos e as argumentações em defesa dos micróbios estavam bem mais aparatados dentro dos princípios científicos da época do que a teoria miasmática. Com o crescimento das pesquisas embasadas na teoria microbiana e devido aos resultados positivos obtidos, constatava-se uma mudança substancial nos métodos da higiene e na prática da medicina. Segundo Roberto Martins, “costuma-se afirmar que a medicina só se tornou “científica” após o desenvolvimento da teoria microbiana das doenças “¹⁴¹. Contudo, todo o argumento científico usado para fazer ascender esta teoria não foi suficiente para solapar definitivamente a crença nos miasmas, pois em pleno século XX as reformas urbanas, que observavam as condições do meio urbano, não descartavam os métodos de higienização da teoria miasmática. Isso pode ser visto tanto nas ações médicas como nas intervenções dos engenheiros, a exemplo de Saturnino de Brito.

Brito, sendo um dos maiores conhecedores em matéria de sanitarismo, foi chamado por vários governadores para sanear a maioria das capitais brasileiras, entre elas o Recife, Belo Horizonte, Aracaju, São Paulo, Parahyba do Norte, etc. Sua intervenção, neste sentido, procurava evitar a radicalidade das ações. Em alguns casos era inevitável a desapropriação de casarios e de terrenos. Muitos desses espaços estavam com os ares tão insalubres que a demolição era inevitável. A cidade de Recife, comenta Miranda¹⁴², experimentou o poder

138 Idem, 1943, p. 324.

139 Latour *apud* Andrade, 1992: 28.

140 Vigarello *apud* Andrade, 1992: 28.

141 Cf. MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr. *Os miasmas e a teoria microbiana das doenças*. In: Revista American Scientific História. n° 6, jan de 2008.

142 Cf. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro

destruidor dos engenheiros sanitaristas, que na segunda década do século XX quase demoliu por completo o bairro do Recife. Tendo a saúde pública como objetivo a ser alcançado, Brito, em seu relatório sobre o Recife, concebe um papel de destaque às intervenções dos médicos e engenheiros, pois

No exercício das suas funções o higienista e o médico cuidam dos indivíduos, atendendo às 'relações recíprocas entre o físico e o moral do homem'. O engenheiro sanitário, no que lhe compete fazer, para evitar ou para corrigir a insalubridade nas aglomerações humanas, deverá atender às relações recíprocas entre o meio físico e social de cada localidade, para promover o projeto e execução moral dos trabalhos sanitários [...]¹⁴³

O meio urbano da cidade da Parahyba do Norte não experimentou o radicalismo que se verificou em Recife. Algumas ruas foram levemente alinhadas para que o ar pudesse ser renovado. Uma centena de casas tiveram a rede de esgoto instalada, conferindo-lhes ares e costumes modernos. Em artigo da Revista Era Nova, o redator informa que “os serviços de instalação domiciliar, iniciados, correrão por conta dos proprietários dos prédios na parte interna destes e por conta do Estado na parte que vai da peça de junção ao passeio”¹⁴⁴.

do Recife no início do século XX. In: Revista Clio, vl. 1, nº 20, 2002.

143 Brito *Apud* MIRANDA (op. cit. 2002: 165).

144 SANEAMENTO da Parahyba: a grande obra iniciada pelo ex-presidente Solon de Lucena. In: Revista Era Nova. [1922?] data provável.



1922 - Coletor de esgotos. Fonte: Revista Era Nova

Como se pode notar, o objetivo é mostrar o tubo coletor dos excrementos responsável pela evacuação das águas servidas para o coletor geral, e deste ao emissário, o qual se encarregaria de despejá-lo no rio. Ao lado da vala aberta, pode ser visto três tubos de cerâmica cujo papel é fazer a interligação das junções do coletor da rua com os ramais domiciliares. A aquisição destes materiais ficava por conta dos proprietários que desejassem ter o equipamento nas dependências domiciliares. Quanto ao assentamento dos tubos e dos gabinetes de asseio, a responsabilidade recaía sobre pessoal técnico da Repartição de Saneamento. Algumas instalações foram feitas nas residências que haviam sido edificadas recentemente pela Comissão de Saneamento¹⁴⁵, embora não fosse seu trabalho. O governo também encarregou à comissão de fazer as instalações da Prefeitura, da Assistência Municipal, da Colônia de Alienados, Policlínica Infantil, refúgio de bondes e Alfândega.

Conforme o relatório que Saturnino de Brito elaborou em 1926, quando encerrou os trabalhos na Paraíba, os materiais usados para fazer as instalações das repartições públicas foram “[...] adquiridos por preços elevados nas praças de Paraíba e de Recife [...]”. Além disso, foi constatado que as instalações sanitárias que foram feitas sem o pessoal técnico da Comissão de Saneamento, não seguiram os preceitos do sanitarismo. Estas instalações tinham

145 A Comissão seria substituída pela Repartição de Saneamento, cujo regulamento foi elaborado pelo engenheiro Paulo Guedes Pereira.

sido feitas por um aparelhador que veio de Recife, o qual, possivelmente, oferecia seus serviços a custo mais baixo do que os trabalhos de um técnico especializado. Para Brito,

Geralmente, quando se trata do serviço de esgotos, concede-se aos proprietários a liberdade de adquirir o material onde lhe convenha e de mandá-lo instalar pelos aparelhadores da sua confiança, isto é, pelos que façam o serviço mais barato. Não se pense que somente os proprietários pobres, e aqueles que especulam com as casas para alugar, discutem o preço da instalação dos esgotos e procuram o mais barato [...] Também os proprietários da burguesia mais abastada, e até mesmo alguns médicos, mais ou menos higienistas, despendem quantias valiosas no que se vê do prédio, na fachada, na ornamentação, no mobiliário, nos próprios aparelhos sanitários que escolhem ou mandam vir do estrangeiro sem o preciso critério sanitário na escolha; mas, quando se trata do estabelecimento das canalizações e do assentamento dos aparelhos, o expoente da economia mal entendida aparece de um modo impertinente. O culto à vaidade, e o errôneo conforto que lhes dá a vista de coisas bonitas e luxuosas, lhes oblitera o senso para o julgarem do enorme valor que terão para a saúde as canalizações mal estabelecidas, ocultas nas paredes, e as ligações mal feitas, cheias de graves defeitos que só a técnica sanitária conhece, por ser ainda deficiente o próprio ensino nas escolas de engenharia e de medicina. Muitos moradores de prédios mal esgotados pagam, inconscientemente, ao médico e à farmácia, e despendem em enterramentos evitáveis, muito mais do poupado nas instalações de esgotos ¹⁴⁶.

O engenheiro chefe da obra condenava as instalações embutidas, porque escondiam os defeitos dos assentamentos mal colocados e, acima de tudo, ocultavam possíveis vazamentos que ao se infiltrarem nas paredes as umedeciam fazendo desprender odores que comprometiam o ar que se respirava. Bem se vê, que as palavras de Brito expõem uma defesa ao corpo profissional ao qual pertencia. Grupo abalizado para o serviço, diplomado e treinado na organização sanitária. Poucos tinham as habilidades que um serviço sanitário requeria. Com isso, já que o serviço havia sido contratado com o intuito de fazer a prevenção e eliminação de focos epidêmicos, cabia deixá-lo nas mãos dos saberes competentes. Somente eles estavam abalizados para os cálculos precisos que o serviço exigia. Para completar, Brito enfocava três princípios indispensáveis à salubridade do lar: a reforma sanitária das habitações insalubres, de modo a deixar a luz do sol e a ventilação natural serpentear por entre os espaços mais obscuros do lar; a rigidez com a aplicação da legislação que regula as construções de casas para aluguel, evitando-se que as “casas econômicas” sacrifiquem a salubridade; por fim, a necessidade do asseio domiciliar, ou seja, fazer a assepsia adequada dos quartos, cozinhas, gabinetes sanitários¹⁴⁷, etc, bem como “[...] dar à nova geração o

146 Brito, 1943, p. 330.

147 Entre o intervalo de tempo de 1913 e 1922, os delegados de higiene buscavam fazer a evacuação dos dejetos por meio da construção de aparelhos sanitários, os quais deveriam substituir as fossas fixas. Esse tipo de prática era recomendada pelos médicos da Diretoria Geral de Higiene desde 1911, ano em que a diretoria

ensinamento, nas escolas, para que o asseio e a boa conservação do prédio sejam práticas habituais no domicílio quanto o asseio do corpo e da alma, no lar ou fora dele”¹⁴⁸.

Nesse sentido, notemos que naquela época a aprendizagem de novos hábitos e costumes, assim como a circulação eram atitudes que estavam na ordem do dia. Dito de outro modo, o momento era propício para se pôr em prática novos e velhos métodos de higienização. Buscava-se acabar com os germens e os odores nauseantes, pois como disse um articulista do jornal *A União* a cidade continha “inúmeros focos de infecção que pululam em diversos pontos de nossa urbs, constituindo centros terríveis de proliferação de micróbios patogênicos”, lugares imundos e “tão nauseantes e asfíxiantes das narinas do transeunte incauto, que não se há linguagem para descrevê-los”¹⁴⁹. Desse modo, o esgotamento sanitário da década de 1920 era a realização do sonho e dos desejos de muitos médicos e engenheiros que desde o início do século discursavam sobre a “higiene perfeita” de uma cidade. A organização sanitária, desde o século XIX, era preocupação tanto de europeus quanto de brasileiros. Algumas capitais do Brasil adquiriu seu esgotamento sanitário em rede durante o império, como foi o caso do Rio de Janeiro, outras somente vieram a conhecê-lo no século XX. Porém, desde o oitocentos os discursos dos políticos, médicos, engenheiros, etc. reclamavam a falta deste, como podemos ver pelas palavras de Manuel Joaquim Saraiva, sobre a cidade de Salvador:

O desasseio d’esta capital, *os maus cheiros na atmosfera*, tanto no interior como no exterior das habitações, provem essencialmente de causas que a canalização completa de todas as imundícies faria seguramente desaparecer. As águas servidas e impregnadas de detritos lançados nos regos e nas sargetas das ruas, a prática detestável de acúmulo da integridade dos materiais excrementícios em abertura ou brechas feitas no pátio, ficando assim entregues ao poder de oxidação do solo, a dispersão dos dejetos sobre a vida pública, confiando-se o desaparecimento aos animais e aos agentes da meteorologia, o que é sem dúvida um processo bem inferior ao que Moisés ensina aos seu nômades¹⁵⁰.

começou a pôr em ação os regulamento de higiene. O esforço para se evitar o uso das fossas fixas eram constantes, porém, poucos resultados eram alcançados. Muitos proprietários fugiam das obrigações como podemos ver pela exposição dos trabalhos de Octavio Soares, o qual intimou “O proprietário das casas da rua Diniz n°s 16, 16^a, 18 e 20 e praça Abiahy 11,13 e 15 para fazer a limpeza geral dos prédios e construir aparelhos sanitários nas respectivas casas, visto existir um só aparelho”. Como podemos perceber a moderna higiene defendia a construção de um banheiro para cada habitação. Abominando assim, o uso coletivo do mesmo. Cf. DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte. 06 out. 1916.

148 Brito (op. cit. 1943: 330).

149 FÓCOS de infecção. *A União*. Parahyba do Norte. 16 dez. 1914. p. 1.

150 Conforme Uzeda, este é um trecho do discurso de Manuel Joaquim Saraiva no “[...] alvorecer da República quando foi realizado o terceiro Congresso de Medicina e Cirurgia [...]”. Cf. UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. [s.d.]. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, [s/d], p. 101.

A descrição feita por Saraiva era comum a toda cidade brasileira que ainda não havia passado pela higienização dos espaços. Antes da canalização dos esgotos, estes eram lançados nos quintais ou retirados pelos tigres¹⁵¹. Usavam os trabalhos dos tigres aqueles que tinham escravos ou quem pudesse pagar pelo serviço. Como a maioria da população não podia arcar com os custos, tudo era enviado ora para as ruas, ou para os fundos das casas. Na cidade da Parahyba do Norte esse hábito foi muito comum, como se pode perceber pelas matérias de jornais que falam do trabalho das comissões federais que vinham para retirar o lixo dos quintais. Todavia, vale ressaltar que um sistema de esgotamento sanitário eficiente necessitava do auxílio de outro sistema, qual seja, o sistema de abastecimento de água, pois sem ele os excrementos não poderiam viajar por entre os espaços das tubulações. Para tanto, dando continuidade a nossa narrativa sobre a salubridade da cidade, nosso terceiro tópico terá por tema central a educação dos gestos.

3 – Um plano que quase não saiu do papel

“A cidade passava naquele momento pelo importante e decisivo crivo do olhar técnico que a partir da intervenção de um obra significativa visava dotá-la de signos modernizantes porque atacava concretamente um problema crucial para qualquer cidade com pretensões modernas: o seu sistema de esgotamento sanitário e o seu abastecimento de água [...]”.

Severino Cabral Filho¹⁵²

No início do século XX, uma cidade que se pretendesse moderna necessitava, para este fim, melhorar sua infra-estrutura, de modo a apresentar-se com ares *civilizados*. Calçamentos, construção de praças, abertura e alargamento de ruas, sistema viário, iluminação pública e particular, abastecimento de água e esgotamento sanitário são alguns dos equipamentos urbanos que, quando implantados, alterariam a fisionomia da cidade, tornando-a apta e em sintonia com os novos tempos. Em outras palavras, a cidade precisava adequar a malha urbana “[...] à lógica dos elementos – o ar e a luz – e dos condutores deste elementos – canalização de água e esgotos – sem esquecer o fluxo de pessoas e veículos”¹⁵³. Projetos

151 No livro Arruar, Sette fala que o nome *tigres* era usado para designar tanto os barris quanto os escravos que os transportavam. Cf. Sette (op. cit. s/d, p. 247).

152 CABRAL FILHO (op. cit., 2007)

153 BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de

como este, para serem concretizados, necessitavam de suporte técnico especializado, ou seja, profissionais competentes do campo da engenharia. Fazia-se preciso adotar medidas mais amplas que livrasse “[...] a cidade do fantasma das doenças [...]” as quais iam além da “[...]competência do médico sanitaria [..]”. Necessitava-se assim, de uma cultura material que fizesse a cidade perder sua atmosfera arcaica.

Diante do exposto, observava-se uma crescente busca por uma melhoria material do espaço urbano. Para isso, os administradores não puderam se furtar à contratação de um engenheiro, que pudesse avaliar geologicamente a composição do terreno e, principalmente, sua topografia. Somente após os estudos dessa natureza emitiria-se pareceres confiáveis, os quais serviram de base para o projeto desejado. Na Paraíba, este tipo de prática pode ser verificada nos projetos de Miguel Rapozo (1906) e Saturnino de Brito (1913), respectivamente idealizadores do abastecimento de água e esgotamento sanitário da cidade da Parahyba do Norte.

As obras realizadas pelos engenheiros citados se processaram na primeira fase do saneamento no Brasil, período da primeira República, entre 1910 e 1926¹⁵⁴. Analisando as fontes que informam sobre as iniciativas de dotar a cidade com água de qualidade e esgotamento eficiente, verificamos a impossibilidade da implantação conjunta dos serviços de canalização de água e esgoto. Os contratos de concessão foram realizados tendo em vista o que lhe fosse mais urgente, ou seja, o abastecimento de água. É bom lembrar que durante a maior parte do século XIX o governo paraibano não dispunha de repartição que fizesse uso dos trabalhos da engenharia. É claro que as obras que foram realizadas no Estado e na capital necessitavam de um engenheiro, porém, o governo não tinha recursos para mantê-lo como funcionário público. Somente no ano de 1895 o problema mereceu atenção especial.

Em 15 de abril de 1895, o presidente Álvaro Lopes Machado criou a Diretoria de Obras Públicas, bem como seu regulamento. A partir de então foram destinados, a esta repartição, orçamentos que visavam melhorias significativas na infra-estrutura da cidade. Ainda neste mesmo ano foi assinado contrato de concessão entre o “[...] governo e os srs. Adriano Loureiro e Cia [...]” para o abastecimento de água. O contrato não foi cumprido,

Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 44.

154 Lembramos que a água adentrou no perímetro urbano ainda no Império com a construção de chafarizes, como por exemplo, o chafariz da fonte dos Milagres. Ainda no Império o presidente Paes Barreto (1854) “[...] estudara a possibilidade de trazer por meio de encanamento a água do riacho das Marés [...] porém as despesas eram superiores às forças da Província...”. Cf. COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d'água da capital*. In: Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1948, p. 63.

razão pela qual três anos após a assinatura deste, registrou-se um novo contrato, agora com os engenheiros Samuel Jones e Herculano Ramos. Nova concessão, a qual também não sai do papel. É bom observar que o engenheiro Herculano Ramos era o representante da “Parahyba Walter Company”, companhia fundada em Manchester, Inglaterra, para empreender a concessão do sistema de abastecimento de água.

Segundo Coêlho Filho, a companhia chegou a adquirir uma propriedade, denominada de “Jaguaribe baixo” e um terreno no bairro das Trincheiras, porém nenhum serviço foi realizado. Mas a pergunta paira no ar: por que, depois de se ter fundado uma companhia com capital de 20.000 libras, o projeto não se concretizou? Seguindo o raciocínio de Aranha¹⁵⁵ sobre as concessões das estradas de ferro no Norte, o governo não concedia garantia de juros facilmente sobre o montante do capital empregado. Para Aranha, os interessados neste tipo de negócio pediam concessão sem garantia de juros, ou seja, sem ônus para o Tesouro do Estado. A estratégia em um primeiro momento era afirmar ao governo que ele estaria livre desse tipo de garantia. De posse do direito de concessão, os concessionários reelaboravam seus projetos e inseriam emendas que garantissem ao investidor o lucro esperado¹⁵⁶. Assim sendo, as emendas faziam parte de um segundo momento do jogo, em que se buscava uma autorização de garantias de juros, pois só assim o empreendimento tornaria-se vendável, ou melhor, atrativo para os acionistas londrinos.

Teria havido semelhante manobra na concessão do abastecimento de água na cidade da Parahyba do Norte no ano de 1898? Certamente que sim, já que a criação deste tipo de companhia, para exploração dos serviços de saneamento¹⁵⁷, era prática comum no Brasil. Sobre esta informação nos esclarece o governador Gama e Melo: “Foram assim estabelecidas em nosso país todas as empresas congêneres como a – Drainage Gallery e a City Improvements no sul, e a Recife Drainage em Pernambuco [...]”¹⁵⁸. Desse modo, julgamos

155 ARANHA (op. Cit, 2001).

156 A primeira década do século XX ainda é marcada pelos serviços de concessão por empresa privada. Todavia, o discurso de alguns engenheiros, como Saturnino de Brito, defendiam a obra realizada administrativamente, a qual, mesmo levando o governo a contrair dívida por meio de empréstimos, pagavam juros bem menores do que os exigidos pelos concessionários.

157 Para Rezende e Heller, “ a má experiência com as companhias privadas de saneamento, justamente quando as ações de saúde pública tornavam-se cada vez mais abrangentes, contribuiu fortemente para o processo de encampação dos serviços pelo Estado [...] ”. REZENDE; HELLER (2008: 194). E ainda acrescentam que, para Azevedo Neto “apenas duas das companhias privadas resistiram à encampação dos serviços: a City companhia responsável pelo esgotamento sanitário da cidade do Rio de Janeiro, que manteve a concessão dos serviços até 1947, e a City of Santos, empresa de saneamento da cidade de Santos, cuja concessão durou até 1953”. Cf. REZENDE, Sonaly Cristina e HELLER, Léo. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 194.

158 Mensagem presidencial, 1899.

provável que a companhia londrina, criada para explorar a concessão do saneamento da capital paraibana, não havia desenvolvido os trabalhos para a qual fora criada por falta de garantias de que o investimento seria seguro e lucrativo. Mas, como o governo poderia arcar com as garantias de juros se as verbas eram escassas, como podemos verificar nas mensagens e exposições presidenciais? Ao final observa-se que os dois projetos malograram, tornando-se frustradas as expectativas de muitos que sonhavam com empregos ou com a civilização.

Outras tentativas vieram, mas, não passaram de planos de intenção. Em 1910, começou-se a por em prática o projeto de abastecimento de água do engenheiro Miguel Rapozo, o qual havia sido projetado em 1906¹⁵⁹. Após a efetivação do referido projeto, João Machado nomeia Rapozo para o cargo de fiscal do serviço de abastecimento d'água e esgoto. Embora, se verifique a inexistência de um serviço de esgotamento sanitário moderno na capital. No entanto, não podemos deixar de citar que as mensagens presidenciais anteriores ao ano de 1912, demonstravam que alguns planos de intenções, para construção dos esgotos, já faziam parte das propostas de ação dos presidentes anteriores. Por várias vezes chegou-se a abrir concorrência para capitalistas interessados em concessões, conquanto, todas as propostas recebidas foram rejeitadas pelo governo. No mandato de João Machado, por exemplo, foi aberta concorrência para os serviços de água e esgoto, as quais foram rejeitadas. Vejamos o que disse o governador sobre este caso:

Procurei, a princípio, efetuar por contrato [o serviço de abastecimento de água] e a canalização dos esgotos. Sendo, como é, [o primeiro] serviço de resultado infalível para o explorador [e como o segundo exigindo] maior capital e maior risco, não quis aceitar nenhuma proposta sobre o de mais fácil execução sem deixar garantido o outro, igualmente inadiável e de mais difícil prática [fala do esgotamento]. As propostas apresentadas sobre ambos impunham ônus ao Tesouro, estabelecendo umas a garantia de juros, outras a responsabilidade do Estado para o levantamento do capital necessário e, afinal, algumas pretendendo o comprometimento do crédito da Paraíba para capital e juros. Resolvi por isso fazer administrativamente a canalização d'água, para que a população, gozasse desde logo desse grande benefício, mantendo-se o Estado habilitado a transferir o trabalho feito, em qualquer tempo, a quem contratar a rede de esgotos [...]¹⁶⁰

Devido aos poucos recursos de alguns Estados brasileiros, os projetos de saneamento foram levados a efeito por meio de capital privado. Os financiamentos dos projetos de

159 O projeto de Rapozo não foi realizado neste ano porque o governo teve que prestar assistência aos flagelados da seca. Cf. Mensagem presidencial de 1907.

160 Exposição apresentada ao Exmo. sr. dr. João Pereira de Castro Pinto, sobre os negócios públicos do Estado da Paraíba, em 22 de outubro de 1912 pelo dr. João Lopes Machado. p. 404.

saneamento no Brasil, pelos estudos de Rangel¹⁶¹, podem ser divididos em três fases: a primeira que se inicia no século XIX e vai até a década de 1920, caracteriza-se por investimentos privados. A segunda - a partir de 1920 -, por pressão da opinião pública e das corporações de engenheiros, o Estado começou a adotar uma postura de intervenção direta nas políticas de melhoramentos das cidades. E em terceiro lugar, vê-se que a partir de 1950 os serviços públicos foram concedidos às empresas estatais. No caso da capital paraibana bem se vê que houve algumas tentativas no sentido de se realizar a implantação do serviço de saneamento por meio de capital privado, porém, as propostas recebidas foram rejeitadas por não satisfazerem as contrapropostas do Estado.

Em todo caso, embora as concessões por meio de capital privado se mostrassem em pleno vigor nas primeiras décadas do século XX, alguns profissionais já propalavam que certos tipos de serviços deveriam ser realizados com recursos públicos. Mediante esta informação, temos a citar o engenheiro Saturnino de Brito que se inseria entre o grupo de profissionais que fazia a defesa das obras realizadas administrativamente, ou seja, com investimentos do Estado. Conforme Beguin, quanto maior o investimento “... mais o Estado tende a ter um papel maior no seio da empreitada urbana, visto que dispõe de facilidades financeiras e poderes que os grupos privados não têm [...]”¹⁶². Segundo Andrade, Saturnino de Brito, na virada do século XIX para o XX, havia se tornado uma autoridade em matéria de engenharia sanitária, influenciando várias gerações de engenheiros e urbanistas tanto nacionais como internacionais¹⁶³. Com um pensamento assentado em bases sólidas na esfera nacional, suas idéias parecem ter servido de espelho para os engenheiros Victor Kromenacker e Miguel Rapozo, porque ambos defendiam um serviço de abastecimento de água e esgoto construídos administrativamente, além de aconselharem a utilização do uso do separador absoluto¹⁶⁴ para o esgotamento sanitário. A influência é tanta que o engenheiro Miguel Rapozo, ao responder as alegações do jornalista major Arthur Achilles, de que o problema das águas da capital fora ocasionado porque a obra havia sido construída de forma administrativa,

161 Rangel apud MARQUES, Eduardo Cesar. *Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. Dados – Revista Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 de jun. 2008.

162 BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 45.

163 ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano*. 1992. 262 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

164 “O sistema de esgotos é o separador completo ou absoluto, isto é, a rede sanitária é completamente distinta da rede fluvial”. Cf. BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. *Saneamento da Paraíba do Norte*. In: *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 315.

diz que,

Quando o encarregado de um serviço não está manietado pela deficiência de créditos, quando todos os seus auxiliares são da sua livre escolha, sem influência dos que governam, o serviço feito administrativamente é bom e econômico. Um chefe de serviço que leva em consideração a sua responsabilidade profissional, não fará economias desarrazoadas e que redundem em prejuízos futuros para o governo, e desprestígio de seu nome, mas o que contrata, por muito sério e honesto que seja, olhará sempre de preferência para o aumento de seu lucro no negócio, e muito naturalmente não terá grandes preocupações com o que vier depois. Quando um governo tem recursos precisos deve realizar por administração uns tantos serviços públicos, e só na ausência deles deve recorrer a empresas para executar os que não pode por si custear. De boa fé ninguém dirá que erraram os governos de S. Paulo e Pernambuco, mandando realizar administrativamente os serviços de saneamento de Santos e Recife pelo notável engenheiro Saturnino de Brito, nem levará a conta do sistema administrativo o fato de partir-se um tubo, de desarranjar-se uma máquina elevatória, ou mesmo de ser prejudicado quase todo o serviço em consequência de um fenômeno até então desconhecido e dependente exclusivamente de especialíssimas condições locais, porque qualquer empresa que realizasse tais trabalhos estaria sujeita as mesmas decepções [...]¹⁶⁵

Voltemos mais uma vez ao caso das águas. Alguns profissionais da capital que se envolveram na celeuma da água, no início de 1913, desaprovaram a iniciativa de Miguel Rapozo de recusar todas as propostas de contrato de concessão para o referido abastecimento de água. Porém, as acusações de que as obras feitas administrativamente eram pouco confiáveis não se sustentaram por muito tempo. Miguel Rapozo, com seu discurso eloquente, rebate tais alegações ao citar os trabalhos realizados por Saturnino de Brito, a sumidade em matéria de sanitarismo e ferrenho defensor desse tipo de serviço. Seu discurso é categórico, insinua não entender as críticas de Achilles, pois o mesmo havia feito a defesa de quase todo o serviço. Na ocasião afirmava que as instalações eram perfeitas, os poços conservados e sem risco de insalubridade, ou melhor, defendia a potabilidade da água que iria ser dada a consumo público. Achilles não responde às alegações de Rapozo. Fora as acusações contidas na primeira carta do jornalista, o fato da concessão só foi mencionado mais uma vez, de forma bem mais discreta, pelo médico Flavio Marója. Este, ao avaliar o caso do óxido de carbono na água e uma vez mais lamentar a falta de esgotamento sanitário que, em sua opinião, deveria ter sido construída conjuntamente com o abastecimento de água, nos informa que

Sabe muita gente (lembro-me de quase todos com quem conversei) como pensava sobre o serviço de abastecimento d'água a nossa capital, que aliava ao de esgoto, chegando até a levar ao Palácio, [...] o engenheiro meu particular amigo dr. Cardoso

165 RAPOZO, Miguel. O abastecimento d'água a capital: derivações domiciliares. *A União*. Parahyba do Norte, 22 jan. 1913, p. 1.

Filho, para contratá-lo, depois de me haver entendido com o dr. João Machado. Tive – porque não dizê-lo? - sérios desgostos por não ver realizado um ideal, que era o serviço completo d'água e esgoto a cidade para sua boa higienização, mediante as cláusulas indispensáveis, sacramentadas, nesses contratos¹⁶⁶.

Os engenheiros, lê-se Rapozo, Kromenacker e Brito, mostravam-se inclinados a erradicar a tradicional prática de se empregar o serviço privado de empresas em alguns trabalhos do Estado. Outros como Marója e Achilles, eram a favor de obras feitas por contrato. Neste caso, o argumento parece bem convincente, já que o serviço poderia ser completo, embora contraísse grandes dívidas para o tesouro estadual. Ficou subtendido que para se alcançar o “ideal... da boa higienização” os fins justificavam os meios. O Estado poderia contrair dívidas enormes, desde que o sonho fosse realizado. Todavia, como o serviço ideal não foi realizado, Marója, em meio às discussões sobre as alterações ou não da composição da água, aproveita a oportunidade para alfinetar o engenheiro Miguel Rapozo por não ter contratado os serviços do concessionário Cardoso Filho.

Em matéria de concessão, sem sombra de dúvidas, o Estado era o único naquele momento que tinha o poder de intervir de forma sistemática nas ações de cunho sanitário, pois detinha a capacidade para coordenar, ao mesmo tempo, as questões de ordem técnica, econômica e política. Respectivamente, era o único que podia organizar e coordenar os vários serviços sanitários; devido sua posição de organizador, poderia ainda, obter redução do financiamento e, por fim, tinha o poder de “impor aos proprietários e aos construtores novas normas de saneamento”¹⁶⁷. As reclamações de Flavio Marója que acabamos de ver procediam, porque até aquele momento o que predominava era a concessão privada. O caso da rejeição do projeto de Cardoso Filho¹⁶⁸ foi apenas um dos muitos planos recusados. Segundo Miguel Rapozo, sua proposta foi recusada porque exigia “elevada garantia de juros” para um capital que não havia sido determinado com exatidão. Rapozo era o responsável pela avaliação das propostas e elaboração dos pareceres, que eram entregues ao governo. De posse de algum parecer que indicava se o investimento valia a pena ou não, o presidente tomava suas decisões. Além da proposta do Sr. Cardoso outras foram recusadas como as dos Srs.

166 MARÓJA, Flavio. Higiene urbana. *A União*, Parahyba do Norte, nº 65, 22 mar. 1914, p. 1.

167 Maiores esclarecimentos a este respeito Ver BEGUIN (op. cit. 1991: 45).

168 Aqui, cabe uma explicação quanto ao engenheiro citado, pois ao analisarmos a mensagem presidencial de 1910 não encontramos referência a Cardoso Filho e sim a Francisco Dias Cardoso. Assim, supomos que o engenheiro Cardoso Filho seja o concessionário Francisco Dias Cardoso, que por displicência esqueceram de escrever seu último nome.

Jones, Jonhson, Rosa Borges e Cia e C. Burle¹⁶⁹.

Já a concorrência aberta em 1912, para a canalização do esgoto, recebeu apenas uma proposta que o governo decidiu não abrir. O que teria desmotivado o envio de propostas por parte dos concessionários? Como o governo teve o cuidado de publicar edital não só na cidade da Parahyba do Norte como também na capital da República, obviamente, se esperava muitas propostas. A este respeito o presidente João Machado nos esclarece que não foram poucos os “[...]capitalistas que procuraram tomar informações a respeito da concorrência, e que depois declararam não apresentar proposta em consequência de não haver estudos nem projeto do serviço e respectivo orçamento, por onde pudessem guiar para avaliar sua importância [...]”¹⁷⁰. O episódio levou o governo a encarregar Miguel Rapozo de fazer estudos e organizar o projeto para uma futura concorrência. Para tal fim ainda utilizou-se, mais uma vez, dos conhecimentos técnicos do engenheiro Victor Kromenacker¹⁷¹. Ao que tudo indica o presidente que substituiu João Machado não quis utilizar os serviços de Kromenacker, tanto é que no início de 1913 convida Saturnino de Brito para elaborar o plano de esgotamento sanitário da capital.

O primeiro projeto de Brito, organizado em 1913, não teve execução. Em todo caso, o vice-presidente coronel Antônio Pessoa utilizou-o para abrir concorrência para resolver de vez o problema das águas estagnadas. Nesse entremeio, verificamos apenas a proposta do sr. Negib Khaled. Para a avaliação desta, o governo logo criou uma comissão que foi composta por engenheiros, médicos, advogados e políticos, a qual encerrou seus trabalhos em 22 de julho de 1916. O parecer continha “... subsídios técnicos que servi[riam] de base a proposta definitiva...”, caso o governo fosse utilizar os trabalhos de Khaled. Ao tomar conhecimento das pretensões do governo paraibano de executar a obra por meio de empresa privada, Brito envia uma carta a Miguel Rapozo na qual expõe seu receio quanto aos trabalhos organizados por empresa capitalistas. A carta foi publicada em 22 de agosto de 1916, nela Brito argumenta que

lastima que o governo do Estado tenha preferido, ou se veja na contingência de preferir entregar estes *serviços sanitários* aos azares de uma empresa. O orçamento, mesmo dobrado em valor, devido a situação financeira atual, não atinge 2.000 contos; seria preferível pagar pelo empréstimo uma taxa mais elevada que a usual a

169 Mensagem Presidencial de João Lopes Machado, 1910.

170 Exposição Presidencial de João Lopes Machado ao Presidente João Pereira de Castro Pinto, em 1912.

171 Kromenacker, “[...] se encontrava sem trabalho em consequência da suspensão da construção da estrada [de ferro] de Alagoa Grande a Areia [...]”. Cf. Exposição Presidencial de João Lopes Machado ao Presidente João Pereira de Castro Pinto, em 1912. p. 404-405.

pagar-se indiretamente a empresa taxa ainda mais elevada, pois que ela não faz milagres e certamente ambiciona lucro maior que o visado nos serviços da administração pública [...]¹⁷²

Com base nos relatos de Brito, tudo leva a crer que grande parte dos engenheiros da segunda década do século XX estavam empenhados em extinguir o trabalho de empresas privadas em obras públicas. A esse respeito Brito diz que a Revista de Engenharia de São Paulo, desde 1911, já vinha lançando artigos que denunciavam os exorbitantes lucros arrecadados pelos especuladores e, conseqüentemente, a deficiência desses mesmos serviços quanto à saúde pública. E afirmava que, caso houvesse algum prejuízo para a contratada, seu “[...] serviço de manutenção das obras [...]” seria falho colocando em risco a “salubridade da cidade”. Brito chegou mesmo a ressaltar que, um “[...] projeto do ponto de vista da especulação mercantilista não é [...] o melhor [...] do ponto de vista sanitário [...]”¹⁷³. Saturnino de Brito também nos informa que os higienistas, tanto nacionais como internacionais, estavam encampando a luta contra a tradição mercantilista neste tipo de trabalho. Fazia-se necessário mudar certas atitudes em relação a coisa pública. É o que veremos a seguir.

4 – A educação da engenharia sanitária

“As águas servidas, as águas provindas das casas são muito carregadas de substâncias químicas ou orgânicas, e seria para temer-lhes a putrefação se não fossem com presteza escoadas [...]”.

G. Bechmann¹⁷⁴

Foi no início da segunda década do século XX que os engenheiros começaram a pressionar os poderes públicos sobre a necessidade de se realizar obras a custos reduzidos. Para isso, cabia a entrada definitiva do poder estatal na sua organização. Com essa intervenção o custo do financiamento poderia cair e, conseqüentemente, essa baixa seria repassada para os habitantes. Fazia-se urgente reorientar as formas de se utilizar o dinheiro público. Para Saturnino de Brito, a falta de recursos para implantação de um saneamento

172 BRITO, Saturnino. A questão dos esgotos. *A União*. Parahyba do Norte, 22 de ago. 1916, p. 1.

173 Ibidem.

174 Segundo Marója, a frase é de G. Bechmann, engenheiro chefe do Serviço Técnico do Saneamento de Paris. Cf. MARÓJA, Flavio. Higiene urbana. *A União*, Parahyba do Norte, nº 65, 22 mar. 1914, p. 1.

eficiente se dava pela forma como se administrava a coisa pública. Constatava ele que a maior parte dos recursos eram destinados ao excesso de funcionários mal remunerados e pouco eficientes. Notemos que é bem antigo o “desejo de mudança [...] nos hábitos da administração pública”. Para Brito fazia-se urgente a diminuição do número de funcionários em todas as repartições governamentais e, principalmente, naquelas que estivessem ligadas a promessas políticas. Brito afirmava que ao acabar com “[...] o excesso de pessoal, malandro e mal remunerado” bem como os apadrinhamentos políticos, se teria resolvido o problema de falta de verbas e os melhoramentos urbanos estariam garantidos.

De acordo com Saturnino de Brito, uma intervenção urbana que procurasse prevenir a cidade contra doenças endêmicas e epidêmicas, deveria ser realizada por meio de um plano geral, o que demandava grande capital. Pensava ser desinteressante sanear os pontos mais críticos da cidade, assim como, inserir apenas alguns elementos urbanos. Era preciso promover ações tanto nos espaços já existentes da cidade quanto prever a expansão da mesma. A reforma que tivesse por base a questão sanitária, para Brito, deveria ser pensada de forma global, considerando a cidade como um organismo, pois só assim poderia promover uma profilaxia eficiente do ponto de vista higiênico/sanitarista¹⁷⁵.

Ao que parece, o início do século XX é marcado pelo desejo de expurgar concepções arcaicas de pensamento como, por exemplo, as formas de se empregar o dinheiro público. Melhor dizendo, o que estava em jogo era se ao Estado competia intervir nas reformas urbanas ou estas deveriam ficar a cargo do capital privado. Sobre este assunto, várias correntes de pensamento opinaram. Algumas se esfacelaram em facções, a exemplo da corrente liberal. Os liberais ortodoxos seguiam o anti-coletivismo de Spencer, outros, como os liberais progressistas e os socialistas, defendiam que “[...] o interesse individual não deveria se sobrepor ao interesse geral [...]”¹⁷⁶. Segundo Fritsch e Pechman a luta empreendida entre liberais, socialistas, positivistas, de cunho ortodoxo ou não, girava em torno do que deveria ser privado ou público. Assim sendo, o Estado deveria intervir em nome da coletividade, da privatização ou ficar neutro? O mercado daria conta de gerir-se sem a tutela do Estado? A questão até hoje se prolonga.

O certo a dizer é que a concepção positivista teve um grande poder de intervenção no movimento higienista no Brasil. Porém, esta concepção não reinou absoluta nas ações

175 ANDRADE (op.cit. 1992).

176 Cf. FRITSCH, Lilian e PECHMAN, Sérgio. *A reforma urbana e o seu avesso*: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. Revista Brasileira de História (Cultura e Cidade). São Paulo: Ed. Marco Zero, 1985, p. 165.

higienistas. Sua luta contra os “sanitaristas oficiais” se dava por meio dos métodos que cada uma utilizava para fazer a prevenção e o diagnóstico das enfermidades. Para Andrade, o movimento higienista no Brasil ficou dividido entre os positivistas ortodoxos do apostolado e o grupo de sanitaristas que agiam de maneira independente do apostolado¹⁷⁷. Os primeiros, onde se encontra inserido Saturnino de Brito, defendiam que uma intervenção no meio urbano seria o suficiente para erradicar as epidemias. Já os adeptos das idéias do segundo grupo, como seguidores de Pasteur, se identificavam com as ações burocratizadas, ou seja, primavam pela obrigatoriedade das intervenções, mesmo que para isso fosse preciso usar da força. Dessa maneira, Andrade nos informa que,

[os] médicos sanitaristas, [...] e pastorianos, foram responsáveis pelas primeiras campanhas de saúde pública, através de vacinação massiva e forçada, criando, nos primeiros anos da República, uma nova relação do Estado com o corpo dos cidadãos. Enquanto engenheiros sanitaristas,[...] positivistas, mas antipastorianos, serão responsáveis pela construção de obras de saneamento urbano que introduziriam a modernidade técnica e estética nas cidades brasileiras [...]¹⁷⁸

Os positivistas do Rio de Janeiro e os “sanitaristas oficiais” de São Paulo deram o tom das ações higienistas no Brasil, ora na defesa de métodos que vinham intervir no espaço para que sua atmosfera fosse salubre, ora através de métodos policialescos e impositivos como a desinfecção e a vacinação. Ou seja, a divisão entre “sanitaristas oficiais” e positivistas ortodoxos se dava entre dois paradigmas: o microbiano e o miasmático. Ao lado do primeiro paradigma se encontrava, segundo Andrade, os paulistas seguidores de Pasteur, os quais defendiam a proliferação das doenças por meio de contágio. O contágio ora se fazia de forma direta, de indivíduo a indivíduo, ora indiretamente por meio de objetos como roupa, dinheiro, telefone público etc. O segundo paradigma, direcionado pelos cariocas, avessos às idéias de Pasteur, propalava que as epidemias se propagavam por infecção. A infecção era detectada por meio de matérias animais ou vegetais em decomposição, que exalavam odores nauseabundos. A transmissão de pessoa a pessoa era feita quando o indivíduo contaminado “alterava o ar ambiente que o cercava”¹⁷⁹. Não era o contato direto o responsável pela transmissão, e sim o ar fétido e corrompido que se desprendia de um corpo malsão.

Pensando o corpo social como um organismo vivo que necessitava de uma assepsia

177 ANDRADE (op. Cit. 1992).

178 Idem.

179 CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 169.

profunda, na qual todas as partes impuras fossem eliminadas, as concepções sanitaristas não mediam esforços na disputa entre métodos. Qual seria mais eficaz? O melhor a dizer é que a incerteza era reinante, escolher apenas um método de ação era correr o risco de ver a permanência ou o agravamento dos problemas, o que acirraria as disputas e polêmicas. A saída como se percebe era a ação mista, sem desprezar um método em detrimento de outro. Isso fica bem claro no caso das ações higienistas na cidade da Parahyba do Norte, onde o uso do olfato e a análise bacteriológica estiveram envolvidos na construção do serviço de canalização da água e esgoto.

No caso das águas, por exemplo, apesar de saber que elas estava atacando o ferro das tubulações domiciliares e produzindo óxido de carbono, os engenheiros defendiam uma análise bacteriológica e microbiana da mesma. Assim, as amostras de água levadas ao Recife pelo engenheiro Saturnino de Brito, o qual via a teoria microbiana como hipótese, demonstra que ele “[...] não a negará de modo absoluto [...]”¹⁸⁰. Brito, quando esteve pela primeira vez na capital paraibana, apenas elaborou o projeto de esgotamento sanitário e sugeriu alguns outros melhoramentos na urbs. Naquele momento, 1913, não pôde se responsabilizar pela execução da obra porque estava trabalhando em outros projetos. Seu projeto só será posto em prática em 1922 quando o governador Sólon de Lucena assina contrato com o Escritório do referido engenheiros. Mas, como se encontrava a cidade no interregno entre 1913 e 1922? Certamente continuou a conviver com o problema das águas estagnadas¹⁸¹ e dos lixos fermentando nas ruas que, como se pensava na época produzia odores nefastos causadores de febres de “mau caráter”, cujo problema foi enormemente propalado pela imprensa local, com

180 ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano*. 1992.262 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 197.

181 A este respeito conferir algumas reclamações publicadas pelo jornal *A União* como, por exemplo, as intimações da “[...] rua Bandeirantes (Pau d'Arco), travessa de Tambiá e Praça Coronel Antonio Pessoa, diversos moradores dali informaram-nos [...] que o proprietário [de algumas casas] o sr. Joaquim Marinheiro, tem sido intimado varias vezes pelo médico de higiene, sem cumprir porém a determinação sanitária. As latrinas ali existentes são uns buracos sem paredes nem telheiro, de sorte que estando a descoberto os respectivos inquilinos delas não se podem servir durante o dia [...] Os proprietários dos prédios vizinhos, com exceção apenas de um, não obedeceram as intimações da higiene porque viram o exemplo do sr. Marinho, que sendo proprietário abastado, reincidiu várias vezes na relapsia do incumprimento das intimações”. Cf. COM a higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 24 dez. 1919. A citação nos deixa claro que o trabalho de higienização da cidade era cheio de avanços e recuos. Para se ter uma casa higiênica alguns habitantes cumpriam as intimações referentes a retirada de lixo dos quintais e construção de sanitários. Porém, em sua grande maioria, por falta de recursos ou de uma educação higiênica, decidiam descumprir as normas dos delegados de higiene. Ao ser constatado alguma resistência aos preceitos do Regulamento de Higiene, os proprietários eram multados. Assim, o delegado Manuel Lemos multou “[...] em 50\$000 [cinquenta réis], o major Sá Pereira por não ter cumprido a intimação feita, para construir aparelho sanitário em casa de sua propriedade a rua Barão da Passagem”. Cf. DIRETORIA de higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 22 nov. 1916.

toda um repercussão na opinião pública.

Várias denúncias foram feitas pela imprensa. Algumas falavam de canos de esgoto estourados, lixos nos quintais e “fossa a flor da terra”, outras traziam queixas da população de que havia alguns terrenos na cidade que serviam de “depósito de matéria orgânica em decomposição”. Devido a estas ocorrências e por causa da “fedentina que exalava” desses locais ou ruas, os moradores alarmavam-se “[...] receosos que se desenvolva alguma febre de mau caráter”. Certas localidades do perímetro urbano se constituíam como “focos de miasmas que nos ameaçam de conseqüências funestas”¹⁸². As autoridades municipais e estaduais diziam estar fazendo o possível para realizar o asseio da cidade. Contudo, estas mesmas autoridades deixam subtender que a limpeza só seria satisfatória se houvesse esgotamento sanitário. O caso era antigo e ainda sem solução. As reivindicações para este serviço eram muitas, pois se constituía como de fundamental importância para salubridade da cidade. Algumas crônicas¹⁸³ foram elaboradas e uma em especial se torna emblemática, pois começa por citar a Paris subterrânea descrita por Victor Hugo. O romancista nos faz ver o personagem principal do seu romance Jean Valjean, percorrer os labirintos das “colossais canalizações do subsolo”, para salvar “[...] a si e ao namorado de Cosetta”. Uma outra Paris feita para fazer escoar as matérias cloacais, águas servidas e pluviais. Imensas galerias que abrigavam os trapos sociais, local escuro e tenebroso onde “[...] a gatunagem estabelecia o seu quartel-general [...]”. Em fim uma obra gigantesca que,

nós, da Parahyba, [...] em [...] nossos reclamos reiterados por uma rede de esgoto, contentamo-nos que ela venha, mesmo sem a importância dessa do Paris dantanho. [Porque] uma cidade sem um vertedouro para as suas imundícies é como um corpo humano sem intestino. Por onde eliminará ela os resíduos, a vasa excedente e perigosa?¹⁸⁴

Certamente o depósito de matéria orgânica ficava nas fossas fixas dos quintais, próximas muitas vezes de poços e cisternas, que ao se comunicarem contaminavam as águas e o solo. Para o cronista, os habitantes da capital paraibana não reivindicavam um “sistema arterial de tubos gigantes onde os nossos Joãos Valjean se possam refugiar nas suas aventuras altruísticas. Queremos uma coisa simples e eficiente”. Mas, para o desgosto de todos, o

182 Entre algumas das denúncias publicadas em jornal temos: Cf. FOCO, de infecção na rua da Aurora. *A União*, Parahyba do Norte, nº 211, 27 set. 1917, p. 2. Ver também: A CIDADE moderna. *A União*. Parahyba do Norte, nº 126, 12 jun. 1917, p. 1-2.

183 FILGUEIRA, Salomão. A Baila. *A União*. Parahyba do Norte, nº 107, 18 maio 1916, p. 1.

184 *Ibidem*.

empreendimento não saía do papel. A alegação era que o Estado estava em crise, por um lado devido a seca de 1915, que fez diminuir significativamente as plantações de algodão, por outro devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, que paralisou a exportação do mesmo produto¹⁸⁵.

A crise fez o governo cortar gastos de certos setores do serviço público, como por exemplo, a Diretoria de Obras Públicas, na qual “[...] foi rescindido o contrato de locação de serviços, estabelecido entre o governo e o dr. Miguel Rapozo [...]”¹⁸⁶. As mensagens presidenciais não nos informam se o cargo de diretor de obras do Estado, exercido por Rapozo até 1915, teve substituto imediato. Ao que tudo indica o cargo só foi mais uma vez preenchido no governo de Camillo de Hollanda que contrata, “por coincidência”, seu próprio filho o engenheiro Raphael de Hollanda. O dr. Raphael de Hollanda, anteriormente a sua contratação,

achava-se em Londres, onde fez o seu curso profissional na Farady House, como uma universidade de escolas práticas e teóricas, com a feição dos educandários americanos do norte, tão famosos pela excelência dos seus métodos de ensino. Logo depois de formado na metrópole inglesa [...] submeteu-se a um concurso técnico, para ser nomeado engenheiro de *tramwaus* daquele município[...]¹⁸⁷

Formado na Europa e, por conseguinte tendo lá trabalhado, estava mais que provado que o engenheiro era competente. Além do que, subtende-se, que sua formação tenha lhe dotado de hábitos e costumes de um dos países mais civilizados, podendo ele promover uma série de transformações na “[...] Filipéia [que] encontra-se nos ingestos apuros [por causa do] seu estado de saúde [que] tende a agravar-se dia a dia, com o rápido crescimento da área urbana [...]”¹⁸⁸. Mas, para sanear uma cidade como Filipéia fazia-se imprescindível seguir alguns conselhos do engenheiro Victor Kromenacker, o qual continha fortes indícios da influência de Saturnino de Brito, a exemplo da elaboração de um plano geral e de expansão urbana. Na visão de Kromenacker uma cidade para ser saneada deve começar por dividir os trabalhos entre “os que devem executar no solo e os que concernem as casas edificadas sobre o solo”¹⁸⁹.

Para entender melhor a questão do saneamento e sua divisão em duas frentes, basta

185 Mensagem Presidencial do sr. Coronal Antonio Pessoa, 1915, p. 10.

186 Ibidem.

187 DR. RAPHAEL Hollanda. *A União*. Parahyba do Norte, nº 24, 31 jan. 1917, p. 1.

188 FILGUEIRA, Salomão. *A Baila*. *A União*. Parahyba do Norte, nº 107, 18 maio 1916, p. 1.

189 KROMENACKER, Victor. Estudos e opiniões: saneamento da capital. *Almanaque*. Parahyba do Norte. 1910, p. 779.

dizer que se trata de, em primeiro lugar, implantar as “maquinarias do conforto” que a higiene moderna requer, qual seja, sistema de água e esgoto. Trata-se de inserir canalizações nas artérias da cidade, umas trazendo água pura e em abundância e outras retirando as águas servidas ou provenientes das chuvas. Quanto à segunda iniciativa, cabe uma normatização e fiscalização dos prédios que sobre o solo são construídos. Este trabalho, segundo o regulamento sanitário de 1911, ficou a cargo dos delegados da Repartição de Higiene do Estado. Tanto para Kromenacher como para Brito o projeto não deveria ser pontual, com a inserção de alguns elementos urbanos, fazia-se primordial ir além, idealizando um plano de intervenção urbana geral.

Falar em remodelação urbana é aplicar preceitos de um campo de estudo que vê a cidade como uma representação da sociedade, analisa-a como objeto que necessita ser transformado para atender às novas exigências do espaço que se está construindo. O campo ao qual nos referimos é o urbanismo. Segundo Bresciani (1990) a “questão urbana nasce junto com a idéia sanitária” porque ambas se preocupam com o meio ambiente e sua relação com os homens. Reformar o meio através do conhecimento técnico para livrá-lo das doenças que degradavam o homem, pode contribuir para desenvolver novos costumes e hábitos que normatizam e padronizam os comportamentos. As regras de civilidade são estendidas a todos os habitantes da cidade, incluindo o pobre, que era considerado “um semi-racional”¹⁹⁰. Tratava-se de aprender novas nomenclaturas, classificações ou definições. Todos desejavam gerar um novo espaço urbano em que forma física e hábitos arcaicos seriam extirpados. A cidade é reformulada para que seus habitantes a vivenciem sem medo de, por exemplo, contrair alguma doença infecciosa ou contagiosa. Nesse sentido, as ações saneadoras voltam-se não só para as ruas, mas, principalmente, para as moradias¹⁹¹. A exemplo da experiência pioneira de Londres, em que a insalubridade ao qual se encontrava as ruas e as habitações urgiam por atitudes higienistas. A insalubridade estava a deteriorar “a saúde e o estado físico da população, que agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminui a esperança de vida da população operária adulta, interrompe o crescimento das

190 CHADWICK *apud* BRESCIANI, 1991, p. 15.

191 Baseados nas reflexões de Bresciani sobre a relação das cidades com o moderno, em especial no texto *As sete portas*, resolvemos abrir duas delas, qual seja, a primeira que fala da intervenção técnica da cidade e a quarta sobre as novas sensibilidades urbanas em contraposição ao mundo rural. Cf. BRESCIANI, Maria Stella. A difícil definição de uma objeto. In *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Ana Fernanda e Marco Aurélio A. de F. Gomes (Org.), Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 11-26. Ver também BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas. In: *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, ano XI, nº 34, 1991, p. 10-15.

capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade”¹⁹².

Com relação à saúde na cidade da Parahyba, o engenheiro Victor Kromenacker nos informa que “a situação [...] se manifesta [...] em perdas de vidas humanas, pelo desaparecimento desse capital humano, base de todo esforço, de todo trabalho, de toda riqueza [...]”¹⁹³. Para Kromenacker, o estado de desordem não podia mais subsistir. A salubridade deveria reinar em detrimento do caos anti-higiênico e por isso mesmo epidêmico que reinava no espaço urbano. A cidade parece se prestar perfeitamente às ações da teoria do meio¹⁹⁴ para deixar de ser representada como se fosse um hospital repleto de enfermos. As habitações, como um dos locais mais perigosos da cidade, exalavam odores que prejudicavam os olfatos mais sensíveis e distribuía o pavor de possíveis focos epidêmicos. Há ausência de ar puro e de luz solar nas “[...] casas de taipa, [e nas] cobertas de folhagens, receptáculos de insetos [...] Penetrando-se nesses interiores, onde a morte atalha o número dos nascimentos, respira-se um ar viciado no qual falta a ação purificadora exterior. Os quartos são escuros, os raios do sol nunca os atravessam”¹⁹⁵. É por causa de situações como esta que muitos engenheiros, médicos e políticos, uniram-se para sanear a totalidade da cidade, como forma de concretizar o sonho de vê-la moderna, tanto em equipamentos quanto em comportamento humano. Desse modo, a palavra chave passou a ser a circulação.

Desde de cedo a circulação passou a ser “a palavra de ordem [da] engenharia sanitária”, com isso procurou-se desembaraçar corpos e impedir a estagnação de água e lixo. Isso se deu por volta do século XVIII, período em que o movimento higienista foi gestado e onde a preocupação girava em torno da estagnação das águas pluviais. Foi nesse momento que médicos italianos constataram

[...] que as águas de banhados e zonas alagadiças influenciavam na mortalidade de pessoas e animais. Isto foi rapidamente levado em consideração na Inglaterra e na Alemanha e mais tarde na França, e desencadeia [ndo um] processo de extinção de banhados como medida de saúde pública. Também deu-se ordens para aterrar ou cobrir as fossas receptoras de esgoto cloacal, e substituí-las por canalizações enterradas[...]¹⁹⁶

192 CHADWICK apud BRESCIANI, 1991, p. 15.

193 KROMENACKER, Victor. Estudos e opiniões: saneamento da capital. *Almanaque*. Parahyba do Norte. 1910, p. 787.

194 Também chamada de teoria mesológica, a qual busca explicar as condições do meio, ou seja, dos espaços e leva em consideração as exigências de salubridade proferida pela engenharia sanitária. Cf. ANDRADE, (op cit. 1992:09).

195 KROMENACKER, Victor. Estudos e opiniões: saneamento da capital. *Almanaque*. Parahyba do Norte. 1910, p. 787.

196 DESBORDES apud SILVEIRA, André Luiz Lopes da. Drenagem Urbana – aspectos de gestão, 2002, p. 7. Disponível em: <http://www.iph.ufrgs.br/grad/disciplinas/dhh/iph01014->

Em prol da saúde pública a drenagem que faz os dejetos fluírem para espaços distantes do meio ambiente urbano, passou a ser obrigatória no saneamento da urbs, lançando as bases para o nascimento do conceito sanitaria-higienista. De qualquer forma é bom lembrar que,

curiosamente [...] a drenagem pluvial como ação pública não evoluiu em decorrência da modernização de práticas de engenharia em busca de conforto, mas sim de uma recomendação de profilaxia médica. Evidentemente coube aos engenheiros a tarefa de materializá-la em obras e integrá-las ao espaço urbano, mas infelizmente isto só teve um impulso maior com a ocorrência de epidemias de cólera [...] no século XIX, destacando-se a Europa dos anos 1832 e 1849¹⁹⁷.

Com o agravamento dos surtos epidêmicos do século XIX, as ações sobre o meio se intensificaram. A água ascende, definitivamente, como elemento promotor de limpeza. A água precisa ser canalizada para proporcionar conforto e promover a higiene dos corpos, bem como para auxiliar o esgotamento sanitário. Com a drenagem das cloacas intensificadas no oitocentos, principalmente na Europa, onde os esgotos de Paris, idealizado pelo prefeito Haussmann, ficaram conhecidos em todo mundo. Porém, a busca de Haussmann pela higiene pública se caracterizou pelo bota abaixo de lugares insalubres e a construção de avenidas e parques, “[...] obras que facilitarão ainda a instalação da infra-estrutura urbana, entre as quais as redes de esgotos”¹⁹⁸. No Brasil tomava-se por base as reformas do engenheiro Pereira Passos e Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, as quais, por sua vez, seguiram preceitos já consagrados em engenharia sanitária. E tendo por justificativa a higiene, a capital da União foi demolida, pois o objetivo primeiro era dotá-la de equipamentos e ares civilizados. Passos, ao esquadrihar a cidade do Rio de Janeiro, promoveu uma intervenção radical não só na extinção de lugares que lembravam o passado, mas pela forma autoritária com que invadia a intimidade do lar. Os adeptos desse tipo de ação, comum aos seguidores da teoria microbiana, ficaram conhecidos no Brasil como “sanitaristas oficiais”, os quais eram reprovados por Saturnino de Brito.

A valorização da engenharia sanitária deu-se ao mesmo tempo em que a água passou a ser representada como elemento higienizador, fato ocorrido, primeiramente, na Europa do século XIX. Este ramo da engenharia não tardou a entrar no Brasil, por meio da mão saneadora de Brito, que passou a redesenhar as cidades respeitando suas características

[apostiladrenagemgestores2002.pdf](#). Acesso em: 13 de junho 2008.

197 COSTA FRANCO *apud* SILVEIRA, 2002, p. 7.

198 SOUZA E DAMASIO *apud* SILVEIRA, 2002, p. 7.

topográficas, conciliando estética e técnicas sanitaristas. Todavia, a conciliação não foi equilibrada, já que Brito priorizava o traçado do esgotamento das águas em detrimento da beleza estética¹⁹⁹. Brito não era adepto da tabula rasa, como o prefeito de Paris em 1850 e o do Rio de Janeiro no início do século XX, sua intervenção só se caracterizava como radical quando a falta de salubridade estivesse em níveis alarmantes. Seus planos eram flexíveis, seguindo assim as curvas de níveis e o traçado irregular do terreno de modo que o princípio sanitário fosse resguardado. Com relação a sua preferência a não rigidez nos traçados das ruas, vejamos o que diz sobre a capital da Paraíba:

Esta planta da cidade existente tem vários defeitos e é insuficiente para a organização de um projeto de melhoramento, completo e seguro; mas, não hesitei aceitá-la e tracei nela curvas de níveis de cinco em cinco metros [...] Assim: indico alguns melhoramentos para a cidade existente [...] alargando várias ruas destinadas a realizarem a fácil distribuição do trânsito; projeto ruas novas, sem a preocupação inconveniente, e hoje condenada, de alinhar ruas retas e longas, cortando-se em ângulos retos; procurei traçar as ruas novas de modo a terem todas uma declividade favorável ao escoamento pluvial e à execução dos esgotos [...]²⁰⁰

As ruas retas só seriam adotadas caso o terreno fosse plano, o que não era o caso da cidade da Parahyba do Norte. O uso de planos urbanísticos era, para Brito, a solução contra o acaso e o imprevisto. Baseando-se em cálculos racionais de estatísticas demográficas, o engenheiro avaliava as possibilidades de expansão e vaticinava os obstáculos que deveriam ser transpostos para garantir o progresso urbano. A cidade, na visão de um positivista como Brito, deveria ser avaliada com vistas a incorporar o futuro ao seu presente. Quanto ao passado, sua incorporação será um exemplo a não ser seguido, porque o mais importante é gestar e planejar um futuro em que o traçado e costumes coloniais fossem rechaçados.

O projeto de uma cidade moderna, ao ser posto em prática, exige que seus habitantes passem por novo processo cognitivo. Espera-se destes, novos comportamentos, gostos estéticos, hábitos higiênicos. As novas formas e equipamentos urbanos exigem outras maneiras de pensar o espaço e o corpo e suas relações recíprocas. Assim, ainda no início do século XX, muitos médicos e engenheiros entendiam a salubridade como “a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” e a higiene pública como “técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de

199 ANDRADE (op. cit. 1992:190).

200 BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In: *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 291.

favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde”²⁰¹.

As técnicas de controle do meio, nos trabalhos de Saturnino de Brito e outros, se resumiam basicamente em fornecimento de água pura, esgotamento das águas pluviais, domiciliares e excrementícias, higienização e remodelação das moradias, aterramento e drenagem dos pântanos e impermeabilização das ruas e praças. Toda essa intervenção no meio ambiente objetivava o melhor uso dos preceitos da higiene moderna. Nesse sentido, embora trabalhe com a disciplina dos trabalhadores, Rago define duas formas de poder disciplinar que podemos estender a todas as cidades, uma é “coercitiva, direta, visível fazendo sentir-se pela compulsão de prender” a todos no ambiente íntimo do lar. A outra forma se dar “indireta e sutilmente, através da instalação, [...] de todo um equipamento coletivo para preencher necessidades básicas”²⁰². Utilizando este pensamento de Rago e o de Andrade, sobre as ações dos médicos e engenheiros sanitaristas, como já citamos anteriormente, podemos dizer que os médicos sanitaristas eram mais adeptos das ações diretas e coercitivas enquanto os engenheiros sanitários agiam de forma indireta, ou seja, escamoteavam suas pretensões.

As práticas médico-sanitaristas - burocráticas e coercitivas - na visão dos positivistas eram idealizadas e levadas a efeito pelos seguidores da teoria microbiana, que tinham a polícia sanitária e as campanhas de desinfecção e vacinação, como principais métodos de erradicar doenças. Para os positivistas ortodoxos esses métodos corrompiam um dos princípios de liberdade, que era o direito de escolha, pois quem se colocasse contrário às suas ações tinham o lar invadido à força. Logo, os desinfetadores eram mal vistos pela sociedade, tanto por forçarem a entrada nos lares como pelo estado em que deixavam os prédios visitados. A esse respeito vejamos os argumentos de Rezende com relação ao Recife:

Segundo os missivistas a campanha de desinfecção das casas realizadas 'por um numeroso grupo de mata-mosquitos' prejudicava os moradores, pois 'nas casas onde se faz a tal desinfecção é um verdadeiro horror [...] terminado que seja o tal serviço fica o prédio como se estivesse havido uma horrível inundação de lama'. [E] lamentam os reclamantes que, apesar de toda essa campanha, 'a cidade apresenta-se porca, suja, e imunda' [...]²⁰³.

A higiene pública, nesse caso, deveria se sobrepor aos desejos privados, ou seja, a

201 FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 93.

202 RAGO (op. Cit. 1985).

203 REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. A cidade: olhares, tramas e tenções. In: *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. 1992. 190f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 65.

saúde coletiva deveria nortear as ações, independentemente das vontades e direitos individuais. As campanhas realizadas pelos “sanitaristas oficiais” além de constrangerem os corpos deixavam pelo caminho um rastro de lama e imundícies. Quantos aos engenheiros sanitaristas, seus métodos eram mais sutis, retiravam do meio ambiente a insalubridade que tanto incomodava quem já havia aderido aos preceitos da higiene moderna. Seus métodos tinham por meta a extinção das doenças e das práticas que corrompiam os corpos e os lares. Para estes profissionais, os espaços deveriam ser higienizados sem abalar radicalmente a “ordem estabelecida ou 'a harmonia familiar”²⁰⁴. A proposta era fazer fluírem os mais diversos componentes da cidade como: o ar, a luz, a água, os esgotos e as pessoas. Nada poderia se encontrar estagnado. Com base na circulação, a maioria das cidades brasileiras e, entre elas a cidade da Parahyba do Norte, foram remodeladas para que de forma direta ou indireta fossem incorporados novos signos, seja em relação às ruas ou às moradias.

No caso das moradias dos pobres da capital estudada, como já foi dito anteriormente, o ar que exalavam, na ótica das autoridades da higiene, estava viciado, estagnado e por isso precisava ser renovado. Para um editorialista do jornal “*A União*”, as arquiteturas dessas edificações fazem “desdouro aos nossos progressos e entibia a florescência da nossa civilização. São uns buracos retangulares [e] acaçapados [...]”²⁰⁵. Sem uma arquitetura apropriada aos novos tempos, a cidade guardava em si os resquícios de um passado colonial, com suas casas longas de duas portas, uma na frente e outra atrás, com uma ou duas janelas, em sua maioria, as quais passavam boa parte do tempo fechada. As casas sem recuamento não davam espaço para a prática de se construir jardins, os “quais os higienistas atribuem as funções de pulmões da cidade”²⁰⁶.

A cidade da Parahyba do Norte estava carente de higiene nos velhos espaços e ansiava pela construção de novas áreas, as quais estivessem condizentes com os ditames da higiene e da engenharia sanitária. Estes novos espaços foram se organizando embalados tanto pela medicina quanto pela engenharia, que organizaram leis e regulamentos que buscavam eliminar de vez o imprevisto. O que estava na pauta do dia eram os mandamentos científicos e seu dogma predileto, o progresso. Com vistas a um futuro sem acasos e sem imperfeição, os apóstolos da ciência na Paraíba criaram o Regulamento Sanitário e discutiram a Lei Reguladora das Construções, Reconstruções, Acréscimos e Concertos de Prédios. E outros

204 ANDRADE (op. cit., 1992: 189).

205 ESTHETICA da cidade. *A União*, Parahyba do Norte, nº 76, 4 abr. 1914, p. 1.

206 BRITO, Francisco Rodrigues Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 291.

espaços foram idealizados sem deixar de lado os já existentes. Discutiu-se a melhor forma de purificar o ar; o meio mais adequado de transportar e acondicionar o lixo; projetou-se campanhas para vacinação e criou-se um Instituto Vacínico. Tudo isso fiscalizado pelo delegado da saúde, como iremos ver no próximo capítulo.

Capítulo III

Por uma cidade sadia: as medidas saneadoras continuam

1- O papel da arborização na qualidade do ar

“O progresso cultural tem introduzido nos centros policiados e cultos as árvores, e, aquelas que o ostenta, se tomam de ares de modernice e civilização requintada”.

Xistos²⁰⁷

O medo é a sensação que nos toma de assalto naqueles momentos em que nos sentimos ameaçados por algo ou alguém. Ele se desenvolve a partir da nossa incapacidade de decifrar as coisas. O desconhecido. E isso nos transforma em seres inseguros e, muitas vezes, atentos. Põe-nos sob vigilância. Qualquer deslocamento imprevisto, o horror invade nossos espíritos e o trabalho recomeça quase que do início. E lá vamos nós mais uma vez, assim como Sísifo, repetir a tarefa diária do nosso cotidiano: observar, catalogar, analisar e descrever. Tudo em nome da clareza e de uma maior compreensão dos fatos. Coisas dos tempos modernos. As regras e as leis são os pilares que movem a sociedade racional e sedenta de progresso. São elas que desde o século XVIII vêm guiando os olhares daqueles que observam a sociedade, como por exemplo, os médicos e os engenheiros. Sua tarefa: analisar o espaço urbano à procura de meios técnicos que possam livrar os homens das doenças que perambulam naquele ambiente.

O homem tem medo de encarar a morte? Para Jean Delumeau, em *História do medo no Ocidente*, nos primeiros tempos o medo dos homens era oriundo da natureza. Todavia, ao deixarmos de lado a frase de Delumeau, e passarmos a analisar a passagem do tempo perceberemos que outros medos passaram a povoar a mente dos seres humanos. Estamos entre o século XIX e o XX, momento de intenso movimento. Cidades cresceram desordenadamente. O homem migrou do campo para a cidade e provocou um inchaço populacional nos grandes centros do mundo. Disso, decorreu o descontrole, a falta de organização e de gestão dos serviços sanitários. O medo pairou sobre as constantes ameaças

207 XISTO. Registro quotidiano. *Correio da Manhã*. Parahyba do Norte, 17 jun. 1917.

de pestes e epidemias.

De onde se originam? Dos gases maléficos que se desprendem dos pântanos? Dos gases oriundos dos lixos a fermentarem nas ruas, praças, ladeiras e quintais? Ou estariam as epidemias sendo gestadas nas imensas colônias de larvas, vermes e microorganismos em plena proliferação nos espaços aquosos? Havia naquele momento uma incerteza quanto aos mecanismos de propagação das doenças: infecção ou contágio? No caso da cidade da Parahyba do Norte do início do século XX, o melhor a dizer é que as ações de combate às epidemias eram mistas. Como podemos ver pelas intervenções sanitárias do estado da Paraíba, no governo de João Machado, ao mesmo tempo em que elaborou um regulamento de higiene sanitária com base no modelo tecnológico “campanhista-policia”, inaugurou as obras de distribuição de água potável. Quanto ao esgotamento sanitário, sua obra só foi iniciada no governo de Solon de Lucena, isto é, na década de 1920. Em sua mensagem presidencial de 1911, como já foi dito no capítulo anterior, o saneamento seria o carro chefe das ações sanitárias, porém, apenas um dos elementos do saneamento foi concretizado, ou seja, o abastecimento de água. Todavia, este foi o início das ações de cunho higienista que viriam acompanhado de outros melhoramentos no campo da salubridade urbana. Sendo assim, nosso terceiro capítulo tem por objetivo expor alguns elementos da higiene moderna provenientes do saneamento básico, bem como algumas iniciativas referendadas pelo regulamento de higiene. Algo parecido com as medidas sanitárias em outras partes do país, a exemplo de São Paulo.

A administração [desse estado] empregaria medidas tanto contra o contágio (isolamento hospitalar, desinfecção dos domicílios onde houvessem ocorrido casos, destruição dos objetos e roupas dos doentes e vacinação – técnica específica para a profilaxia da varíola), quanto para prevenir a transmissão [ou infecção] (fiscalização da alimentação pública e das construções e uma série de obras para a melhoria do saneamento urbano, como por exemplo a implantação de redes de água potável e coleta de esgotos, coleta de lixo, calçamento de logradouros públicos, drenagem de cursos d’água e pântanos, fiscalização e melhoria da limpeza pública e domiciliar, saneamento de cemitérios, irrigação de ruas etc.)²⁰⁸

Pelo visto, a mistura de métodos de intervenção salubre era comum no Brasil, pois nas palavras de Telarolli Júnior, com esse procedimento, os responsáveis pela profilaxia dos espaços urbanos estavam se resguardando contra possíveis críticas. Todavia, deixa

208 TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Origens da política sanitária. In: *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde de São Paulo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 96.

transparecer que, em meio a toda a estruturação higiênica, um enorme sentimento de incerteza pairava sobre os esforços dos responsáveis pela saúde coletiva. Para o médico paulista e contagionista Theodoro Reichert, era preciso “[...] favorecer a salubridade geral das cidades [...]” e para isso incluía-se “[...] a prevenção de patologias reconhecidamente transmissíveis, como a malária e a febre tifóide [...]” 209. No entanto, ampliando um pouco mais o leque das medidas de combate às doenças transmissíveis, inserimos a arborização das praças, ruas, avenidas, bem como a criação de parques públicos e hortos florestais. Para este fim, em primeiro lugar procuraremos falar sobre a criação de ambientes arborizados na cidade da Parahyba do Norte. Esta, além de organizar uma lei “[...] que se prende a arborização da cidade [...]”, ainda é favorecida pela criação da “Liga de proteção as Árvores” em 1914.

A arborização, segundo um articulista do jornal *A União*, era “[...] feita com solenidade e patrocínio de cavalheiros distintos, que se interessam verdadeiramente pelo progresso da nossa terra” 210. Os trabalhos de arborização municipal visavam excluir do espaço urbano características próprias do período colonial, no qual cidade não combinava com natureza. O modelo de cidade ideal no período colonial era aquele em que inexistisse plantas nos espaços citadinos. Quando estas apareciam em seus espaços livres eram oriundas de uma paisagem natural sem qualquer intervenção do homem. Todavia, por volta da metade do século XIX, novas representações são gestadas. A partir de então se começa a defender a “[...] implantação de árvores [...]” nas cidades, pois as mesmas passaram a desempenhar o papel de corretoras da “[...] vitalidade do ar [...]”²¹¹, já que auxiliavam a urbanização, tornando os ambientes mais saudáveis. A ordem do dia a partir daquele momento era excluir tudo que se ligasse a insalubridade, era necessário fazer circular não só pessoas e águas, mas também o ar. O ar das cidades insalubres carecia de renovação e nada melhor do que as árvores para colocá-lo em movimento. Então qual o papel das árvores? Segundo o cronista Alter Ego do *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*: “[...] As árvores são dotadas do poder de absorver, portanto de eliminar do ar as emanções insalubres das aglomerações humanas. Sob este aspecto são varredoras do ar, e protegem os homens contra o que os médicos chamam ‘doenças da sujidade’ [...]”²¹². Se as árvores tem utilidade saneadora nada melhor do que

209 Ibidem.

210 ARBORIZAÇÃO da rua General Osório é destruída perversamente pela garotagem. *A União*. Parahyba do Norte. 8 ago. 1914.

211 Schuyler *apud* Jorge, Vinie Pedra. *Além do Jardim: O parque na cidade de São José dos Campos*. 2007. 229f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas - , 2007.

212 EGO, Alter. As árvores as varredoras do ar. *A União*. Parahyba do Norte, 02 jun. 1914.

promover seu plantio e fazer com que os moradores da cidade se envolvam no ato. No caso da cidade da Parahyba do Norte, a lei municipal nº 72, que trata da arborização de ruas e praças diz que:

Art. 4º O serviço de inspeção e conservação das árvores incumbe a fiscais gratuitos, oportunamente nomeados pelo prefeito, dentre as pessoas gradas, vizinhas ou residentes nas zonas beneficiadas, os quais, por seu turno, poderão designar sub fiscais, para os auxiliarem concomitantemente e os substituírem em qualquer eventualidade²¹³.

Anteriormente a esta lei já vinha sendo realizado o plantio de mudas pela cidade como as da Rua General Osório. Todavia, o serviço de saneamento e embelezamento por meio das árvores começou a tornar-se regular a partir da lei de arborização, a qual instituiu que: “Art. 7º Haverá nesta cidade, anual ou bienalmente, conforme for assentado, uma festividade denominada – Culto as Árvores, de cujo preparativo e realização se incumbirão tantas quantas comissões for mister, sendo presidente honorário destas o exmo. sr. Presidente do Estado”²¹⁴. A primeira festa realizou-se sob a organização dos membros da “Liga protetora das Árvores”, no dia 28 de maio de 1916, ou seja, cinco dias após a publicação da lei nº 72. A data escolhida para o evento segue os termos da lei já que no seu terceiro artigo sanciona que “[...] o plantio das árvores realizar-se-á no mês de maio a junho de cada ano”²¹⁵. Certamente, é neste período que as chuvas caem com maior regularidade, o que contribui para um desenvolvimento mais acentuado das mudas. Com o anúncio do início dos trabalhos de arborização e embelezamento da cidade várias pessoas passaram a oferecer mudas de mangas, oitis e legustos. Em carta dirigida ao prefeito Demócrito de Almeida, o dr. Azevedo e Silva fala da iniciativa deste em dotar a cidade de “[...] algumas plantas decorativas nas [...] ruas e praças [...]”, com isso oferece “[...] para tal fim, uns vinte pés de mangueira, das espécies rosa e espada [...]” e ressalta que esta é a “[...] arborização [...] usada e preferida em Belém do Pará, Manaus e Belo Horizonte [...]”²¹⁶. O movimento pela arborização parece fazer parte das administrações públicas das cidades brasileiras no início do século, principalmente, quando os poderes públicos estavam à procura da salubridade.

Em artigo que tem por objetivo primeiro analisar o significado da vegetação no espaço urbano brasileiro, Gomes e Soares ressaltam que a

213 LIGA de Proteção as Árvores: a festa de domingo. *A União*. Parahyba do Norte. 23 maio 1916.

214 Ibidem.

215 Ibidem.

216 SILVA, Manuel Azevedo e. A festa das árvores. *A União*. Parahyba do Norte. 25 maio 1916.

“[...] inserção do verde nas cidades brasileiras é concomitante à evolução das funções das praças. Estas, que eram constituídas de imensos espaços totalmente abertos sem a presença de vegetação, servindo exclusivamente como local de reunião de pessoas, passam agora a ser incrementada na cidade como um jardim. Mais agradáveis, estética e funcionalmente, as praças-jardins constituem em marco fundamental da incrementação da jardinagem na cidade, principalmente em locais públicos²¹⁷.

As novas funções das praças estão relacionadas, ao mesmo tempo, com o embelezamento, o lazer e o saneamento. Nesse sentido, evitavam-se as “[...] praças secas, de influência hispânica e lusitana [...]” a ênfase era dada aos “[...] jardins, praças e parques arborizados [...]”²¹⁸. Se uma das novas funções era a salubridade, nada mais acertado do que os trabalhos de Saturnino de Brito em algumas cidades brasileiras, nas quais “[...] o engenheiro cria espaços livres verdes integrados a elementos de funções sanitárias, que acabam por interferirem na qualidade ambiental e paisagística dos espaços públicos, promove[ndo -lhes] as funções de passeios e lugares para contemplação”²¹⁹. Na cidade da Parahyba do Norte, Brito aconselhava em seu projeto de saneamento urbano de 1913 que fosse dada à Lagoa,

Uma feição estética ao aproveitamento desta bacia, como um lago no bosque a criar, tendo as margens com os taludes revestidos de cimento armado, até certa altura, e depois de gramados. Os matadores de mosquitos serão, talvez, os únicos inquietados com o projeto, mas, felizmente, há o recurso do petróleo, ou o dos peixes especiais, norte americanos, que devoram as larvas e poderão, talvez, livrar-nos do incomodo dos mosquitos e atenuar os rigores da higiene microbiana²²⁰.

Brito como um defensor de medidas que buscavam a eliminação de focos infecciosos, não deixa de demonstrar sua preocupação quanto às praticas rigorosas da higiene microbiana. Os adeptos da teoria microbiana tinham os mata-mosquitos como os principais agentes de combate às doenças contagiosas, enquanto os praticantes dos preceitos miasmáticos ficavam com as intervenções feitas nos espaços pelos engenheiros sanitários. Nada de invasão dos lares ou dos corpos. Para o engenheiro sanitário, a melhor ação nesta cruzada contra as doenças era fazer circular tudo que se encontrasse parado ou estagnado. A cidade necessitava de meios que proporcionasse uma livre circulação de pessoas, bondes, automóveis e

217 Almeida *apud* Jorge (op. cit. 2007: 43).

218 Idem, p. 42.

219 Idem, p. 43.

220 BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 295.

elementos naturais. Desse modo, uma nova estrutura urbana passa a ser confeccionada, onde antes havia largos e pátios, a nova orientação pede que os substituam por praças ajardinadas. Um bom exemplo de como eram os espaços livres, anteriormente, as preocupações com a estética e a salubridade, é do Pátio do Palácio, denominada hoje de Praça Venâncio Neiva. Ver foto a seguir:



1906 - Pátio do Palácio. Fonte: Acervo Laudereida Marques

A foto é de 1906 e demonstra uma área livre sem muita intervenção do homem. Como elemento do moderno vê-se apenas a iluminação a gás. Sem pavimentação, a qual pudesse conter as emanações pútridas, ou ainda, sem qualquer sinal de equipamentos que viesse auxiliar na circulação das águas em períodos chuvosos, evitando assim, a estagnação. Essa era a imagem que se tinha das áreas livres da capital paraibana do início do século XX. Conforme Almeida, “a aparência desordenada, juntamente com as preocupações higienistas que apontam esses locais como uma ameaça à saúde pública, reforça o interesse em sua reformulação” 221. Outra coisa que não podemos deixar de observar é que a arborização do Pátio do Palácio era uma vegetação nativa. Descrever este tipo de local é lançar mão das as argumentações de Almeida:

221 Cf. ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes. 191f. Dissertação apresentada no curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 92.

[...] alguns desses espaços já receberam, no século XIX, a denominação de praças, porém sua configuração é de campos de terra batida com vegetação crescida, e quando apresentam árvores, essas se dispõem de forma espontânea. A população geralmente trafega nessas áreas, cruzando-as de forma a marcar caminhos mais curtos que os direcionados pelas ruas²²²

A intervenção técnica passava por longe desse tipo de espaço livre. E não é preciso retroceder ao século XIX para percebermos o descaso com relação às praças, basta falarmos que em 1916 a Praça da Independência estava “... muito descurada com um matagal crescido e as divisões, para o transporte público, quase completamente obstruídos”²²³. Por este motivo, eis que reaparece em nossa narrativa o senhor Miguel Raposo, o qual oferece seus trabalhos de engenheiro para elaboração de uma planta que viria organizar esteticamente aquele espaço livre. Com isso, vale ressaltar, que a iniciativa do engenheiro Miguel Raposo coadunava com uma das resoluções da lei de arborização, já que “Este serviço, bem como a espécie e adaptação das árvores correrá a cargo de uma comissão de técnicos e pessoas práticas, que tenham acentuada noção do assunto, constituída sempre de acordo com o governo do Estado²²⁴”. Na concepção dos técnicos e administradores da capital paraibana do início do século, a cidade tinha que ser, ao mesmo tempo, bela e salubre. Para obter os dois intentos necessitavam de “[...] intervenção prática [nos] problemas desencadeados pela falta de higiene [...]”²²⁵ e pela falta de uma feição moderna que pudesse caracterizar a cidade como civilizada. A partir desse movimento procurou-se intensificar os trabalhos nas praças da cidade. De 1914 em diante a arborização passou a ter papel decisivo na nova forma de gerir os espaços públicos. É bom lembrar, que anteriormente a 1914 houve iniciativas que demonstram preocupação com a arborização da cidade, a exemplo do Jardim Público²²⁶ criado no final do século XIX. Sua aparência deveria estar muito distante do que se entendia por Jardim Público naquele período, já que, nas palavras de Almeida, o mesmo sofreu duras críticas por parte do engenheiro João Claudino de Oliveira Cruz. Este engenheiro, segundo Almeida, recomendava em 1889 a “[...] implantação de um jardim público entre as sete mais

222 Idem, p. 89.

223 A ARBORIZAÇÃO da cidade – a praça da “Independência”. *A União*. Parahyba do Norte. 17 jun. 1916.

224 “LIGA de Proteção as Árvores” – a festa de domingo. *A União*. Parahyba do Norte. 23 maio 1916.

225 BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. 1ª edição 1977. Tradução de Jorge Hajime Oseki. Revisão de Suzana Pasternak. *Espaço & Debates*, São Paulo, (34): 39–54. 1991.

226 O Jardim Público antes de ser denominado como tal chamava-se Campo do Comendador Felizardo Leite ou Largo do Colégio. Em 1930 recebe o nome de Praça João Pessoa. Todavia, alguns a designam como Praça dos Três Poderes. Cf. Almeida (op. cit. 2006:89).

urgentes necessidades urbanas da capital”²²⁷. No governo de João Machado (1908-1912) o jardim foi “higienizado e embelezado”, e recebeu um novo coreto que foi posicionado no centro praça. Ver foto abaixo:



1920 - Antigo Jardim Público. Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues

Na parte central da Praça se destacam o coreto e as palmeiras imperiais. Ladeando as bordas deste espaço, ficam as árvores frondosas que serviam de abrigo em dias de temperaturas elevadas. O centro ainda é marcado por canteiros que dispõem de flores e gramado, os quais estão organizados de forma a tornar mais agradáveis os passeios pelas alamedas. Todo seu traçado parece realçar a harmonia entre a natureza e as construções arquitetônicas, como pode se ver pelo prédio da Escola Normal visualizada ao fundo da fotografia. Conforme Almeida, o traçado desta praça se repete entre as demais que estavam sendo construídas ou reformadas na capital. Porém, devemos lembrar que o traçado pode até ser igual, mas o tipo de vegetação que compõe cada praça não é o mesmo, pois se observarmos a Praça Venâncio Neiva, a predominância era de árvores frondosas, possivelmente, mangueiras, oitis, ficus Benjamim, etc. Por outro lado, havia localidades que pediam a inserção do eucalipto, principalmente se o terreno fosse alagadiço. Observando os jornais da segunda década do século XX, percebemos grande ênfase no plantio do eucalipto, pois este, além de amenizar o clima, promovia a dessecação do solo. Por este motivo foram

227 Idem, p. 89.

intensificadas no Brasil as propagandas que falavam das propriedades dos eucaliptos. Estes, eram

[...] aconselhados para o saneamento de regiões paludosas pelas suas propriedades febrífugas, e muitas plantações tem sido feitas exclusivamente com esse intuito. Dizem mesmo muitos médicos que o clima é de salubridade notável onde abundam as plantações de eucaliptos, como, por exemplo, no sul da Tasmânia, enquanto que noutros pontos do mesmo país, onde não existem essas árvores, as febres devastam as populações. Acreditam mesmo que as localidades pantanosas e doentias onde se fizeram plantações de eucaliptos melhoraram consideravelmente, a ponto de desaparecerem completamente as febres [...] Os médicos chegam até a asseverar que os eucaliptos purificam o ar pelas suas exalações balsâmicas e que, pela sombra que projetam sobre os terrenos úmidos furtando-os a ação do sol intenso, evita o desprendimento de miasmas paludosos. O eucalipto também afugenta os mosquitos [...]

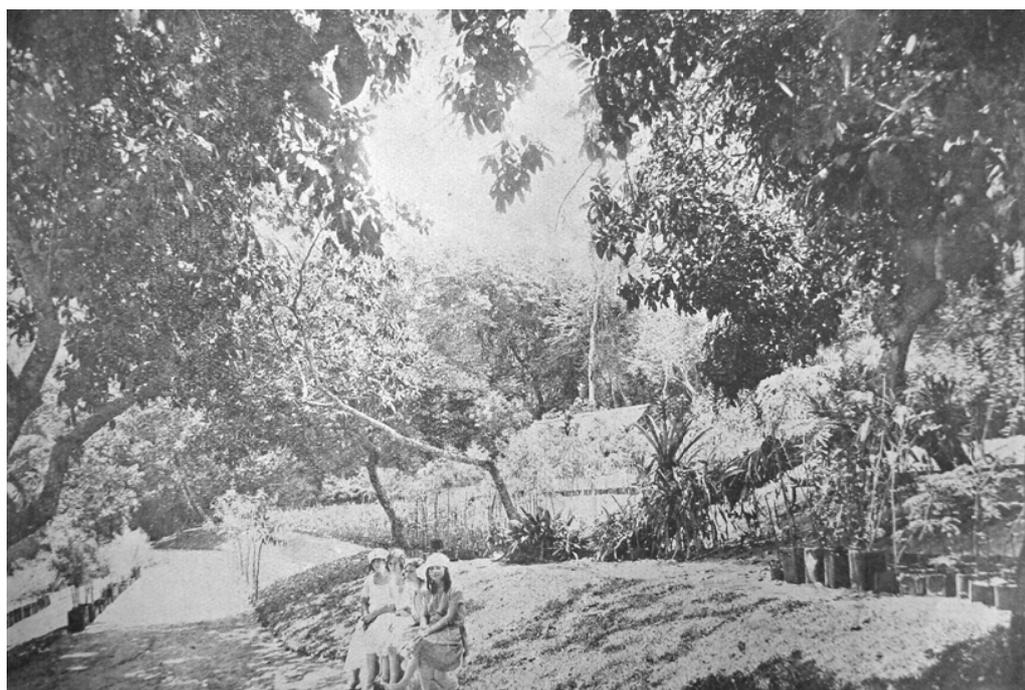
O incentivo ao plantio do eucalipto teve maior ênfase no período em que Epitácio Pessoa governou o país - 1919 a 1922. Foi neste momento também que foram intensificadas as ações em prol da centralização da saúde pública, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública²²⁹. Todavia, em 1917 no governo de Venceslau Brás já havia iniciado a criação das comissões sanitárias com o intuito de sanear os sertões. Era o chamado saneamento rural. As ações empreendidas no saneamento visavam, dentre outras coisas, a secagem do solo e a purificação dos ares malsãos. Bem se vê que este tipo de trabalho não era restrito às zonas rurais, pois dentro dos espaços urbanos encontravam-se terrenos “empapados” de águas estagnadas. Tais espaços eram colocados sob suspeita tanto por meio da visão da engenharia sanitária adepta das ações de cunho miasmático quanto do ponto de vista dos médicos microbianos. Ao que tudo indica, todos pareciam concordar que a melhor maneira de se conseguir uma boa qualidade do ar e do solo era através do “[...] plantio de um grande número de árvores nas áreas urbanas, para a redução da umidade da atmosfera, do solo e subsolo, prática comum em muitos municípios afetados por epidemias. As árvores preferidas para essa finalidade eram os eucaliptos”²³⁰. Foi certamente por este motivo que começaram a proliferar pelo país os *Hortos Florestais*.

228 Este artigo foi escrito pelo diretor do Horto Florestal Dois Irmãos – Recife, que estava a fazer mudas da referida planta. Cf. NEUMAYER, Maximus. A arborização de eucalipto. *A União*. Parahyba do Norte. 08 fev. 1920. Ver também, SILVA, F. de Assis. O eucalipto e o saneamento da nossa Capital. *A União*. Parahyba do Norte. 10 jan. 1920.

229 Este órgão buscava sanear o Brasil por meio das Comissões Sanitárias que eram enviadas aos Estados para fazer a assepsia das doenças rurais, as quais se apresentavam dentro dos limites da própria cidade. Cf. DEPARTAMENTO de Saúde Pública. *O Norte*. Rio de Janeiro. 03 jun. 01920.

230 Esta referência Telarolli Júnior retira do Relatório de Salubridade do Estado de São Paulo de 1895. Cf. TELAROLLI JÚNIOR (op. cit. 1996: 122).

O horto de São Paulo, por exemplo, foi criado em 1896 dentro do Parque Estadual da Cantareira. A criação deste parque tinha por função a preservação dos mananciais que abasteciam a cidade de São Paulo. Por outro lado, em 1909 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, organizou em Rio Claro um horto cujo objetivo era suprir a procura por madeira para dormentes e carvão. Este horto recebeu o nome de *Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade*, já que foi por intermédio deste que chegaram ao país algumas mudas do eucalipto²³¹. Desse modo, a implantação do eucalipto no Brasil atendia a funções tanto de cunho sanitário como econômico. Assim, outros hortos foram idealizados e implantados nas cidades brasileiras como o *Horto Oswaldo Cruz*, que foi instalado dentro da área do Instituto Butantan em 1916, com o objetivo primeiro de cultivar plantas medicinais. Contudo, para além das atividades de pesquisa e cultivos de mudas, os hortos também desempenhavam funções de lazer, a este respeito temos o *Horto Florestal Municipal* da capital paraibana. A foto a seguir demonstra algumas das funções deste logradouro:



1922 - Parque Arruda Câmara. Fonte: Revista Era Nova

231 Em 1914 foi transplantado da Austrália um total de 144 espécies de eucalipto, os quais foram estudados e adaptados ao novo clima por Edmundo Navarro de Andrade. Disponível em: <http://www.visiterioclaro.com.br/floresta%20estadual.htm>. Acesso em: 09 de dezembro de 2008.

Aquele era um dia quente e propício para se tirar uma fotografia, principalmente se esta iria sair nas páginas da revista *Era Nova*. A imagem nos mostra um dos espaços do Parque Arruda Câmara criado em 03 de agosto de 1921 pelo prefeito Guedes Pereira. Ao que tudo indica, o Horto Florestal, iniciado pelo prefeito Diógenes Gonçalves Pena “[...] em um pequeno terreno alugado a Rua 13 de maio [em 1919] [...]”²³², foi transferido para o terreno da Fonte de Tambiá. A mudança de localização tem a ver com a criação do Parque Arruda Câmara que, segundo as palavras do prefeito Walfredo Guedes Pereira, depois do “[...] refloresta[mento], arborização e outros benefícios que pretendo fazer, penso que ficaremos com um pitoresco e magnífico ponto de distração e repouso”²³³. O lazer e a distração eram atividades fundamentais para aquelas sociedades que se pretendiam modernas e civilizadas. Nesse sentido, distração era o que as pessoas buscavam neste tipo de espaço quando começaram a desenvolver o “[...] hábito de sair de casa” e frequentar as praças e jardins públicos no final das tardes. Como mostra a fotografia logo acima, o local era visitado por pessoas distintas e bem vestidas, já que segundo Waldeci Ferreira Chagas, “[...] os códigos de postura estabelecem e determinam que as mulheres com trajes inadequados não podiam permanecer nas praças [...]”²³⁴. Para além de um ambiente disciplinar e ordenador dos gestos em público, o horto era um local destinado ao cultivo de “[...] grandes viveiros de plantas destinadas à arborização da cidade [...]”²³⁵. Se observarmos bem a foto veremos que as alamedas do parque são ladeadas com diversas mudas que em momento propício foram destinadas a arborizar ou rearborizar as ruas e as praças da cidade. Trabalho interminável este, pois em muitas áreas da *urbs* as plantas eram destruídas, a exemplo da Rua General Osório, onde

As pequenas árvores, que já iam tomando desenvolvimento com as chuvas ultimamente caídas, estão em parte atrofiadas e mortas, isto devido unicamente aos descuidados que pervagam pelos passeios públicos. Os gradis, mandados fazer esteticamente pela liga de defesa as árvores, estão quase que totalmente arrebitados e descuidados, mostrando com isso a índole puramente retrograda da garotagem. Cumpra as autoridades policiais, em harmonia com as municipais, darem uma providência severa para se por termo a essas coisas que tanto nos desdouram e nos recomendam pessimamente aos viajantes que nos visitam. Ao contrário, volveremos

232 Mensagem – apresentada ao conselho municipal da capital do estado da Parahyba, em dezembro de 1921, pelo prefeito dr. Walfredo Guedes Pereira. In Revista Era Nova. Parahyba do Norte, 1921.

233 Ibidem.

234 CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930. Tese apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. 2004, p. 150.

235 Mensagem presidencial apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba em 01 de setembro de 1922. p. 32.

ao antigo estado de completa ruína e desolamento²³⁶.

Claro está que em meio à busca por uma imagem de cidade modernizada, existiam aqueles indivíduos que continuavam a ter atitudes impróprias aos novos tempos. Cabia a força policial reprimir as ações que coadunavam com o tipo de paisagem urbana do início do século XIX, como já foi dito anteriormente. Nada de velhas atitudes e práticas que pudessem qualificar a *urbs* como tradicionalmente colonial. A cidade estava em pleno desenvolvimento das suas atividades econômicas e saneadoras. Ruas estavam sendo revestidas de paralelepípedos; fiscalizavam-se os alimentos que eram vendidos nos mercados e nas padarias. As construções estavam sendo regulamentadas e o lixo sendo destinado a um local apropriado. Tudo em nome da salubridade. Depois das obras de saneamento básico a capital paraibana continuou a experimentar novas medidas saneadoras como a drenagem das águas e pântanos, irrigação das ruas, a remoção e a incineração do lixo. Entre essas ações, escolhemos esta última para figurar como tema do próximo tópico.

2 – Qual o lugar do lixo?

“Sejam quais forem, porém, os sistemas adotados para a coleta e o transporte, eles preencherão perfeitamente seu fim, sob o ponto de vista da higiene pública, se impedirem eficazmente o contato do lixo com o ambiente [...]”

J. da Costa Ferreira²³⁷

Depois de iniciadas as medidas sanitárias do governo de João Lopes Machado, iluminação e abastecimento de água, seu sucessor, João Pereira de Castro Pinto, procurou ampliar estas ações com a implantação de um sistema de esgotamento sanitário, o qual de início ficou apenas como plano de intenção. Contudo, o estado sanitário da capital paraibana não se agravava apenas pela falta de um sistema de escoamento de excrementos e águas servidas, mas também pela ausência de um serviço de limpeza pública eficiente. O lixo se espalhava pelas ruas e quintais da cidade, muitos eram revolvidos por animais ou serviam de

236 A ARBORIZAÇÃO da Rua General Ozório é destruída perversamente pela garotagem. *A União*. Parahyba do Norte. 8 agos. 1914, p. 2.

237 Engenheiro citado por Matheus d'Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Matheus de. Limpeza Urbana. *A União*. Parahyba do Norte. 08 mar. 1914.

criadouros de insetos. A Diretoria de Higiene, sempre alerta às denúncias de amontoados de lixo nos quintais, intimava os inquilinos a eliminarem tais focos de insalubridade, do contrário, seriam multados. Era dever do delegado do serviço sanitário “estudar as condições higiênicas dos domicílios, estabelecimento de qualquer natureza, terrenos, lugares e logradouros públicos, aconselhando os melhoramentos necessários [...]” 238. Mas, mesmo diante de tal fiscalização os jornais continuavam denunciando o pouco caso que a população e os encarregados da higiene urbana faziam das leis sanitárias. Daí a instalação do serviço de limpeza urbana. O mesmo era feito por carroceiros empregados no serviço de remoção do lixo da capital, os quais eram denunciados por fazerem a coleta em horas incertas e pela

Falta de atenção e urbanidade [...] para com os inquilinos, sucedendo, a miúdo por mal entendido capricho, deixar de receber o lixo depositado em vasilhames apropriados, as portas dos domicílios; e quando, por qualquer exigência ou advertência do inquilino, o recebe, é com tamanho desaso que o cisco se esparge por sobre os respectivos passeios²³⁹.

Tratava-se do serviço de coleta de resíduos feito pelos carroceiros empregados pelo Major José de Barros Moreira que, segundo um articulista do jornal *A União*, tinha um contrato que lhe concedia o serviço de limpeza urbana. O mesmo articulista, ao pedir providências à municipalidade julga necessário alguns esclarecimentos por parte do contratante deste serviço²⁴⁰. Em resposta às acusações publicadas no jornal, José de Barros Moreira informa em ofício ao prefeito que reconhece que seus empregados são “grosseiros e ignorantes”, assim como os demais carroceiros da cidade. Sendo assim, associa o fato dos desentendimentos com a pouca ou nenhuma educação formal por parte daqueles que estão a seu serviço. Todavia, o senhor José Moreira saiu em defesa dos seus empregados ao denunciar que muitas das discussões se davam porque os inquilinos queriam obrigá-los “[...] a retirarem para as carroças lixo grosso de quintais – areias, barro, pedra, tijolo, pedaços de mamoeiro, de bananeiras, de paus grossos, estucos e outros”. Com isso, Moreira deixava transparecer que, por contrato, só tinha o dever de retirar do espaço público o lixo que estivesse acondicionado em vasilhames adequados, pois

238 Regulamentos do Serviço Sanitário do Estado da Parahyba. Decreto nº 494, 08 jun. 1911, p. 7.

239 Este é um fragmento do ofício que o prefeito Coronel Bezerra Cavalcante enviou para o contratante do serviço de limpeza pública pedindo providências a respeito. Cf. O SERVIÇO de remoção de lixo. *A União*. Parahyba do Norte, 14 jun. 1913.

240 O SERVIÇO de remoção de lixo. *A União*. Parahyba do Norte, 13 jun. 1913.

Peço licença para dizer que ponho em dúvida que qualquer de meus carroceiros hesite em deitar nas carroças o lixo ordinário das casas acondicionado em vasilhames que possa ser por ele conduzido. [Em todo caso] tem acontecido por vezes o carroceiro não poder conduzi-lo quando, por exemplo, em vez de ser o lixo acondicionado em vasilhame comum é ele depositado em grandes barricas ou caixões de fazendas²⁴¹.

Pelo visto os inquilinos precisavam aprender novas sensibilidades, as quais passavam, inevitavelmente, pelo modo de organizar o lixo que iria ser recolhido. Os argumentos de José Moreira são convincentes. Mas, ao pedir uma mudança nas condutas dos inquilinos, o mesmo esquece-se de fazer sua parte no serviço de remoção de lixo. Nesse sentido, ainda “ontem a rua Senador Eptácio Pessoa apresentava [...] o espetáculo de verem-se, ao meio dia ou mais, os depósitos de lixo ainda demorarem cheios, em fileiras, nas portas das residências”. Uma situação lastimável! Mesmo em meio a uma cruzada higiênica, o que se via era a falta de compromisso do encarregado da limpeza pública. O que teria ocorrido? Seria falta de um número acertado de pessoas para o serviço? O que nos parece é que o lixo ficava a fermentar por horas a fio embaixo de um sol escaldante. Exposto na rua o lixo era terra de ninguém, estava pronto para ser revirado por quem quer que seja. Verdadeiro viveiro de doenças, onde no líquido viscoso que, certamente, escorria pela rua levava em si larvas e mais larvas de vermes e outros microorganismos. Sem falar do mau cheiro que subia desses locais, fazendo proliferar, diria alguém, gases mefíticos pela atmosfera, causando assim, doenças infecto-contagiosas. E lá se iam, pelo solo ou pelo ar, os odores e os micróbios perambularem pela cidade a procura de alguma vítima.

Segundo Miziara, que em artigo procura historicizar o lixo da cidade de São Paulo na passagem para o século XX, no século XVII o poder municipal daquela cidade apenas se preocupava com a limpeza urbana em período de festa. Nesse sentido, insinua que somente por volta do século XVIII o lixo passa a ser vinculado ao surgimento das epidemias. Desse momento em diante, os poderes municipais passaram a desenvolver normas sobre a coleta e o depósito de lixo. Sem organização correta o mau cheiro que se desprendia dos lixos contaminava o ar e este, por sua vez, era responsável pela proliferação das doenças. Como bem disse Miziara,

[...] a desconfiança recaía muito sobre o ar. Ou seja, os depósitos de imundícies eram fatores para alterar a qualidade do ar, focos propagadores de miasmas, causadores de doenças. Assim estavam presentes por todo e qualquer local onde houvesse lixo; além de estar nos locais públicos, o lixo se fazia presente nos quintais

241 O SERVIÇO de remoção de lixo. *A União*. Parahyba do Norte. 18 jun. 1913.

das casas. Com a emergência das epidemias e a influência do poder médico, o ar tornou-se suspeito, por isso era necessário purificá-lo²⁴².

Quando o ar se encontrava salubre era sinal de que os habitantes de qualquer localidade estavam livres das epidemias. Todavia, não era o que ocorria na capital paraibana que sempre tinha a varíola, o impaludismo e a ancilostomíase a espreitarem a vida daqueles que viviam a cidade, isso sem falar da tuberculose e das “doenças da primeira infância”. Em meio a tudo isso, a cidade ainda tinha que se prevenir contra a peste bubônica que sempre ficava a rondá-la, ora na Bahia e ora em Pernambuco. Para o desespero das autoridades médicas e políticas, houve momentos em que esta peste esteve bem perto, chegando mesmo a fazer vítimas na cidade de Campina Grande em 1913. Sem demora, o Ministro do Interior enviou uma comissão federal para analisar o caso e proceder aos métodos de eliminação do mal. A profilaxia adotada foi limpar ruas e quintais que estavam abarrotados de lixo. Contudo, mesmo sabendo das proibições de continuarem a acumular lixo nas vias e quintais, poucos dias após a retirada da comissão federal de Campina Grande as pessoas voltaram a praticar os velhos hábitos. Assim, um articulista do jornal *A União* se reporta ao fato:

Parece que todo o lixo podre das ruas e porcarias dos quintais urbanos, removidos abnegadamente por iniciativa da Comissão Sanitária Federal, voltaram, aumentados e mais podres ainda, nauseabundos focos de miasmas pululante, para escarmento maior as responsabilidades dos homens públicos de Campina Grande²⁴³.

E as antigas formas de remover e acumular o lixo nos espaços privados voltaram e, como conseqüência, fez surgir, nas palavras do articulista, a epidemia de varíola. As relações entre pessoas e lixos, segundo Miziara, era algo natural e pouco problemático até meados do século XIX, quando começaram a associar os restos e seus acúmulos com a eclosão de epidemias. Era, a partir de então, condenável os amontoados de resíduos no plano do privado. Era inconcebível a falta de fiscalização, por parte das autoridades municipais ou sanitárias, dos espaços malsãos. E o século XX entra trazendo os espaços marcados por velhos hábitos e uma relação íntima para com o lixo. As proibições já existiam, porém, pouca se fazia no sentido de fazer cumprir tais ordens, visto que a falta de asseio é notada até pelo presidente do Estado que costuma “[...] nas visitas matinais [...] inspecionar o asseio e a higiene da nossa

242 MIZIARA, Rosana. *Por uma história do lixo*. INTERFACEHS (Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, artigo 6, 06 jun. 2008.

243 VARIOLA em Campina Grande: dezessete casos em três dias. *A União*. Parahyba do Norte. 05 jan. 1913.

urbs [...]”. Notadamente, as observações feitas no jornal vieram da confirmação do estado deplorável de algumas ruas da capital em relação à falta de salubridade. Nas palavras do articulista, a visão que se tem “de muitas ruas da cidade baixa” era de total abandono, já que “parece [...] não se fazer sentir a fiscalização da municipalidade. [Principalmente] na rua das Flores, Boa Vista e outras paralelas e perpendiculares da mesma zona [onde] é notório o relaxamento da limpeza pública”²⁴⁴. E novas ordens se faziam necessárias, sendo assim, outros espaços foram designados para o acúmulo de lixo. Os restos precisam ser banidos tanto da esfera do privado quanto do público.

Então, qual o destino do Lixo? Quando a existência e a permanência deste no espaço urbano passou a ser associado com a propagação de doenças e falta de higiene, não havia outra coisa a fazer se não expulsá-lo do convívio humano. O lixo tornou-se indesejável não só pelo lado da salubridade, mas também pelo lado estético. Retirar os restos e as sobras do consumo diário significava tornar a cidade bela de ver e limpa para se viver. Isso era um sinal de que a civilização e o progresso estavam sendo alcançados. No entanto, o que se constatou foi o arremessar de lixo em lugares alagadiços e pantanosos. Segundo o engenheiro Matheus de Oliveira,

Nesta cidade, tem sido costume lançar o lixo transportado das casas, os resíduos de toda cidade, em pontos que brevemente serão atingidos pelo avanço das ruas. Esses montões de lixo vão poluir o solo e ameaçar amanhã a saúde pública, porque embora a passagem do tempo possa concorrer para converter o lixo em seus componentes inorgânicos, não é difícil encontrar exemplos da decomposição das imundícies, prejudicando o solo das cidades²⁴⁵.

O local para onde eram levados os resíduos da cidade da Parahyba do Norte ficava no Zumby, espaço no qual foram construídos os tanques de depuração de dejetos em 1922. Ao se condenar os depósitos de lixo dos quintais e vias públicas, o próximo passo foi lançá-lo “aos campos próximos a cidade” como nos terrenos e/ou lugares pantanosos. Esta prática logo se tornou condenável, cabia assim uma solução definitiva, a incineração. Sem sombra de dúvidas não seria qualquer tipo de incineração. Pretendia-se assim abolir a incineração que empregava o querosene como método para se fazer desaparecer os restos. Uma prática usual na capital. Os trabalhos apontavam para um processo moderno e inovador como a “incineração Sistemática” feita por meio de fornos. Com a incineração, pensavam os letrados da época, seria possível erradicar definitivamente “[...] os males da irregularidade desse

244 O ASSEIO da cidade. *A União*. Parahyba do Norte. 25 nov. 1917.

245 OLIVEIRA, Matheus de. Limpeza Urbana. *A União*. Parahyba do Norte. 08 mar. 1914.

serviço [...]”, que por falta de eficiência deixavam o lixo acumular-se “[...] nos becos [...] nas vizinhanças das habitações, sob os raios abrasadores de um sol tropical, desenvolvendo com facilidade os germens patogênicos, poluindo o ar e o solo [...]” 246. Competia assim, adotar o método já utilizado no Recife desde 1895 no governo de Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896), um forno Horsfall de incineração simples que vinha “[...] prestando valioso [...] melhoramento das condições sanitárias da vizinha capital do sul” 247. Já no governo de Sigismundo Antônio Gonçalves (1899-1900), os recifenses iriam adquirir outros fornos com maior capacidade de incineração, tornando a limpeza pública mais eficaz.

A preocupação com a saúde e a higiene pública era um movimento amplo que mexia com as administrações das capitais brasileiras, cidades européias e norte americanas. A procura pela salubridade tinha por objetivo reduzir a mortandade causada por doenças que muitas vezes se originavam do acúmulo de lixo nas ruas e nos quintais. Com esse quadro, o que nos vem à mente são os amontoados de resíduos domésticos atraindo e fazendo proliferar moscas e ratos, os quais, conseqüentemente, invadiam as casas trazendo desconforto, mau cheiro e germens das mais variadas espécies. Naquele momento, a prioridade era erradicar os amontoados de lixo próximos das cidades. No estado do Rio de Janeiro²⁴⁸, por exemplo, foi montado um forno na cidade de “Niterói... na rua Indígena [que] incinera 900 quilos por hora, ocupando apenas para esse serviço dois homens. É aceso o forno, com coke. Depois é o próprio lixo que alimenta o fogo”. Sem falar que “[...] ultimamente foi inaugurado um forno incinerador na capital paulista, no extremo da Avenida Municipal, pouco além do cemitério do Araçá. É um forno de tipo moderno e aperfeiçoado, com capacidade para incinerar 50 toneladas de lixo por dia[...]”.

São Paulo no início do século XX se encontrava em pleno desenvolvimento por conta da produção do café e crescia a passos largos devido à crescente chegada dos imigrantes. A capital paulista já se encontrava em ritmo industrial. Seus habitantes tinham hábitos de consumo bem variados, seja em termos alimentares ou de equipamentos do conforto. Se fizéssemos uma comparação com a cidade da Parahyba do Norte verificaríamos que outros

246 OLIVEIRA, Matheus de. Limpeza Urbana. *A União*. Parahyba do Norte. 27 fev. 1914.

247 Conforme o engenheiro Matheus de Oliveira, Recife foi a primeira capital brasileira a usar o sistema de incineração a forno. Cf. OLIVEIRA, Matheus de. Limpeza Urbana. *A União*. Parahyba do Norte. 8 mar. 1914.

248 Em 1903, a prefeitura do Rio de Janeiro assina contrato de concessão com a empresa Isidoro Kohn & C. para fazer a incineração dos detritos que iam para a Ilha de Sapucaia. Nesse mesmo ano, a mensagem enviada pelo prefeito Pereira Passos ao presidente Rodrigues Alves já demonstra a preocupação com a incineração e o aproveitamento industrial do lixo. Cf. *Plano de Governo Rodrigues Alves/Pereira Passos – 1902/1906*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/download/rioestudos252.pdf>. Acesso: 23 de dezembro de 2008.

hábitos davam o tom da vida urbana. Tal conclusão pode ser tirada pela capacidade de incineração do forno, pois como disse Miziara “[...] a quantidade de lixo produzida por uma pessoa [ou cidade] é índice revelador de seus hábitos cotidianos” 249. As formas de se perceber o lixo começaram a ser mudadas quando este começou a ser visto como perigo. Nesse sentido, convinha formular leis e educar as pessoas para as novas formas de manejar os detritos. E isso pedia a intervenção de outros olhares sobre os espaços em foco. Aqui entram em cena os vereadores, os médicos, os engenheiros, etc. Foram eles que procuraram elaborar estratégias de ação para fazer mudar velhos hábitos e costumes arraigados nas maneiras de viver o cotidiano. Para Miziara, “[...] tirar o lixo do quintal significou classificar de inútil o que usualmente não o era. O lixo passou a ser o resto daquilo que foi útil [...]” 250. Os detritos passaram a ser quantificados não só pelo perigo que poderiam causar, mas pelo benefício que viriam a produzir. São Paulo, por exemplo, utilizou “[...] a força produzida pela incineração de lixo, fornecendo à máquina a corrente necessária para iluminação da usina, [...] para o funcionamento de uma instalação de maquinismo para aproveitamento das escórias, iluminação da rua do bairro vizinho e outras aplicações” 251. Não bastava eliminar os restos do consumo diário, era necessário torná-lo rentável. Ao citar este benefício, o engenheiro Matheus de Oliveira esperava que seu discurso viesse a sensibilizar o poder municipal e/ou estadual com relação ao acúmulo de lixo em certos pontos da cidade da Parahyba do Norte. Ao fazer um breve histórico sobre as formas de lidar com os detritos, o engenheiro vaticina sempre que a incineração era consenso entre os higienistas dos países modernos. Conforme Oliveira, o processo de incineração já era generalizado na Europa. Com isso, continua seu artigo dizendo que “Segundo Reochling, em 1897, existiam na Inglaterra cerca de 790 fornos. Em Hamburgo, desde 1896 a incineração do lixo se efetua por meio de um forno Harsfall. Stuttgart e Berlim seguiram o exemplo construindo 4 fornos cada uma. Bruxelas logo depois inaugurou 2 fornos e Zurich 12 fornos Harsfall”²⁵².

O forno Harsfall era de fabricação inglesa. Contudo, isso não quer dizer que existisse apenas este no mercado. Segundo Oliveira, existiam dois tipos de fornos: o inglês e o Alemão. No caso de Recife, o forno era de fabricação inglesa. Quanto a Niterói, optou-se por utilizar o modelo alemão. Com relação a este assunto, vale ressaltar que, embora faça a distinção entre os dois tipos de fornos, Oliveira não faz uma discussão sobre o melhor tipo de incinerador.

249 Miziara (op. cit, 2008:08).

250 Idem, p. 9.

251 Cf. OLIVEIRA, Matheus de. Limpeza Urbana. *A União*. Parahyba do Norte. 26 mar. 1914.

252 Idem.

Para ele, qualquer processo de incineração era válido desde que eliminasse os acúmulos de detritos em locais públicos ou privados. O engenheiro desejava, por um lado, extirpar os hábitos de se queimar o lixo com a ajuda do querosene; por outro, queria instituir novos espaços para o que já não era útil e inserir novas maneiras de lidar com o lixo do dia-a-dia. Os artigos do engenheiro Matheus de Oliveira são datados de 1914, isso quer dizer que o incinerador encomendado em 1911 não havia chegado à capital. Na mensagem presidencial deste mesmo ano, o governador João Lopes Machado falava de sua preocupação para com o serviço remoção e destruição do lixo:

Dentre as questões que dominam em matéria de higiene das cidades sobressai a de remoção e destino do lixo das habitações. O que atualmente se pratica entre nós é um atentado contra as mais comezinhas normas de higiene e, se providências enérgicas não forem tomadas, o nosso solo urbano, que já se acha todo crivado de fossas fixas e móveis, dentro em breve, se constituirá em perigosíssimo foco de emanações prejudiciais. Teremos de sofrer, então, se continuarmos nessa condenável prática de enterrar lixo nos quintais, as conseqüências do mefitismo telúrico, cujos efeitos já se vão fazendo sentir em nosso meio, de um modo acentuado ²⁵³.

Fora a preocupação para com a retirada do lixo, que poderia ser proliferador de miasmas, o presidente demonstrava especial atenção para com o transporte dos detritos. Nesse sentido, continuou sua exposição dizendo:

Assim é que fiz encomenda de um forno de incineração, com capacidade para destruir 10 a 12 toneladas de lixo, que é a produção diária da capital. Estou convencido de que com esta medida básica, acompanhada de outras como a adoção de caixas metálicas fechadas e providas de certa quantidade de desinfetantes, e a de carroças fechadas e munidas de revestimento interno metálico, de modo a se prestar a lavagem desinfectante e em número suficiente para serem distribuídas pelas zonas em que deverá ser dividida a cidade, teremos, necessariamente, a solução de tão urgente e importante problema sanitário²⁵⁴.

Tudo isso não passou de plano de intenção, pois em 1914 o engenheiro Matheus de Oliveira publica um conjunto de artigos que tem por objetivo a aquisição de um incinerador. Em 1917, a capital paraibana ainda não havia adquirido tal equipamento. Em Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba é reafirmado as condições sanitárias da capital, a qual “[...] apresenta [...] diversos focos de infecção, verdadeiros ninhos de germens patogênicos, como a Sezão, a Fomba, o Zumby e muitos outros constituídos pelo acúmulo de detritos [...]” a cidade no ano de 1917, segundo o diretor da Repartição de Higiene, “[...]”

253 Mensagem presidencial apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba em 01 de setembro de 1911.

254 Ibidem.

estava[...] quase circundada de lixo, o que muito concorreu para afeiá-la e torná-la insalubre”. O lixo neste momento estava sob a responsabilidade da municipalidade. Sua remoção era precária, pois as “[...] carroças [...] não passavam em todas as ruas e não existia um lugar determinado para os despejos dos miasmas, fazendo-se em diversos pontos do perímetro urbano, o que muito concorria para agravar a saúde pública”²⁵⁵. Mesmo em 1926, o caso parecia continuar sem solução, já que o jornal *A União* fazia a denúncia de que existiam na cidade vários amontoados de lixo. As pessoas continuavam a lançar os restos nas ruas; os encarregados da limpeza urbana, mesmo depois das proibições, acumulava o lixo no Zumby e nas Trincheiras.

3- Resistência à vacinação

“Hoje só tem varíola quem quer”

Oswaldo Cruz²⁵⁶

No início do século XX, o corpo de médicos da capital paraibana já fazia aplicações da vacina jenneriana naquelas pessoas que o procuravam. Contudo, a cidade não dispunha de um órgão destinado à fabricação de tal preservativo. A vacinação lhe era assegurada pelas remessas que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará. Todavia, em momentos de surtos epidêmicos, a linfa enviada dos Institutos Vacinogênicos desses Estados não eram suficientes para debelar a enfermidade. Fazia-se necessário a implantação de um Instituto Vacinogênico na Paraíba. Enquanto isso não ocorria, o pus vacínico era enviado em lâminas e/ou tubos capilares, que devido a demora no traslado, alguns acabavam por se estragar. A discussão sobre a criação de um Instituto Vacinogênico ganhou maior ênfase em 1913, ano em que a varíola grassava pela capital. Foi neste momento que Flavio Marója propôs ao governador João Pereira de Castro Pinto a organização de um espaço destinado a fabricação da linfa vacínica por meio de vitelos. Era preciso promover a profilaxia definitiva dessa enfermidade que todos os anos, durante o verão, visitava a cidade, ora como doença endêmica, ora como epidêmica. Em paralelo a isso, era preciso organizar uma campanha em

255 Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Paraíba. 20 julho 1917.

256 Oswaldo Cruz *Apud* MARÓJA, Flavio. A varíola. *A União*. Parahyba do Norte. 21 agos. 1913.

favor da vacinação, já que a procura pelo preservativo era diminuta. Como disse Flavio Marója, “[...] É preciso [...] que a epidemia de varíola derrame-se pelos centros onde ela irrompe; faz-se preciso que ela espalhe o terror, ceife vidas preciosas, para que a população procure imunizar-se, aceitando aquilo que se lhe oferece de bom grado, gratuitamente [...]”. A resistência à vacina era antiga, isso percebemos pelas palavras do inspetor de higiene Antônio Cruz Cordeiro, o qual nos informa que

Logo que assumi o cargo que ocupo em meados do ano passado fiz publicar na inspetoria desta capital uma declaração de que nesta Inspeção se vacinava duas vezes por semana e convidado para este fim os pais de família a mandarem seus filhos receber a inoculação de tão precioso preservativo da varíola. Para facilitar o desenvolvimento e propagação da vacina consegui que o meu colega Dr. José de Azevedo Maia se prestasse a vacinar também duas vezes por semana na casa de sua residência a rua Maciel Pinheiro na cidade baixa. A concorrência foi regular do mês de agosto a outubro do ano passado; mas daí por diante poucas pessoas compareceram, praticando eu nesta inspeção até dezembro 58 vacinações e o Dr. Maia 41, ao todo 99, sendo 12 adultos e o resto pessoas de menor idade sobretudo crianças. De janeiro a junho do corrente ano apenas pratiquei 6 vacinações no mês de abril, e depois ninguém mais compareceu. Devo dizer que poucas vezes pratiquei a vacina de braço por que apesar de minhas [recomendações] os vacinados não voltavam a esta inspeção para este fim. Consumi assim muitos tubos de linfa vacínica que me foram fornecidos do Rio de Janeiro pelo Inspetor Geral de Higiene de Pernambuco uma remessa de tubos de vacina animal, dos quais ainda posso dispor para continuar a praticar a inoculação. Sobre este importante ramo do serviço público que tenho a honra de dirigir, muitas dificuldades tenho encontrado. A primeira delas é a ignorância do povo que ainda considera a vacina um mal e não um bem... outra dificuldade encontro na relutância dos vacinados que depois de receberem tão salutar benefício deixam de comparecer a esta Repartição nos dias marcados para os devidos fins, apesar de minhas instantes recomendações. Deste incorreto procedimento resulta que deixam de ser observados os vacinados, ficando eu na ignorância dos resultados, isto é se as pústulas desenvolveram-se regularmente ou não e quais os caracteres que apresentam, o que me conviria saber para o mapa estatístico e os devidos fins²⁵⁷.

Bem se vê que as pessoas não estavam comprometidas com os preceitos das autoridades da higiene. Muitos prefeririam esperar a varíola humanizada se manifestar espontaneamente do que abrandar seus efeitos por meio da varíola animal. Ora, a resistência à inoculação era antiga, já que até o século XVIII a Europa se recusava a fazer uso dos procedimentos adotados na China, na Índia e na África. Durante séculos esta doença reinou em absoluto em alguns países europeus. A inoculação demorou a ser aprovada como um profilático eficaz contra a enfermidade, porque alguns ignoravam sua existência e muitos acreditavam que o processo não passava de credice. Por isso, durante anos continuaram a viver as razias da doença que mais dizimou vidas pelos continentes. A doença era contagiosa.

257 SÁ (op. cit. 1999: 177).

Proliferava-se por intermédio dos microorganismos contidos nas pústulas e nos objetos dos variólicos. Há suposições de “[...] que os árabes tenham espalhado a varíola pela Palestina, Síria, Egito, Pérsia e depois Espanha. [Cabendo aos] cruzados levarem a enfermidade para a Europa [...]”²⁵⁸. Esta, por sua vez, a introduziu nas Américas. O novo mundo era isento de tal epidemia. Desse modo, como acabamos de ver, torna-se inevitável uma historização sobre a varíola e sua profilaxia.

Muitos morreram vitimados por esta enfermidade, quem conseguiu sobreviver trazia no corpo as marcas de tão fatal epidemia. E em meio ao caos produzido por esta enfermidade, quantos homens e mulheres não ficaram tristes ao constatarem que, quando a varíola deixava seus corpos levava sua beleza. A pele já não era macia. A deformação era quase inevitável. Uns ficavam cegos ou apresentavam sulcos, principalmente, no rosto. Para aqueles em que a doença havia afetado os olhos, inexistiam as pestanas, como foi o caso da inglesa Lady Mary Wortley Montagu, a responsável por introduzir a inoculação na Inglaterra²⁵⁹.

Da Inglaterra, possivelmente, o método de combate à varíola se espalhou pela Europa. De lá, certamente, migrou para as colônias americanas. Sua chegada ao Brasil, conforme Oscar de Castro, se deu em 1804 por ordem da coroa portuguesa²⁶⁰. Com relação a Paraíba tem-se as informações de Luiz da Motta Féo, governador da capitania, que em resposta ao ofício do Visconde de Anadia escreveu em 1805: “[...] fui eu o primeiro que aqui adotei este preservativo, sendo eu mesmo e meus filhos os primeiros que nos inoculamos e até o presente contam-se já nesta cidade vinte pessoas inoculadas e com feliz sucesso [...]”²⁶¹. Supomos assim, que a vacina chegou a Paraíba por meio da variolização, ou seja, inoculação braço a braço, pois a técnica da vacina bovina só foi desenvolvida no Brasil em 1887 pelo Barão

258 Cf. FARREL, Jeanette. *A assustadora história das pestes & epidemias*. Trad. Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2003.

259 Segundo Farrel, Lady Mary era admirada na Inglaterra por sua beleza e inteligência. Contudo, após 1715, ano em que contraiu a varíola, apenas sua inteligência era admirada. Logo após ter se recuperado, Mary foi para a Turquia, porque seu marido era embaixador no Império Otomano. Lá observou o processo de inoculação e deixou que imunessem seu filho. Quando voltou a Inglaterra tinha o filho como prova de que o método funcionava e graças a sua amizade com a princesa Carolina de Gales, que também inoculou suas filhas, o procedimento tornou-se prática comum naquele país. Cf. FARREL, Jeanette. *A assustadora história das pestes & epidemias*. Trad. Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2003, p. 31-38.

260 Segundo Monteiro, em seu trabalho sobre a obrigatoriedade da vacina na capital pernambucana, a metrópole, ou seja, “Portugal não compartilhou do método de variolização, isso porque a varíola não se constituiu num problema de saúde pública entre eles. Diferentemente do que acontecia na suas colônias e no tráfico negreiro. Mesmo assim, a variolização não foi adotada sistematicamente pela classe médica lusa. A introdução da variolização no Brasil se deu tardiamente e juntamente com a propagação da vacina jenneriana.” Cf. Monteiro, Denise Brito. *A epidemia da varíola e a vacinação obrigatória – repercussões na sociedade recifense no início do século XX*. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005, p. 23.

261 Cf. CASTRO, Oscar. *Medicina na Paraíba*. Flagrantes de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

Pedro Afonso Franco, diretor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Afonso Franco, sem muito sucesso, tentava há algum tempo desenvolver a vacina jenneriana. No ano de 1887 o intento foi alcançado “[...] a partir da inoculação de vitelos com polpa glicerinada vinda do Instituto Vacínico de Paris, o Instituto Chambon. A glicerina, adicionada à linfa vacínica, garantia a conservação e a manutenção da propriedade imunizante da vacina [...] tornando mais seguro o transporte”²⁶². Em 1888 o governo federal financiou a criação Instituto Vacínico do Rio de Janeiro. Com relação a São Paulo, embora tivesse um serviço de vacinação, seu instituto só foi criado em 1892, um ano após o do Recife. Desse momento em diante, as principais capitais brasileiras organizaram seus institutos. A cidade de Recife, conforme Monteiro, há muito contava com uma Repartição de Vacina, a qual foi criada de 1845 e estava ligada ao Conselho Geral de Salubridade Pública. Somente em 1891 criou-se o Instituto Vacínico que funcionava no prédio da prefeitura de Recife. No início do século XX, muitas capitais procuraram organizar o serviço sanitário. Quanto à cidade da Parahyba do Norte, as dificuldades neste setor se acumulavam. Era preciso sistematizar um serviço profilático amplo e entre as principais ações estava a criação de um instituto que produzisse linfa suficiente para erradicar a varíola. Com a decisão de se criar o Instituto, os médicos julgavam necessário mudar as representações que as pessoas alimentavam em relação a vacina. Em primeiro lugar, até o final de 1913, os médicos anunciavam nos jornais os locais e os horários de vacinação, os quais tinham por objetivo fazer com que as pessoas procurassem aquele serviço. Assim, temos o seguinte anúncio:

Na Diretoria Geral de Higiene, vacina-se todos os dias úteis das 12 às 3 horas da tarde. Dr. Azevedo e Silva, vacina em sua residência a rua Barão do Triunfo n. 62, das 8 às 10 da manhã. Dr. Octavio Soares, vacina em sua residência a rua do Rosário n. 13, das 3 às 5 horas da tarde. Dr. Lemos Junior, vacina em sua residência a rua Monsenhor Walfredo n. 21, das 8 às 10 horas da manhã²⁶³.

Anteriormente a 1914, ao que tudo indica, o sistema era fazer com que as pessoas, caso quisessem serem imunizadas, procurassem os médicos responsáveis pela vacinação. Porém, com a entrada do ano de 1914, ou melhor, dois meses após a inauguração do instituto, os trabalhos de vacinação passaram a ter outra organização. Para uma profilaxia satisfatória era necessário fazer a vacinação domiciliar. Desse modo, o articulista do jornal *A União* escreve que

262 [Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br) . Acesso: 01 jan. 2009.

263 DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte. 01 agos. 1913.

O sr. dr. Teixeira de Vasconcelos [...] vai iniciar brevemente o serviço de vacinação e revacinação domiciliar, distribuindo o respectivo corpo médico por todas as zonas suburbanas desta capital, onde mais se faz necessário um serviço desta ordem, continuo e inadiável. Essa medida do conhecido higienista, visitando indistintamente todas as habitações desta cidade, é a mais eficiente e viável no sentido de preparar uma população imune ao terrível *vírus* variólica, que anualmente, desde muitos tempos, vem ceifando vidas preciosas, sem que até hoje se haja tomado uma providência eficaz²⁶⁴.

De acordo com as normas do decreto nº 494, cabia aos delegados da Repartição de Higiene o trabalho de vacinação e revacinação da vacina antivariólica. Neste momento, uma pergunta nos vem a mente: Se a vacina era uma profilático eficiente, por que fazer a revacinação? Ora, a revacinação era necessária porque decorrido um determinado tempo a imunidade poderia chegar ao fim e a repetição do procedimento tornava-se uma precaução. Para Sá, os médicos não tinham um consenso de por quanto tempo o pus vacínico fazia a proteção ao vacinados. Uns diziam que a revacinação deveria ocorrer de dez em dez anos; outros, defendiam que o procedimento teria de ser repetido de sete em sete anos. Seja como for, cabia naquele momento seguir o exemplo da Prússia, que por volta da terceira década do século XIX, logo após suas autoridades serem informadas de que os países vizinhos estavam experienciando novos surtos epidêmicos, resolveu revacinar a população. A varíola começou seu itinerário pela Inglaterra em 1818. Logo depois foi a vez da França (1826 – 1827). Dali, o vírus itinerante passou para Itália (1827). E todos observavam as mesmas características, ou seja, a validade da vacina parecia ter um fim, já que as pessoas inoculadas também foram atacadas pelo mal²⁶⁵. Se a revacinação era uma precaução, nada mais acertado do que fazer campanhas pelo jornal em prol de tal profilático. No Brasil, as campanhas eram sistemáticas e mesmo assim o povo continuava a recusá-la. Tanto é assim que em 1904 no Rio de Janeiro eclodiu a Revolta da Vacina.

Muito já se falou sobre os acontecimentos da revolta e suas implicações. Entre alguns estudos Chalhoub cita os trabalhos de Nicolau Sevckenko e José Murilo de Carvalho. Para Sevckenko, diz Chalhoub, a revolta era a resistência popular ao aburguesamento da sociedade. Em relação a Carvalho, ressalta-nos que os acontecimentos de 1904 têm como traço comum “uma justificativa moral”. Esta, fazia parte do discurso dos positivistas que reprovavam a

264 VACINAÇÃO e Revacinação. *A União*. Parahyba do Norte. 09 jun. 1914.

265 Para maiores informações sobre a variolização e a vacina de Jenner ver MARTINS, Roberto de Andrade. *Miasmas ou microorganismos?*. In: Contágio: a história da preservação das doenças. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php>. Acesso em 05 de junho de 2008. p. 151.

corrupção dos lares e dos corpos. Para Chalhoub, fazendo uso das palavras de Esteves, estas discussões não justificam as ações ocorridas no Rio de Janeiro do ano de 1904, porque a “[...] ‘mente popular’ [...] sobre tais assuntos era muito mais tortuosa e incerta, e certamente bem diversa da moralidade burguesa de plantão na mente dos políticos do período”²⁶⁶. A esta historiografia, Chalhoub acrescenta o debate sobre a tradição africana com relação ao Omolu, orixá responsável pela doença e o único capaz de atenuar os sintomas e curar os indivíduos acometidos pela varíola. O fato é que os médicos alopatas criticavam as práticas de misticismo e/ou feitiçaria dos africanos em relação às doenças. Desse modo, notemos que alguns grupos tinham métodos diferenciados para a cura dos males. Estes grupos, dentro da revolta da vacina, estavam recusando os procedimentos científicos e defendendo sua tradição.

E dentro desse amplo leque de motivos relacionados à resistência à vacina, podemos ainda incluir mais um, que, possivelmente, estava a seguir outros paradigmas ou concepções higienistas. Estamos a falar das práticas respaldadas na tradição que se baseava nos miasmas e nos humores. Estas, baseando-se nos ensinamentos hipocrático-galênico, pregavam que a doença deveria ser expulsa do corpo e não inoculá-la no mesmo. Daí as sangrias, o uso das sanguessugas, os banhos hidroterápicos, etc. As pessoas, estivessem elas nos países ditos civilizados ou não, orientadas por essa visão sempre viam com maus olhos as novas concepções médicas, ou seja, a microbiologia. Como disse o médico José Maciel, a respeito da cidade da Parahyba do Norte: “Difícil será lutar com a credence geral; uns não se vacinam para não meter peste no corpo [...]”²⁶⁷.

A regra geral da tradição hipocrático-galênico era deixar a enfermidade se manifestar com a intenção de eliminar os humores ou miasmas em excesso, os quais estavam a causar desequilíbrio no organismo. Se a norma era retirar o que causava desarmonia, nada mais acertado do que as pessoas se recusarem a receber a vacina. A propaganda ressaltava que a vacina representava a doença de forma abrandada. Tentavam explicar coisas que as pessoas não entendiam, pois já estavam condicionadas e orientadas por outra tradição. Segundo Martins, enquanto os médicos continuaram guiados pelos paradigmas dos humores e dos miasmas, a medicina não se apresentava como científica. Somente a partir do século XIX, com o desenvolvimento da teoria microbiana, acredita-se que ela tenha adquirido respaldo científico²⁶⁸.

266 Esteves *apud* Chalhoub, (op. cit. 1996:100).

267 MACIEL, José. Varíola e vacinação. *A União*. Parahyba do Norte. 27 nov. 1913.

268 MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr. *Os miasmas e a teoria microbiana das*

Foi da observação do método de Jenner que os microbiologistas passaram a estudar a possibilidade de se criar outras vacinas, utilizando o mesmo processo. Não foram os pastoreanos que inventaram a vacina, como ficou claro quando analisamos a história da inoculação da varíola. Porém, utilizaram-na e defenderam-na como principal meio profilático. Promoveram campanhas para fazê-la conhecida e aceitável. Fizeram criar leis que a tornaram obrigatória. Sendo assim, nadaram na contra mão da tradição miasmática, que pregava que só seria possível erradicar as doenças a partir da profilaxia dos espaços, ou seja, da retirada de lixo e de águas estagnadas no meio ambiente urbano. Para os microbianos, não adiantava limpar lagos, lagoas, praças e vias sem interferir diretamente nos corpos, nas roupas e nos utensílios que compunham a intimidade do lar. Criar novas representações em relação às doenças era uma batalha que os médicos tentavam vencer. Mas, o povo resistia à profilaxia do novo modelo científico. No entanto, os médicos continuaram sua campanha em favor da vacina e outros métodos da ciência, porque visavam ensinar ao povo outros costumes ou atitudes. Na cidade da Parahyba do Norte, os novos preceitos começaram a ser efetivados em 1910, no governo de João Machado. E não parou por aí. No governo de Castro Pinto inaugura-se em outubro de 1913 o Instituto Vacinogênico. Notemos com isso, que a teoria microbiana estava ampliando suas ações no seio da sociedade paraibana. Embora, alguns a criticassem ou a usassem apenas como complemento aos procedimentos miasmáticos. Com a produção de linfa pelo Instituto, o Estado estava aparatado para inserir ou ampliar a vacinação pelo interior.

Uma das primeiras atitudes tomadas pelo corpo de médicos que idealizaram a criação do Instituto, foi enviar uma circular aos municípios paraibanos pedindo uma contribuição para o empreendimento. Continha no documento uma solicitação mensal, “[...] a contar de janeiro de 1914 [...] para ocorrer as despesas do mesmo instituto, mantendo-o, melhorando-o, de modo a bem realizar os seus fins humanitários”. Seguindo os termos da circular, os municípios paraibanos foram divididos em três “classes”²⁶⁹. Para o primeiro grupo a cota ficou estipulada em 14\$000 (quatorze mil réis). Nele estava incluso Bananeiras, Campina Grande, Pombal, Souza, Cajazeiras etc. O segundo grupo entrava com um auxílio no valor de 10\$000 (dez mil réis)²⁷⁰. Entre outras localidades destacamos, Santa Rita, Umbuzeiro, Taperoá, Conceição, Piancó, etc. Já no último grupo tínhamos, Princesa, Cabedelo, Ingá,

doenças. In: Revista American Scientific História. nº 6, jan de 2008.

269 INSTITUTO Vacinogênico. *A União*. Parahyba do Norte. 30 nov. 1913.

270 *Ibidem*.

Pilar, Cabaceiras, Brejo do Cruz, etc. , com uma ajuda no valor de 8\$000 (oito mil réis). Notemos que este era o grupo que menos contribuía. Quanto à capital, que não se encontrava entre as três classificações, enviava a cota mensal de 50\$000 (cinquenta mil réis). Para tanto, supomos que a divisão tenha sido realizada de acordo com o poder econômico de cada município. Mas, seja lá como for, o importante era garantir vacina para todo Estado, pois a que vinha de fora era cara e tinha a possibilidade de estragar. Para além da falta de dinheiro para organização do instituto, este enfrentou algumas críticas com relação a qualidade da linfa ali produzida. Persistindo assim, a desconfiança quanto à vacina.

As críticas que o Instituto recebeu no início de seus trabalhos, pareciam depor contra a competência do grupo de médicos responsáveis pela elaboração da linfa. Com o intuito de acabar com este tipo de comentário, Flavio Marója, por meio de carta publicada no jornal *A União* sugere ao governador “[...] mandar ao Rio o diretor do nosso Instituto estudar naquele estabelecimento modelar os melhores processos de cultura da linfa antivariólica e dotar o nosso Instituto dos aparelhos modernos indispensáveis ao seu bom funcionamento [...]”²⁷¹. O Instituto Vacínico do Estado da Paraíba estava ligado à Repartição Geral de Higiene e, para tanto, tinha como diretor o médico Octavio Ferreira Soares, que por seu turno também era delegado de higiene. Sua ida ao Rio de Janeiro tinha como objetivo “[...] estudar a cultura e preparo da vacina animal e sua aplicação [...]”²⁷². Quando retornou da capital da União, Soares trouxe uma lista de instrumentos e objetos a serem comprados para uma melhor organização do instituto. Todavia, mesmo antes da partida deste médico para o Rio de Janeiro, a vacina do instituto já estava colhendo bons resultados. Pelo menos é o que percebemos pelas declarações do médico Joaquim Henrique da Silva. Este, através de carta enviada a Marója expõe que

[...] de alguns meses para cá venho fazendo dos efeitos da linfa manipulada em nosso instituto, provas muito seguras de sua eficiência. Desde que esse utilíssimo laboratório deu a consumo as primeiras colheitas de sua linfa, emprego-a eu a serviço do governo do Estado. Comissionando-me o Exmo. Dr. Castro Pinto para instituir o serviço de profilaxia de varíola em Areia para ali levei três sortes de linfas: paulista, cearense e paraibana. De todas observei casos positivos e casos negativos, conforme já lhe comuniquei em carta dali enviada, frisando o fato de várias pessoas inoculadas com nossa linfa haverem sofrido fortíssima reação. É bem verdade que tanto lá como aqui em Santa Rita houve muitas falhas, mas, atualmente, os resultados me tem surpreendido, podendo eu afirmar-lhe que, nem mesmo no Rio de Janeiro, onde pratiquei durante quase dois anos, a serviço da Diretoria Geral da

271 MARÓJA, Flavio. Instituto Vacinogênico. *A União*. Parahyba do Norte, 30 jan. 1914.

272 FRANCO, Pedro Afonso. O Instituto Vacinogênico: a incumbência do sr. Octávio Soares. Seu regresso a esta capital. *A União*. Parahyba do Norte. 29 mar. 1914.

Saúde Pública, a vacinação com linfa da Instituto Vacinogênico Municipal, observei casos em que os caracteres clássicos da evolução de pústulas vacinal fossem mais perfeitos do que tem acontecido aqui. As colheitas dos meses de janeiro e fevereiro tem dado tão bons resultados que, até mesmo em crianças já vacinadas com proveito, a linfa produziu pústulas magníficas, acompanhando-se de forte reação ganglionar. Isto atesta o grande número de pessoas idôneas de Santa Rita e aqui, entre outros os ilustres drs. Manoel Deodato e Alfredo Galvão e meu cunhado Eduardo Cunha [...] ²⁷³

Quando o diretor do Instituto voltou do Rio de Janeiro para a cidade da Parahyba do Norte, a linfa produzida pelo instituto já havia sido testada e aprovada pelo dr. Joaquim Henrique, o qual a comparou com as produzidas em outros Estados. Uma das linfas que serviram de referência nos testes do médico acima citado, foi a produzida pelo Instituto Vacínico de São Paulo. As observações colhidas a partir desse procedimento, parecem ter sido satisfatórias pois vinham de um médico de reconhecida experiência no assunto, devido aos dois anos que a ministrou na cidade do Rio de Janeiro. Respalado nas estatísticas elaboradas pelo método de anotação, comparação e observação, Joaquim Henrique parecia assegurar que tinha competência para afirmar a eficácia do produto. E para reforçar suas observações o médico ainda trazia o testemunho de pessoas idôneas das localidades onde havia aplicado o profilático. Estava mais que provado que o serviço realizado pelo instituto correspondia às expectativas. Para reafirmar as qualidades da vacina elaborada no Instituto Vacínico do Estado, um articulista expõe no jornal *A União* uma carta do negociante e agricultor José Tito de Araújo, morador do povoado do Riachão, que declara: “Ilmo. sr. dr. Henrique da Silva. Participo-lhe, em vista de seu pedido, que as vacinas que v. s. praticou neste povoado e no de Bacamarte tiveram um resultado magnífico, não tendo falhado um só caso, salvo aqueles que já eram vacinados” ²⁷⁴.

Nesse tempo Octavio Soares já havia retornado de sua viagem ao Rio de Janeiro. Cheio de idéias novas, propalava que o nome do dr. Eustáquio de Carvalho não deveria ser esquecido, porque devido a sua disponibilidade em organizar a instalação provisória Instituto Vacínico, os paraibanos haviam ampliado o combate à varíola. Porém, novos rearranjos deveriam ser feitos, já que “[...] seria [...] irrisório, depois de uma visita a um estabelecimento modelo, continuarmos com os mesmos processos de então, os quais foram condenados pelo

273 Silva, Joaquim Henrique. Carta de dr. Joaquim Henrique da Silva a Flavio Marója. *A União*. Parahyba do Norte, 21 fev. 1914.

274 VACINAÇÃO e Revacinação. *A União*. Parahyba do Norte. 09 abr. 1914.

cientista brasileiro dr. Barão Pedro Afonso”²⁷⁵. Em outras palavras, seria nadar contra a maré do progresso, se continuassem a usar regras inadequadas da higiene e da salubridade. Nesse sentido, as palavras do diretor do instituto pareciam atestar que, caso quisessem confeccionar linfa fresca, era preciso comprar instrumentos modernos e adequados, os quais garantiriam a qualidade esperada. E, sem descurar de outras iniciativas saneadoras, o serviço de vacinação e revacinação continuava pelos municípios e bairros da capital, como exemplo, temos os serviços

nas ruas da Cadeia, do Norte, Pitombeira e Juazeiro [onde] foram vacinadas e revacinadas ontem, pela turma encarregada desse serviço, 45 pessoas, devendo continuar hoje no mesmo bairro. Não obstante os esforços empregados pela mesma turma para provar a eficácia da vacina, é lastimável que ainda existam pessoas que se recusam a imunização contra a varíola²⁷⁶.

A preocupação com relação a imunização era permanente entre os profissionais da medicina. Estes, julgavam não entender a indiferença dos habitantes da cidade em relação ao profilático. O assunto era delicado. Nas palavras de José Maciel, a saída seria a “[...] propaganda sem trégua, procurando convencer o povo com paciência e exemplos, fazendo-o ver que só a vacinação e a revacinação pode[ria] debelar a varíola”. Para termos uma idéia do tamanho do problema neste ramo da medicina basta citarmos que a capital tinha mais de “[...] trinta mil habitantes, e que mais de dois terços [deles] não [eram] vacinados”²⁷⁷. Era preciso vencer o medo dos cidadãos. Esteja ele relacionado a possibilidade de se adquirir a própria varíola, ou mesmo, a sífilis, a tuberculose, etc. Para justificar o pouco entendimento e nenhum conhecimento do povo em relação a imunização, José Maciel ainda relata que o aumento de vacinados se dava “[...] mais pelo medo da epidemia do que pelo conhecimento seguro do valor da vacinação”. Os jornais com seus discursos eloqüentes, procuravam se alinhar aos métodos de ação que os médicos chamam de “modelo tecnológico campanhista”, no qual as ações se baseavam na promoção da propaganda por meio do terror. Com isso, pareciam querer desarmar aqueles que se colocassem mais resistentes às suas iniciativas. Era preciso convencer a população de que novos costumes se faziam prementes e “[...] que todos, mais do que antes” deveriam concorrer para um único e “desejado fim”²⁷⁸, a extinção da varíola. Para

275 RELATÓRIO apresentado ao exmo. sr. dr. João Pereira de Castro Pinto, M. D. Presidente do Estado da Parahyba do Norte, pelo dr. Octávio Ferreira Soares, delegado da Higiene e Diretor do “Instituto Vacínico Estadual”. *A União*. Parahyba do Norte, 14 abr. 1914.

276 SERVIÇO de vacinação e revacinação. *A União*. Parahyba do Norte, 19 jun. 1914.

277 MACIEL, José. Instituto Vacinogênico. *A União*. Parahyba do Norte, 18 nov. 1913.

278 *Ibidem*.

cumprir este desejo valia a inserção de medidas mais enérgicas, como por exemplo, a vacinação obrigatória.

Com relação a obrigatoriedade da vacina, Flavio Marója argumenta que o debate a esse respeito teve início na Europa, principalmente nos Estados “[...] que hoje formam o Império Alemão”²⁷⁹. Marója fez toda uma arguição para tentar convencer os legisladores da Paraíba da necessidade de se idealizar leis que enveredassem pelo mesmo caminho dos alemães. Assim, inicia dizendo:

[...] a Baviera tinha [a obrigatoriedade] desde 1807, tendo sido o primeiro país a dar a vacina de Jenner a sanção legal; o Wurtemberg, desde 1811; Baden, desde 1865; a Prússia, desde 1834 [...] Vitimada, porém, pela epidemia de varíola que assolou a Europa de 1870 a 1873, a Alemanha recentemente unificada acolheu de bom grado o pedido que a sua classe médica fazia para estabelecer a vacinação obrigatória, afim de salvar o país da varíola, e em 8 de abril de 1874, o parlamento aprovou a lei respectiva, que começou a vigorar em 1 de abril de 1875 [...] O que ficou provado é que a Alemanha exterminou a varíola de seu território, e só a conhece hoje em casos isolados, que se não se propagam, porque esbarram de encontro a barreira inexpugnável da população vacinada²⁸⁰.

E continua Marója em seu esforço em prol da vacinação obrigatória e da confecção desta pelo Instituto Vacinogênico.

Não sou, como já o disse em dois artigos que publiquei sobre este assunto, em 1907 [...] a favor [da vacinação] como se pratica na Alemanha, na França, na Suíça, na Hungria, na Dinamarca, na Romênia, no Japão, na República Argentina, na Turquia e na Noruega, 'onde não pode contrair matrimônio quem não tenha sido vacinado'. No uso de minha autoridade profissional e sanitária não aconselharei a obrigatoriedade da vacina; mas desde que os meios suasórios não surtirem os desejados efeitos, faz-se preciso uma medida energética e eficaz afim de vencer os preconceitos e a ignorância de que ainda estão possuídos as baixas camadas sociais²⁸¹.

As campanhas eram endereçadas às camadas populares menos favorecidas, as quais desconheciam os ensinamentos e os progressos técnicos da medicina. O movimento organizado pela Diretoria de Higiene de 1913 em diante, saía a caça dos acometidos pela varíola e pedia “[...] encarecidamente aos habitantes da capital que façam as necessárias comunicações sobre os variolosos, de que tiverem ciência [...]”²⁸². Pelo visto, não havia uma

279 MARÓJA, Flavio. A varíola. *A União*. Parahyba do Norte. 21 agos. 1913.

280 Ibidem.

281 Ibidem.

282 HIGIENE publica. *A União*. Parahyba do Norte. 29 ago. 1913.

procura pela prevenção e/ou cura sistemática, por meio dos trabalhos médicos. Esta doença ocorria, principalmente, no verão, período em que prevalece o calor e a luz. Essas características climáticas eram potencializadoras desse tipo de enfermidade, que fazia sua erupção em período de forte canícula. Isso era emblemático no Estado da Paraíba, que em intervalos não muito longos, experimentava momentos de pouca chuva e muito sol. Nesses períodos, segundo Lenilde Sá, a capital era tomada por levas de retirantes, que tentavam fugir da fome e da sede que a seca provocava. Quantos corpos não foram atingidos pela doença em momentos como estes? Ora, muitos ao se encontrarem debilitados pelos efeitos da canícula, não ofereciam resistência ao vírus. E em meio a fome e a sede, mostravam sinais de que o corpo estava fragilizado. Em períodos de seca, os retirantes decidiam sair, ora do sertão, ora do cariri, em direção a capital paraibana, dando início a uma longa jornada, marcada, muitas vezes, por aventuras, desventuras e incertezas²⁸³. Até o destino final muitos ficavam pelo caminho. Ao conseguirem chegar a capital, quantos não ficaram vagando sem qualquer amparo ou assistência. Momentos de tempos difíceis, porque as secas também vinham acompanhadas de epidemias. A seca de 1906-1907, teve como companheira uma epidemia de varíola. Dentro do recorte da nossa pesquisa se encontra a seca de 1915, porém, pouco podemos informar sobre esta, porque as mensagens presidenciais daquele ano são diminutas e o conjunto de jornais do mesmo ano inexistente no Arquivo Público do Estado. Para tanto, supomos uma melhora nesse ramo da medicina, já que há mais de um ano o Instituto Vacínico vinha produzindo linfa para toda a Paraíba e os delegados da Repartição de Higiene estavam promovendo constantemente campanhas e visitas aos suspeitos de varíola.

O instituto permaneceu instalado, durante um bom tempo de seu funcionamento, na rua da Boa Vista, nº 15 e quando iniciou o ano de 1917, por falta de “[...] aparelhos indispensáveis para a confecção da linfa [...]” o governador Camilo de Hollanda deu ordem para suspender a produção daquele profilático²⁸⁴. Conforme Sá, a capital só veio a munir-se de novo instituto no ano de 1929, trazendo anexo o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas. Mas, além do Instituto, outros caminhos foram traçados na busca pelo

283 A este respeito ver os seguintes romances: O Quinze de Raquel de Queiroz é ambientado no Ceará, porém, é de suma importância para quem estiver discutindo a questão da seca. Já Vidas Secas de Graciliano Ramos trás, mais uma vez, o tema da seca no sertão nordestino, especificamente, no estado de Alagoas. Quanto A Bagaceira de José Américo de Almeida, assim como os dois livros já citados, faz parte das obras do movimento regionalista que trás referências sobre a vida no nordeste. Engenho, seca, costumes, sociedade, e natureza nordestina compõe o cenário do romance. Os três autores falam da seca e nos apresentam as situações enfrentadas pelos retirantes que decidiam deixar seus lares no desejo de encontrar uma vida melhor na capital.

284 Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Paraíba. 20 julho 1917.

saneamento da capital. Os delegados de higiene acumularam funções que iam da fiscalização dos alimentos à vacinação e revacinação, sem contar as desinfecções de casas e estabelecimentos comerciais. Uma estratégia que destoava daquelas organizadas pelos engenheiros sanitaristas que também tinham a urbs como objeto de estudo. Desse modo, passemos ao tópico seguinte, o qual vai expor as ações dos médicos da saúde.

4- O olhar arguto dos delegados de saúde

“Na ausência de um regulamento sanitário municipal, todas as reivindicações da imprensa referentes ao saneamento do espaço urbano recaíam sob a responsabilidade da Diretoria de Higiene”.

Lenilde Duarte de Sá²⁸⁵

Explicitamos no tópico anterior as campanhas de vacinação e revacinação das pessoas que compunham o universo citadino da capital paraibana, bem como as resistências delas recorrentes. Um trabalho, segundo o regulamento de higiene, relacionado às atividades do delegado de higiene, que também cumpriam as atividades de polícia sanitária. A idéia nesta quarta parte do trabalho é mostrar outras ocupações dessa polícia dentro do espaço urbano. Trazer à lume ações respaldadas pelo decreto nº 494 de 1911, o qual guiou as intervenções médicas até 1917, momento em que se instituiu uma Comissão Sanitária Federal, que passou a comandar as realizações de cunho higienista. Quando o decreto referido foi colocado em prática no governo de João Machado já era uma reformulação de um anterior, o de 1895. Este, ao que tudo indica, não teve efetividade. Entretanto, o de 1911 pôs em prática o método de intervenção campanhista- policial, modelo este já usado em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As campanhas iniciais visavam, de forma sutil, mudar hábitos anti-higiênicos manipulados por pessoas pouco ou nada afeitas aos preceitos higienistas. Todavia, com a constatação de que os problemas de salubridade se agravavam, os poderes médicos passaram a tomar medidas mais enérgicas. Partindo dessa constatação, os delegados de higiene começaram a fiscalizar tudo que pudesse representar perigo ao bem-estar coletivo. Cabia uma vigilância sistemática dos espaços e dos gêneros alimentícios. Daí vem as observações e avaliações sobre a mortalidade e a morbidade. Fiscalizou-se os alimentos da Alfândega, dos

285 Sá (op. cit. 1999:222).

mercados, as padarias e a carne dos açougues. Analisou-se a higiene das moradias e de outros estabelecimentos comerciais. Tudo isso com a intenção de evitar a propagação das doenças. Trabalho árduo este da polícia sanitária, principalmente, se os responsáveis por este serviço viessem em número reduzido, como iremos verificar no caso da cidade da Parahyba do Norte.

De acordo com o Regulamento de Higiene do Estado, o serviço de fiscalização ficaria a cargo de dois delegados²⁸⁶. Um número pequeno, porque se pegarmos o número de habitantes de 1915, estimado aproximadamente em 40 mil, perceberemos que era impossível a execução satisfatória do serviço com tão pouco pessoal. De qualquer modo, a empreitada contra as enfermidades foram levadas adiante por esses mesmos delegados. As medidas, vale lembrar, visavam extinguir tanto as doenças reconhecidamente contagiosas quanto as infecciosas. Isso quer dizer que as ações eram mistas, o que nos leva a perceber que a teoria microbiana ainda não estava totalmente estabelecida e nem a teoria miasmática encontrava-se esquecida. Dito isso, passemos a pesquisar as intimações e proibições feita pela polícia sanitária. Em primeiro lugar falaremos das padarias.

As padarias foram alvo de constantes denúncias pela má qualidade dos produtos que eram dado ao consumo. A este respeito eram constantes as reclamações anunciadas pelo jornal *A União*. Nesse sentido, o editorialista fez conhecimento de todos que a Padaria São José, instalada na rua Monsenhor Walfredo, de propriedade do sr. Paizinho Aristo, andava a vender bolachas de má qualidade. Dentro das bolachas, principalmente, a “*kara-boo* [...] vimos além de pedaços de uma matéria negra, insetos mortos que lhe dão aspecto repugnante [...]”²⁸⁷. Outro dia o editor ainda descreveu o aspecto do pão encontrado à venda “[...] em uma das caixas da 'Casa Rio Branco' exposta no mercado municipal Beaurepaire Rohan”, o qual tinha “[...] cor escura e exalava cheiro” não muito agradável.²⁸⁸ As denúncias eram endereçadas aos delegados de saúde para que eles viessem a tomar as devidas providências. Após as denúncias sobre estes estabelecimentos seus proprietários começaram a receber intimações que pediam a melhora nas condições higiênicas dos espaços e na confecção dos alimentos. A este respeito temos uma descrição de como era feito os trabalhos dos delegados:

O dr. Octavio Soares visitou a Padaria Suíça do sr. Domingos Costa, à travessa do Jaguaribe, e a do sr. Antonio Correia à rua Epitácio Pessoa, encontrando-as em

286 De 1911 a 1919 a Repartição de Higiene contou com apenas dois delegados. A cidade era fiscalizada pelos membros de duas delegacias de higiene, uma a cargo do dr. Octavio Soares e outra sob a responsabilidade do dr. Manuel Lemos.

287 COM a Higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 28 nov. 1916.

288 PÃO de má qualidade. *A União*. Parahyba do Norte, 13 jan. 1916.

péssimas condições de higiene, intimando os referidos proprietários para dentro de 2 dias retirar o lamaçal existente nos quintais e de 30 dias para assear o prédio e revestir todos os compartimentos de confecção [dos produtos com] cimento e construir uma fossa para águas servidas. O mesmo delegado visitou a Padaria Globo, a rua Monsenhor Walfredo, encontrando-a em boas condições higiênicas [...]²⁸⁹

As visitas eram sistemáticas e, caso não fossem, os jornais se encarregariam de propalar a displicência dos encarregados deste serviço. As advertências e as intimações eram constantes. Se estas não fossem cumpridas, a multa era inevitável. Não temos informações se algum proprietário de padaria descumpriu as normas a eles imputadas. Em todo caso, quando chegou 1917, o serviço sanitário do Estado mudou sua direção. O mesmo ficou a cargo do chefe da Comissão Sanitária Federal e o regulamento a ser seguido, a partir daquele momento, era o Regulamento do Serviço Sanitário da União. Assim, vale lembrar que este tipo de comissão havia sido criada para erradicar a febre amarela no território brasileiro. Em 1919, o chefe da comissão era o dr. Vidal de Melo, o qual quando começou a organizar o serviço sanitário da cidade da Parahyba do Norte, dividiu-a em sete zonas. Cada zona ficava “[...] a cargo, respectivamente, dos drs. Ulysses Nunes Vieira, Manuel Joaquim de Souza Lemos, Syndulpho Pequeno de Azevedo, Alfredo de Matos, Eduardo Imbassahy, Flavio Marója e Seixas Maia”²⁹⁰. Seguindo as normas do regulamento federal a secretaria da Repartição de Higiene do Estado da Parahyba publicou o seguinte artigo:

Art. 135° As padarias terão o solo revestido de asfalto, ladrilho ou mosaico, sobre leito de concreto. Haverá de um compartimento especial, destinado ao depósito de farinha, sendo o solo de concreto e ladrilhos e as paredes revestidas de asfalto ou ladrilho e devendo o lençol de asfalto que forma o solo repousar sobre leito de concreto. As mesas deverão ser de mármore, e sem armário²⁹¹.

Ficamos a imaginar a estrutura de algumas padarias da capital, pois se o delegado de saúde de 1916 pediu o revestimento do solo com cimento e/ou solicitou que se retirasse lixo e lamaçal dos quintais desse tipo de estabelecimento, claro fica que a situação higiênica não era das melhores. A situação das padarias caracterizava-se como de difícil padronização, porque em 1919 as fiscalizações a estes estabelecimentos tornaram-se mais rigorosas. Paralelo a isso, tinha-se as reclamações com relação aos cafés, como exemplo, temos o café “A Gavea”, situado a rua Maciel Pinheiro. Uma casa de refeições públicas cujo asseio se fazia de forma imprópria. Assim, um editor nos informa:

289 DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 30 nov. 1916.

290 COMISSÃO Sanitária Federal. *A União*. Parahyba do Norte, 23 ago. 1919.

291 COMISSÃO Sanitária Federal. *A União*. Parahyba do Norte, 29 ago. 1919.

O serviço de cozinha é o pior possível, sendo os objetos de que o público se serve verdadeiros veículos de todo os males de fácil transmissão. As xícaras, colheres, etc. exalam um fétido quase insuportável, além do ambiente ser constantemente pervagado por verdadeiras ondas de moscas e mosquitos. Não é só A Gavea que ostenta condições de higiene tão deprimentes. Há também outros em igual estado, como seja o café Rio Branco, Sckating Bar, Moinho de Ouro, Caldo de Cana, etc. Neste último, então pode-se muito bem observar uma bacia com água, que, posta a serviço às 18 horas, só é a mesma retirada às 22, após haver lavado todos os copos que os consumidores esvaziaram.²⁹²

Cabia aqui uma visita do dr. Ulysses Nunes Vieira, o responsável pela zona que circundava a rua Maciel Pinheiro. Solicitava-se, com isso, a imposição de um novo modo de organização higiênica, pois o que se constatava não era compatível com o que se esperava de uma cidade civilizada e atenta aos preceitos higienistas modernos. A cidade precisava mudar hábitos que não eram bem vistos, caso contrário, seria representada como tradicional e arcaica. A limpeza, fosse ela dos corpos ou dos objetos, deveria ser praticada de forma adequada e sistemática, porque eram veículos de propagação de diversas doenças. Os utensílios dos cafés, além de atraírem moscas, mosquitos e insetos que podiam transmitir doenças e ainda exalavam odores nauseantes. Em consonância com o pensamento da época, a produção desses odores, principalmente aqueles oriundos das fermentações, eram responsáveis pelos miasmas, os quais “[...] poderiam provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruir as vias de circulação do sangue e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena”²⁹³. Os paraibanos do início do século XX, temiam locais e objetos que se encontrassem pútridos e pouco higienizados. Sem falar da água que lavava esses objetos, pois como se sabe, os seguidores da teoria dos fluidos a considerava um dos “[...] veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas [...]”²⁹⁴. Por outro lado, os microbianos diriam que a água e os objetos eram portadores de micróbios, que em contato com a boca ou com a pele poderiam transmitir todo tipo de doença contagiosa. A partir desse tipo de constatação, os médicos sanitaristas intensificaram suas observações e apontamentos a respeito destes e de outros estabelecimentos que recebiam o público. Sendo assim, ficaram atentos aos cinemas, por estes serem aglutinadores de pessoas das mais diversas camadas sociais.

292 COM a Higiene. *A União*. Parahyba do Norte. 10 jul. 1919.

293 RAGO, Luzia Margareth. *A desodorização dos espaços urbanos*. In: *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 167

294 *Idem*, p. 167.

Os cinemas da capital, na visão dos letrados, eram verdadeiros focos de infecção. E isso era fato, principalmente, nos cinemas Edison, Popular e Morse, os quais, nas palavras do editor do jornal *A União*, necessitavam de visitas periódicas dos delegados da higiene. A justificativa para tal baseava-se no tipo de pessoas que os freqüentavam. Por serem bem populares, estas “casas de diversão” eram mais acessíveis aos bolsos daquelas pessoas menos favorecidas. E como forma de descrever os freqüentadores do ambiente, o editorialista expõe:

Aqueles [cinemas são] o ponto preferido das classes proletárias da capital, tendo conseqüentemente uma freqüência mais numerosa, constante de pessoas de toda as esferas, até as da baixa camada social, que se não se importam de comprometer a sua saúde, emporcalhando com bagaço de cana, cascas de amendoins e outras imundícies, os estabelecimentos diversionais que freqüentam [...]²⁹⁵

Se levarmos em consideração o pensamento da época, seria melhor dizer que aquele era um lugar que não cultivava a moral. Provavelmente os trabalhadores honestos se misturavam com ladrões, prostitutas, alcoólatras, etc. Um local nada apreciável para a burguesia, diria Margareth Rago. Cabia ali um controle por parte dos médicos da Repartição de Higiene. Naquele momento “[...] Os médicos higienistas [viam-se] como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas [...]”²⁹⁶. Não só a habitação e os bairros eram vistoriados como também os bares, casas de divertimento, casas de banho, fábricas, escolas, etc. Os médicos, segundo Rago, intencionavam “[...] o controle global da população pobre [...]”, porque os locais freqüentados e habitados por eles “[...] constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos [...]”²⁹⁷.

Fora a falta de higiene por parte dos assíduos frequentadores desses locais, os donos desse tipo de empreendimento também não estavam preocupados com as questões de salubridade. Daí vem a denúncia do cinema Morse: “Raramente lavado, o assoalho daquela casa de espetáculos está completamente negro, coberto de grossas camadas de sujo e em algumas partes apodrecida [...]”²⁹⁸. A este respeito Flavio Marója expôs que poucas pessoas “[...] conhecem [...] os perigos decorrentes de uma atmosfera viciada, ou das aglomerações

295 HIGIENE dos cinemas. *A União*. Parahyba do Norte. 15 ago. 1917.

296 RAGO, Luzia Margareth. A desodorização dos espaços urbanos. In: *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 164

297 Idem, p. 164.

298 HIGIENE dos cinemas. *A União*. Parahyba do Norte. 15 ago. 1917.

humanas, ou das habitações coletivas, onde o ar não se renova [...]” e, arremata o mesmo, “[...] Essas questões de higiene elementar não entraram ainda, infelizmente, no conhecimento de todas as classes sociais, as quais falta a noção da *arte* de conservar a saúde e preservar-se das moléstias evitáveis”²⁹⁹.

Diante disso, nos vem a pergunta: Qual a qualidade do ar dos cinemas? Conforme Marója, o relatório apresentado ao diretor geral de saúde pública em 1916, senhor Carlos Seidl, sobre os cinemas da capital federal dizia: “[...] as salas [estão] ricas em germens, ultrapassando o exterior que apenas revelou 400 germens por M3 no ar colhido na Avenida Rio Branco, enquanto o cinema Parisiense apresentava 36.282, a do Palis 11.542, do Iris 9.000, do Ideal 9.000 e do Pathé 3.600 por cada M3”³⁰⁰. As salas quando cheias exalavam odores nauseantes e ao mesmo tempo eram viveiros de microorganismos. Depois da publicação dessas reportagens sobre cinema, pelo jornal *A União*, o gerente do Teatro-cinema Rio Branco da capital paraibana convidou os diretores de higiene e obras públicas do Estado para procederem vistoria neste local. Segundo informações da época, esta casa era a que oferecia melhor conforto aos seus frequentadores. A fiscalização foi feita pelo médico Manoel Lemos, que ao final de tudo comunicou ao senhor Einer Svendsen, gerente do teatro, ter o local ótimas condições de higiene. E assim o delegado descreve o ambiente: “[...] muita luz, cubagem d'ar mais que necessária para comportar 350 pessoas sem prejuízo a saúde das mesmas, tendo o prédio 5 janelas laterais, altas e largas e assoalho bem asseado”. Mas, para assegurar as condições deste ambiente o médico recomendou “[...] lavar uma vez por semana o assoalho e desinfecá-lo diariamente com solução de creolina”³⁰¹. Com relação a desinfecção em si, não era o delegado de saúde que a organizava, porque este serviço era tarefa do desinfecador, no caso, Benjamim Nunes Soares.

Dentro das atividades da Diretoria de Higiene, o papel desempenhado pelo delegado e pelo desinfecador tinham grande correspondência. Era de suma importância as visitas domiciliares e as intimações dos delegados para tornar eficiente o serviço do desinfecador. Os delegados quando visitavam alguma habitação tratavam logo de saber se naquele espaço havia algum doente de varíola, tuberculose ou qualquer outra enfermidade contagiosa. Ao ser constatado que na residência visitada algum morador tivesse morrido em virtude de alguma enfermidade, a casa era interdita e o dono intimado a fazer uma desinfecção. Após a

299 HIGIENE dos cinemas. *A União*. Parahyba do Norte. 15 ago. 1917.

300 MARÓJA, Flavio. Higiene dos cinemas. *A União*. Parahyba do Norte. 22 ago. 1917.

301 HIGIENE dos cinemas. *A União*. Parahyba do Norte. 30 ago. 1917.

constatação, entrava em ação Benjamim Nunes Soares, empregando “[...] soluções de creolina, ácido carbólico, formol, cloreto de cálcio, enxofre e outros desinfetantes”³⁰². Para este serviço, a repartição dispunha de dois pulverizadores grandes e quatro pequenos da marca Gerrete, entre outras coisas. Possuía ainda um automóvel para o transporte das pessoas e dos equipamentos. Entre outros meios de desinfetar uma ambiente, ainda havia o uso do fogo. Este método foi empregado em locais de alto nível de insalubridade. A título de exemplo, verificamos no relatório de higiene de 1917 que um hospital da capital teve sua purificação por meio do fogo, o qual supomos ser o Hospital Santa Ana.

O dito hospital abrigava aos “deserdados da sorte” que se encontravam pelas “ruas atacados de moléstias contagiosas agudas”. Para este hospital eram recolhidos os doentes que viviam a perambular pela cidade sem destino e sem qualquer assistência. O local era estratégico, pois de acordo com pensamento médico do período, caso estes enfermos não fossem abrigados em espaço apropriado poderiam desencadear a “propagação do mal”. Pelo que colhemos no Relatório da Diretoria de Higiene de 1917, o espaço era precário e pouco higiênico, tanto é assim que decidiram “atear [...] fogo a título de desinfecção do local”³⁰³. Depois desta ação, o diretor de higiene passou a reclamar a construção de outro espaço que viesse a substituir-lhe as funções. Quando dissemos supor que o hospital desinfetado tenha sido o Santa Ana, nos ancoramos nas palavras de Oscar de Castro que diz: “ Em 14 de maio de 1918 iniciou a construção do hospital Oswaldo Cruz, destinado a substituir o Santa Ana”³⁰⁴. Ou seja, um ano após as reclamações de José Teixeira de Vasconcelos. Em todo caso, este hospital teve seus trabalhos encerrados somente em 1921, quando a Santa Casa de Misericórdia que o administrava, emprestou-o a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, a qual era chefiada por dr. Acácio Pires. Tudo era feito em prol da saúde do corpo social. Desinfetar e intimar eram as medidas mais usadas para um melhor esquadramento do meio urbano e, conseqüentemente, a eliminação de tudo que favorecesse a propagação das enfermidades.

Diante disso, lembramos que as intimações e as desinfecções mais recorrentes eram destinadas aos aparelhos sanitários, canos de esgoto e casas que serviram de abrigo para doentes contagiosos. Se descumpridas qualquer tipo de intimação, além de ser multado, o proprietário ainda era impedido de alugar o seu imóvel. Quando se realizava uma visita

302 VASCONCELOS, José Teixeira de. Relatório da Diretoria de Higiene do Estado. 20 jul. 1917.

303 Ibidem.

304 Cf. CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e de assistência. In: *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: Ed. A União, 1945, p. 363.

domiciliar e observava-se um bom estado de salubridade, o dono ou inquilino do prédio recebia um atestado de habitabilidade, que de acordo com o Regulamento da União, dizia: “Art. 148 – Se as casas para alugar já tiverem sido habitadas sofrerão desinfecção completa, dando-se ao proprietário ou procurador um atestado da operação, que deverá ser fornecido pelo alugador ao novo locatário, o qual deverá ser apresentado a autoridade sanitária”³⁰⁵. Sem o referido atestado, o inquilino conhecedor das regras de higiene, certamente, evitava tais moradias. E, seguindo esta normatividade, outros hábitos anti-higiênicos eram fiscalizados pelos médicos visitantes como lixo nos quintais, o uso de fossas fixas, estábulos, etc.

Ao se entrar em algumas casas da capital, de acordo com os médicos e os editores do jornal *A União*, verificava-se que nelas inexistiam certos preceitos higiênicos. Casas e quartos foram interditados por não corresponderem às precisas condições de salubridade. Nos quintais além da existência de “barreiros de lixo” encontrava-se pequenos pântanos, a impregnar o solo de micróbios e/ou miasmas. O lixo existente muitas vezes era revolvido pelos porcos ali criados, os quais, quando chafurdavam na lama, serviam como veículos propagadores de muita fedentina e centenas de microorganismos. A esse respeito o médico Manuel Lemos, ao visitar os domicílios da rua Maciel Pinheiro, intimou “[...] proprietário do prédio n. 162 [...] para no prazo de [24 horas] mandar [...] remover o lamaçal e os dois porcos existentes no quintal”³⁰⁶. Imaginemos assim, quantas habitações não guardavam em seu interior criações de porcos, galinhas e outros animais. Isso não é de se admirar, visto que, até estábulos eram encontrados no perímetro urbano.

A respeito da fiscalização dos estábulos, encontramos várias reclamações. Alguns donos de cocheira e estábulos faziam denúncias contra os médicos fiscais, que, segundo consta, estava aplicando a lei a certas pessoas e outras não. O editor do jornal *Correio da Manhã* deixa claro que a lei é a mesma tanto para “os desprotegidos da sorte” quanto para “os poderosos”. Com isso, insinua que apenas a casa do pobre estava sendo esquadrinhada. Um exagero por certo. Todavia, eram os pobres os mais afetados pelo “autoritarismo higienista”. Nas palavras de Rago, na visão “[...] da higiene pública [...] a população pobre é, portanto, representada como animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis, assimilada a cheiros fortes [...]” e, é essa imagem que norteia “[...] a aplicação de uma pedagogia totalitária, que pretende ensinar-lhe hábitos “racionais” de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-

305 Os artigos do Regulamento Sanitário Federal eram enviados para serem publicados no jornal *A União*, pelo secretário Augusto Belmont. Cf. BELMONT, Augusto. Edital n. 6 – Diretoria Geral de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte. 30 nov. 1916.

306 DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte. 01 nov. 1916.

se”³⁰⁷. Precisava ser controlada e fiscalizada, por isso as visitas domiciliares e as intimações. Intimações estas, que deixaram de ser emitidas para alguns, como por exemplo, o estábulo da rua 13 de maio, cujo local, “exalava enorme fedentina”³⁰⁸. Aqui entramos em um dilema, pois temos a notificação do delegado Octavio Soares destinada a um estábulo nesta mesma rua em dezembro de 1916. A menos que se trate de outro estábulo, supomos, que a intimação não tenha sido cumprida. De qualquer maneira, Octavio Soares pede ao “[...] proprietário do estábulo a rua 13 de maio para que no prazo de 60 dias mande cimentar a parte destinada as vacas e construir uma fossa para receber as águas de lavagens [...]”³⁰⁹. Na segunda delegacia, de responsabilidade do dr. Manuel Lemos a intimação se destina ao inquilino da rua da Areia, nº 53. Este, deverá remover “[...] um estábulo de vacas existentes no quintal [...]”³¹⁰ em três dias. Fora quintais, cocheiras, cinemas e estábulos, os delegados fiscalizavam as formas como os alimentos estavam expostos nos mercados, bem como as condições sanitárias desses espaços.

Para que os alimentos fossem vendidos nos mercados da capital, o chefe da Comissão Federal fez saber que os “[...] depósitos de açúcar, farinha e outros gêneros alimentícios [...]”³¹¹ dos mercados deveriam seguir as mesmas exigências formuladas para os produtos vendidos em tabuleiro. Nesse sentido, os recipientes teriam que estar expostos com uma proteção, ou seja, ter tampa de vidro ou tela³¹², que pudessem manter afastados os mosquitos e os insetos. Com relação aos mercados da cidade da Parahyba do Norte, a polícia médica os viam como locais sem as mínimas condições higiênicas. Em 1917, José Teixeira de Vasconcelos expõe ao presidente do Estado, senhor Camilo de Holanda, que

Foram visitados no corrente exercício todos os mercados desta capital. O mercado do Porto não satisfaz a nenhuma das condições de higiene e o Beaurepaire Rohan deve ser aumentado, precisando a prefeitura desapropriar as casas contíguas para que ampliando o pátio para dar-lhes melhor higiene. Para ele foi requisitada mesas de mármore para o talho da carne e do peixe. O mercado de Tambiá, o melhor deles e pertencente do Estado, também precisa de melhoramentos, como sejam a substituição do empedramento dos compartimentos, pelo mosaico ou cimento a fim de poder ser lavado e asseado convenientemente e a colocação de venezianas ou vidraças nas aberturas laterais para evitar que as chuvas molhem as mercadorias³¹³.

As construções tinham que seguir regras que favorecessem a salubridade. Para isso,

307 RAGO (op. Cit. 1985).

308 A HIGIENE pública. *Correio da Manhã*. Parahyba do Norte, 26 jul. 1917.

309 DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 02 dez. 1916.

310 DIRETORIA de Higiene. *A União*. Parahyba do Norte, 06 out. 1916.

311 COMISSÃO Sanitária Federal. *A União*. Parahyba do Norte, 23 ago. 1919.

312 PELA higiene pública. *A União*. Parahyba do Norte, 04 set. 1919.

313 VASCONCELOS, José Teixeira de. Relatório da Diretoria de Higiene do Estado. 20 jul. 1917.

os médicos e os engenheiros, faziam análises do ar, solo e subsolo, pois alguns acreditavam “[...] que a vida só poderia ser pensada em relação às influências exteriores que interagiam sobre ela, como o clima, a luz, o ar, o sol, a água [...]”³¹⁴, ou mesmo o solo quando nele são “[...] acumulados resíduos orgânicos vegetais e animais, como sejam de moluscos, de vermes, de animálculos, de répteis e uma miríade de infusórios, que sob a irradiação solar entram em fermentação e decomposição pútrida, desprendendo emanções gasosas [...]”³¹⁵. Daí se originou o desejo de se permear o solo das casas, dos açougues, das ruas e dos mercados, porque os restos de alimentos e outros detritos que caíam no chão poderiam provocar doenças. Para um melhor entendimento sobre os mercados vejamos o seguinte comunicado:

visitei, em companhia do médico da zona, o dr. Manoel Lemos, o mercado público municipal, situado à praça 15 de Novembro, e acho que o mesmo deve ser condenado, não só por não oferecer as condições necessárias, como também por estar edificado em terreno constantemente banhado pelas marés altas, cujas águas o tornam úmido, sendo assim uma ameaça constante à saúde dos negociantes que ali permanecem [...]”³¹⁶

O mercado não seguia as regras racionais das edificações, que desde o século XIX tinham que ser construídas em locais arejados, com iluminação solar, enxutos e de fácil higienização. Uma espaço sem salubridade deixavam os médicos temerosos quanto à possibilidade de surtos epidêmicos. Foi a partir de observações das condições dos espaços - construções mal elaboradas, alimentos sem acondicionado adequado, ambientes aquáticos, úmidos, ou mesmo de grande amontoamento – que os médicos passaram a vê-los com possíveis locais geradores de enfermidades. Por este motivo, os médicos promoveram o “[...] esquadrinhamento exaustivo do meio urbano, com a utilização de noções de topografia, estatística, demografia, geografia etc., a medicina do século XIX foi a origem de um rudimentar planejamento urbano”³¹⁷. Essa preocupação com o meio urbano e seus efeitos sobre a saúde coletiva é bem recorrente nos Congressos Médicos Latino-Americanos.

Para tanto, segundo Marta de Almeida, em seu artigo sobre os debates referentes aos problemas de saúde pública dentro dos congressos médicos no início do século XX, a seção

314 RAGO, Luzia Margareth. A desodorização dos espaços urbanos. In: *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 167.

315 Colocamos a citação por entendermos que, a maioria dos médicos da capital em sua formação, tiveram grande influência da teoria miasmática. Cf. RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Barão de Abiahy, digno vice-presidente da Província pela Comissão Médica. *Gazeta da Parahyba*, Parahyba do Norte, 13 mar. 1889.

316 MELO, Vidal de. Comissão Sanitária Federal. *A União*. Parahyba do Norte, 20 set. 1919.

317 TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Origem da polícia sanitária. In: *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 92.

que mais apresentou trabalhos foi a de higiene. O saneamento era um dos trabalhos mais solicitados, tanto é que no congresso de 1904 foi apontado a urgência para o saneamento das cidades que tivessem população igual ou superior a dez mil habitantes. Ainda neste congresso, foi discutido questões relativas a “[...] formação dos engenheiros e arquitetos competentes para as obras de higiene, habitação e saneamento”. Com isso, no segundo congresso foi criada “uma seção de engenharia sanitária” que “indica a importância de tal especialidade na formação dos engenheiros civis”³¹⁸. Da interação inicial do olhar dos médicos, engenheiros, arquitetos sobre as cidades e seu crescimento desordenado, nasceu o urbanismo cujo objetivo era desamontoar e organizar tudo que viesse a ser considerado veículo produtor das doenças. Daí se intensificaram as iniciativas de cunho salutar como: a fiscalização permanente de pântanos, lagos, lagoas, habitações, esgotos, construções, alimentos, cemitérios, escolas, etc. A lista ainda continuaria, mas por falta de espaço fiquemos por aqui.

318 ALMEIDA, Marta de. *Perspectivas sanitárias e representações médicas nos Congressos Médicos Latino-Americanos (1901-1913)*. Revista Horizontes. Bragança Paulista, v. 21, p. 37-47, jan./dez. 2003. Disponível em:http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/revistahorizontes/volume_06/uploadaddress/horizontes-7%5b6297%5d.pdf.

Considerações finais:

Ao se observar uma cidade que se estrutura com equipamentos sanitários modernos, o historiador se depara com uma gama de sentimentos que se misturam – alegria, felicidade, angústia, medo, etc – e lhe oferecem um coquetel de vivências múltiplas, prontas para serem usadas na sua construção narrativa. Sensações e Sentimentos que nos levam a imaginar as representações que cada um dos personagens dessa trama gestaram sobre as transformações pela qual a capital paraibana experimentou no início do século XX. Sendo assim, nessa investigação procuramos elaborar uma narrativa que nos proporcionasse uma certa visão dos debates ocorridos em meio à inserção das redes de água e esgoto, bem como as práticas ou métodos de ação dos delegados de higiene. Tal empreitada nos permitiu algumas conclusões a respeito das relações pacíficas e as vezes conflitantes entre médicos, engenheiros e sociedade.

Apesar de haver outros interesses e/ou problemas que afligiam os administradores da cidade da Parahyba do Norte no início do século XX, a prioridade, a partir de 1910, estava ancorada na eliminação de focos epidêmicos. Em primeiro lugar, as ações se voltavam para a assepsia dos ambientes que estivessem cercados de água estagnada. Por muito tempo acreditou-se que os gases que se desprendiam desses locais poderiam causar febres de toda sorte. Eram os chamados miasmas. Acreditou-se durante anos que existisse apenas “... um único tipo de miasma, capaz de produzir diferentes efeitos, dependendo das circunstâncias e das pessoas atingidas por ele”³¹⁹. Assim, toda doença tinha uma influência geral e não específica, como no final do século XIX a bacteriologia passou a defender. Doenças tradicionalmente vistas como provenientes dos odores dos pântanos, como por exemplo, a varíola passou a ter um único agente patológico. Uma coisa difícil de se aceitar, já que a tradição médica pedia para se ter cuidado com os odores, pois estes eram os verdadeiros agentes patológicos, que em excesso provocava o desequilíbrio do organismo.

Quantas incertezas e quantas angústias não sentiram os médicos que viveram na encruzilhada das duas vertentes higienistas. Mas, não há dúvidas quanto às reformas que se processaram pelo Brasil a fora, não podendo ancorá-las em apenas uma das concepções por falta da certeza de sua eficácia, usava-se as duas concepções, visto que o intento era o mesmo: acabar com as epidemias. Os microbiologistas, por exemplo, preferiram agir de forma autoritária impondo regras e leis que mexiam com a liberdade de escolha dos indivíduos. Os

319 MARTINS (op.cit., 2008)

defensores da teoria miasmática ou dos fluidos, decidiram seguir outro rumo: se valer do trabalho do engenheiro sanitário para dissecar pântanos, remodelar construções insalubres, fazer calçamento de ruas, implantar sistemas de abastecimento de água em rede ao mesmo tempo que elimina os excrementos e a água servida que a cidade produzia cotidianamente.

Durante muito tempo o abastecimento de água em rede não passava de sonho, porque os limites orçamentários eram diminutos. O município não podia arcar com as despesas, passando a responsabilidade para as mãos do Estado. Aqui, o intento era inserir equipamentos modernos que dessem um ar de cidade desenvolvida, em sintonia com as novas descobertas científicas relacionadas ao conforto. Ao mesmo tempo, acreditava-se que estes instrumentos seriam capazes de proporcionar novos hábitos, costumes e atitudes. Era preciso educar o povo, para que este correspondesse ao tipo de sociedade que se desejava naquele momento. Sonhava-se com uma cidade civilizada, aos moldes francês, inglês, norte americano talvez. E tudo isso tinha um objetivo: tornar a população apta a uma vida salubre, sem epidemias a bater constantemente à sua porta. Assim, a água encanada chegou à cidade da Parahyba do Norte para fins de desodorizá-la, com a lavagem dos espaços e dos corpos. Em seguida, foi a vez dos esgotos, cujo objetivo era livrar a todos do convívio com as fossas e as águas empoçadas que produziam odores nada recomendáveis a uma cidade moderna.

Para a realização de um trabalho satisfatório entraram em cena os conhecimentos técnicos da engenharia sanitária, que ao tempo que buscava seguir as curvas de níveis dos terrenos, para um melhor escoamento das água e dos dejetos, procurava organizar a cidade esteticamente. A junção entre saneamento e estética é emblemática nos trabalhos de Saturnino de Brito. Estudamos o projeto de Brito porque foi ele quem idealizou e executou o saneamento da capital paraibana na década de 1920. Através do seu relatório sobre a obra, constatamos as recomendações para a desapropriação de casas e terrenos, alinhamento de ruas, a defesa de idéias e teorias, etc. Brito ainda aconselhou sobre a necessidade de se criar bosques e jardins, porque os higienistas os consideravam o pulmão da cidade. Entre outras coisas, as intervenções procuravam renovar o ar das ruas e das construções coloniais. Por este motivo se criou em 1914 a Liga de Proteção à Árvore, cuja incumbência era fazer o plantio e o replantio de mudas para a arborização da capital. Com isso, as praças tomaram outra feição. Por causa delas criou-se o hábito de passear pelos espaços livres ao mesmo tempo em que se aprendia novos gestos. Além de tudo, ainda tinha o jardim público, o qual estava mais para praça do que para jardim. E, seguindo os passos para se constituir como cidade salubre, a municipalidade criou o Horto Florestal, destinado ao passeio nos finais de semana, bem como

à produção de mudas.

Para tanto, a higiene não estaria completa se inexistisse uma fiscalização por parte dos médicos da Diretoria Geral de Higiene. Tal repartição seguiu os termos do Regulamento de Higiene do Estado até 1917. Segundo este documento, a vacinação, a fiscalização dos alimentos, das construções, açougues, cinemas, mercados, etc. eram de responsabilidade do delegado de higiene, que até 1919 contava com apenas duas delegacias e dois médicos. De 1917 em diante chegam as Comissões Sanitárias Federais, destinadas a erradicar a febre amarela e o ancilostomíase. Os chefes das comissões passaram a organizar o serviço sanitário do Estado, daí ampliou-se os trabalhos no sentido de erradicar as enfermidades que afligiam a população. Este era o momento em que se começa a centralização das ações no campo da saúde. Com isso, buscou-se ampliar sistematicamente as campanhas de prevenção às doenças. Em 1919, com a divisão da cidade em sete zonas, o esquadrinhamento teve maiores proporções. Erradicou-se a varíola em 1925, ano da última epidemia. A partir de então procurou-se dar maior ênfase aos trabalhos de prevenção e controle da febre amarela, a tuberculose, a difteria, etc.

Bibliografia:

ARAÚJO, Vera Lúcia. *As transformações na paisagem do porto do capim: leituras de uma paisagem urbana*. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. 2006. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 32ª edição . Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômico e práticas culturais (1880-1925)*. 2001. 461f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Desodorizando espaços, desodorizando corpos: a higiene na Campina Grande dos anos 1930*. 2006. 44f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2006.

ARAÚJO, Hermes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República*. 1989. 216f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1989.

AGRA, Giscard Farias. *A URBS doente e medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande (1877-1935)*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

ALVES, Magda. *Como escrever teses e monografias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano*. 1992. 262 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Ana Fernanda e Marco Aurélio A. de F. Gomes (Org.), Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 11-26. Ver também BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas. In: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano XI, nº 34, 1991.

- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BARRETO, Neila Maria Souza. *Água de beber no espaço de Cuiabá: (1790 – 1886)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.
- BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço e Debate (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). São Paulo, ano XI, nº 34, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução, Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERMAN, Marschal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ, 1999.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. São Paulo: Ed. Estampa, 1998.
- _____. O ar e a ameaça pútrida. In: *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d'água da capital*. In: Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa, 1948.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CABRAL FILHO, Severino. *Água: desejo, promessa e espetáculo*. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- CZERESNIA, Dina. *Do contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do*

conhecimento epistemológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

CYNAMON, Szachna Eliaz. Cobrança de água medida – tema atual – uma opinião vinda da Inglaterra. Cad. Saúde Pública, v.6.n.4. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.cielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2008.

CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e de assistência. In: *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: Ed. A União, 1945.

DANTAS, George et al. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para a Natal dos anos 1930. In: *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna – Natal, 1890-1940*. Angela Lúcia Ferreira e George Dantas (org.). Natal: EDUFRN – Ed. UFRN, 2006.

DANTES, Maria Amélia et al. *Espaços da ciência no Brasil:1800 – 1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado, 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1979.

FRITSCH, Lilian e PECHMAN, Sérgio. *A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século*. Revista Brasileira de História (Cultura e Cidade). São Paulo: Ed. Marco Zero, 1985.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

_____; ARMUS, Diego (Org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

JORGE, Vinie Pedra. *Além do Jardim: O parque na cidade de São José dos Campos*. 2007. 229f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campina - , 2007.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográfica. In Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Vol. 6, nº 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro – 1890/1920*. 1988. 149f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

MARTINS, Roberto de Andrade. *Miasmas ou microorganismos?*. In: Contágio: a história da

preservação das doenças. Disponível em:

<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 05 de junho de 2008.

_____ ; MARTINS, Lilian Al-Chueyr. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças.

In: Revista American Scientific História. nº 6, jan de 2008.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte*. 1999.130f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

Monteiro, Denise Brito. *A epidemia da varíola e a vacinação obrigatória – repercussões na sociedade recifense no início do século XX*. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

MIZIARA, Rosana. *Por uma história do lixo*. INTERFACEHS (Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, artigo 6, 06 jun. 2008.

MARQUES, Eduardo César. *Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. Dados – Revista Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 de jun. 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Raquel de. *O quinze*. 70ª edição. São Paulo: Siciliano, 2001.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RICOUER, Paul. Rumo à uma hermenêutica da consciência histórica. In: *Tempo e narrativa*. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história nas cidades?. In: *Cidade & História*. Ana Fernandes e Marco Aurélio de F. Gomes (org.), Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REZENDE, Sonaly Cristina e HELLER, Léo. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROCHE, Daniel. A água e sua utilização. In: *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do séc. XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios – o Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918*. 1999. 291f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 1999.
- SETTE, Mário. Tigres e Cambrones. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d. (primeira edição é de 1948).
- SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. 2001. 326f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- SOUSA, Ana Maria Santos; SOARES, Luiz Laerte. *Modernidade e urbanismo sanitário: São José dos Campos*. São José dos campos: Ed. Papercom, 2002.
- SILVA FILHO, Osmar Luiz da. *Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno (1892 – 1928)*. 1999. 336f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.
- SILVEIRA, André Luiz Lopes da. *Drenagem Urbana – aspectos de gestão, 2002*. Disponível em: <http://www.iph.ufrgs.br/grad/disciplinas/dhh/iph01014-apostiladrenagemgestores2002.pdf>. Acesso em: 13 de junho 2008.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Origem da polícia sanitária. In: *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. [s.d.]. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, [s. d.].